

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**A EPOPEIA *O ORIENTE*, DE JOSÉ AGOSTINHO DE MACEDO, ENQUANTO  
RELEITURA DE *OS LUSÍADAS*, DE LUÍS DE CAMÕES**

**EDUARDO DE SOUZA FAGUNDES**

**PORTO ALEGRE**

**2017**

**EDUARDO DE SOUZA FAGUNDES**

**A EPOPEIA *O ORIENTE*, DE JOSÉ AGOSTINHO DE MACEDO, ENQUANTO  
RELEITURA DE *OS LUSÍADAS*, DE LUÍS DE CAMÕES**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como pré-requisito à obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Regina Zilberman

**PORTO ALEGRE  
2017**

### Ficha Catalográfica:

Fagundes , Eduardo de Souza

A epopeia O Oriente, de José Agostinho de Macedo,  
enquanto releitura de Os Lusíadas, de Luís de Camões /  
Eduardo de Souza Fagundes . -- 2017.

144 f.

Orientadora: Regina Zilberman.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de  
Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Epopeias portuguesas. 2. Mitologia greco-  
latina. 3. Mitologia judaico-cristã. 4. Apropriação.  
5. História. I. Zilberman, Regina , orient. II. Título.

Dedico essa dissertação aos meus pais, Renato Fagundes e Maria Gelci de Souza Fagundes, a minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Regina Zilberman e à Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Jane Tutikian, grande amiga e conselheira atenciosa.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento concedido a mim.

Agradeço aos membros da secretaria do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) pela cordial assistência oferecida.

Agradeço aos meus pais pelo apoio.

Ouvi, que não vereis com vãs façanhas,  
Fantásticas, fingidas, mentirosas,  
Louvar os vossos, como nas estranhas  
Musas, de engrandecer-se desejosas;  
As verdadeiras vossas são tamanhas,  
Que excedem as sonhadas, fabulosas  
(CAMÕES, 1982, p. 34).

## RESUMO

A epopeia *Os Lusíadas* (1572), de Luís de Camões, estrutura-se, historicamente, sobre o achamento da Índia e, miticamente, sobre as mitologias greco-latina e judaico-cristã. A presença dessas mitologias divergentes em *Os Lusíadas* estimula a elaboração de uma epopeia portuguesa chamada *O Oriente* (1814), cujo autor é o padre português José Agostinho de Macedo. *O Oriente* é uma releitura de *Os Lusíadas*, e seu processo composicional caracteriza-se por negar e remover a sacralidade da representação dos deuses greco-latinos, substituindo-os pelas divindades judaico-cristãs, que Macedo exaltarão, e por representar a Vasco da Gama como um herói genuinamente cristão, pois, segundo Macedo, Camões não o fizera. O narrador de *O Oriente* substitui as divindades representadas por Camões, tais como Júpiter, Baco, Vênus, Marte, Morfeu e Tétis, por figuras tais como Deus, Satanás, o Serafim e São Tomé. O narrador aceita e mantém, no entanto, determinados personagens da mitologia greco-latina em sua epopeia, tais como Luso, Lisa e Ulisses, por exemplo. Nesse sentido, José Agostinho de Macedo alinha-se à representação de *Os Lusíadas*. O narrador de *O Oriente* filia seu herói, Vasco da Gama, ao cristianismo, e representa-o como o eleito de Deus para a difusão da fé cristã no Oriente. O narrador, portanto, pretende emendar esses aspectos da representação de *Os Lusíadas*.

Palavras-chave: *Os Lusíadas*; *O Oriente*; Epopeia; Mito; Herói.

## ABSTRACT

The epic poem *Os Lusíadas* (1572), by Luís de Camões, is based on the historical discovery of India and on the Greco-Roman and Judeo-Christian mythologies. The presence of these divergent mythologies in *Os Lusíadas* stimulates the elaboration of a Portuguese epic poem entitled *O Oriente* (1814), by the Portuguese priest José Agostinho de Macedo. *O Oriente* is a rereading of *Os Lusíadas*, and its compositional process is characterized by denying and removing the sacredness of the representation of the Greco-Roman gods, who are replaced by the Judeo-Christian deities the autor intends to exalt, and for representing Vasco da Gama as a genuine Christian hero, because, according to Macedo, Camões had not done that. The narrator of *O Oriente* replaces the deities represented by Camões, such as Jupiter, Bacchus, Venus, Mars, Morpheus and Thetis, with figures such as God, Satan, Seraphim, and St. Thomas. The narrator accepts and maintains, however, certain characters from Greco-Roman mythology in his epic poem, such as Luso, Lisa and Ulysses. In this regard, José Agostinho de Macedo aligns himself with the representation of Camões. The narrator of *O Oriente* associates his hero, Vasco da Gama, with Christianity and represents him as the chosen of God in order to spread the Christian faith in the East. The narrator, therefore, intends to fix aspects of the representation of *Os Lusíadas*.

Keywords: *Os Lusíadas*; *O Oriente*; Epic Poem; Myth; Hero.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	13
<b>1 AS NAVEGAÇÕES PORTUGUESAS: PANORAMA HISTÓRICO</b>	18
1.1 EXPANSÃO MARÍTIMA PORTUGUESA	18
1.1.1 Século XII	18
1.1.2 Século XIV	20
1.1.3 Século XV	22
1.1.3.1 Gil Eanes	23
1.1.3.2 Gonçalves de Baldaia	23
1.1.3.3 Nuno Tristão, Lançarote e Dinis Dias	23
1.1.3.4 Álvaro Fernandes e Pedro de Sintra	24
1.2 D. JOÃO: SUPERINTENDENTE DA EXPLORAÇÃO DA COSTA AFRICANA	24
1.3 MEDIDAS PROTECIONISTAS DE D. JOÃO II:	25
1.4 MONOPÓLIO PORTUGUÊS SOBRE A COSTA OCIDENTAL AFRICANA	26
1.4.1 Rui de Sequeira	26
1.4.2 Diogo Cão	27
1.4.3 Bartolomeu Dias	28
1.5 O PODER MUDA DE MÃOS: D. MANUEL I	29
1.6 A MATÉRIA DE <i>OS LUSÍADAS</i> E DE <i>O ORIENTE</i> : A VIAGEM À ÍNDIA	30
1.6.1 Vasco da Gama	30
1.6.2 O Diário de Vasco da Gama	32
<b>2 DE CAMÕES A MACEDO : O ESPÍRITO DO TEMPO E SUAS EPOPEIAS</b>	37
2.1 O RENASCIMENTO	37
2.2 INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO RENASCENTISTA EM PORTUGAL	39
2.3 OS HUMANISTAS	40
2.4 O PENSAMENTO HUMANÍSTICO EM PORTUGAL	41
2.4.1 A influência dos clássicos greco-latinos em Portugal	43

<b>2.4.2</b>	<b>Luis de Camões: <i>Os Lusíadas</i></b>	43
<b>2.4.3</b>	<b>Influências principais na épica camoniana</b>	44
2.4.3.1	A <i>Odisseia</i> , de Homero	44
2.4.3.2	A <i>Eneida</i> , de Virgílio	46
<b>2.4.4</b>	<b>O Influxo das epopeias clássicas em Camões</b>	48
<b>2.4.5</b>	<b>Epopeias pós-camonianas</b>	49
2.5	MODIFICAÇÕES NO ESPÍRITO E NA PRODUÇÃO LITERÁRIA EM PORTUGAL	50
<b>2.5.1</b>	<b>Epopeias principais</b>	51
2.6	O SÉCULO XIX	56
<b>2.6.1</b>	<b>José Agostinho de Macedo: <i>O Oriente</i></b>	57
<b>2.6.2</b>	<b>Época I: 1761 – 1792</b>	58
<b>2.6.3</b>	<b>Época II: 1792 – 1808</b>	62
<b>2.6.4</b>	<b>Época III: 1808 – 1820</b>	64
<b>2.6.5</b>	<b>Época IV: 1820-1826</b>	66
<b>3</b>	<b>SÍNTESE DA EPOPEIA <i>O ORIENTE</i></b>	69
3.1	CANTO I	69
3.2	CANTO II	73
3.3	CANTO III	76
3.4	CANTO IV	79
3.5	CANTO V	81
3.6	CANTO VI	85
3.7	CANTO VII	87
3.8	CANTO VIII	90
3.9	CANTO IX	92
3.10	CANTO X	95
3.11	CANTO XI	99
3.12	CANTO XII	101
<b>4</b>	<b><i>OS LUSÍADAS E O ORIENTE: COTEJO</i></b>	103

4.1	A MITOLOGIA EM <i>OS LUSÍADAS</i> : APONTAMENTOS	103
<b>4.1.1</b>	<b>O parecer do censor</b>	105
4.2	<i>O ORIENTE</i>	105
4.3	O TEMPO DAS NARRATIVAS	106
4.4	A PROPOSIÇÃO: EM <i>OS LUSÍADAS</i> E EM <i>O ORIENTE</i>	107
4.5	A INVOCAÇÃO EM <i>OS LUSÍADAS</i> E EM <i>O ORIENTE</i>	107
<b>4.5.1</b>	<b>Nova Invocação: Uma história portuguesa</b>	108
<b>4.5.2</b>	<b>Nova Invocação: Lamento</b>	109
<b>4.5.3</b>	<b>“Não mais, Musa”</b>	110
4.6	DEDICATÓRIA EM <i>OS LUSÍADAS</i> E EM <i>O ORIENTE</i>	110
4.7	O TRATAMENTO DAS MITOLOGIAS EM <i>OS LUSÍADAS</i> E EM <i>O ORIENTE</i>	111
<b>4.7.1</b>	<b>A origem portuguesa: Luso e Lisa</b>	112
<b>4.7.2</b>	<b>A origem de Lisboa: Ulisseia</b>	112
<b>4.7.3</b>	<b>Júpiter e Deus</b>	113
<b>4.7.4</b>	<b>Baco e Satanás</b>	114
<b>4.7.5</b>	<b>Vênus, Marte e Henrique</b>	115
<b>4.7.6</b>	<b>Morfeu e o Serafim: os sonhos de Manuel</b>	116
<b>4.7.7</b>	<b>Mercúrio e Henrique: o sonho de Vasco da Gama</b>	117
<b>4.7.8</b>	<b>Os milagres</b>	118
<b>4.7.9</b>	<b>Tétis e Tomé</b>	119
<b>4.7.10</b>	<b>Adamastor e Satanás</b>	120
<b>4.7.11</b>	<b>Vasco da Gama</b>	121
4.7.11.1	Moçambique	121
4.7.11.2	Quíloa	122
4.7.11.3	Mombaça	123
4.7.11.4	Melinde	124
4.7.11.5	Pelo que se empenha o Capitão?	125
4.7.11.6	As características do verdadeiro herói	126
4.7.11.7	Defesa do Capitão diante do Catual	126
4.8	RUMO À ÍNDIA	127
<b>4.8.1</b>	<b>Na Índia: chegada e partida</b>	128

<b>4.8.2</b>	<b>O oráculo indiano</b>	129
4.9	A NARRATIVA DIANTE DO REI INDIANO	129
4.10	ALEXANDRE	130
4.11	O VELHO DO RESTELO E O VELHO VENERANDO	130
4.12	O GUERREIRO	132
4.13	O SACERDOTE	132
	<b>CONCLUSÃO</b>	135
	<b>REFERÊNCIAS</b>	144

## INTRODUÇÃO

Luís de Camões (1524/1525 – 1579/1580) é o autor da epopeia portuguesa *Os Lusíadas* (1982), publicada em 1572. Por meio dela, louva os seculares esforços portugueses no mar, cuja consequência é o paulatino controle das rotas marítimas rumo ao sul da costa ocidental africana até a chegada de Vasco da Gama à Índia em 1498. Esses eventos históricos compõem o pilar central dessa epopeia.

*Os Lusíadas* caracterizam-se pela revalorização dos conceitos concernentes ao espírito e à estética do antigo mundo greco-latino. Desse modo, os preceitos da épica homérica, dos quais Aristóteles deduz parte do estabelecido em sua *Poética* (1966), são fundamentais à compreensão da epopeia camoniana. A leitura de *Os Lusíadas* revela um esforço consciente de Camões em inserir sua obra no cânone da epopeia clássica e de tentar superá-lo. Camões conhece os elementos estruturais da epopeia, pois são preceitos tanto das epopeias homéricas quanto da *Eneida*, a principal epopeia latina. A elaboração de *Os Lusíadas* está intimamente vinculada à estrutura encontrada nas epopeias da Antiguidade clássica. Os conceitos subjacentes àquela estrutura são aplicados por Camões, portanto, na elaboração de seu poema.

Luís de Camões não apenas representa a chegada dos portugueses à Índia. Por meio da voz de seu herói, elabora uma história portuguesa, desde sua origem pagã até o momento presente. Seu processo composicional consiste, essencialmente, na apropriação dos mitos clássicos greco-latinos, especialmente daqueles centrados em expedições marítimas, por meio dos quais constrói uma epopeia alicerçada não somente sobre a história, mas, também, sobre o mito.

*O Oriente* (1814) é uma epopeia portuguesa, escrita pelo padre José Agostinho de Macedo (1761 – 1831). Esse poema constitui-se uma releitura de *Os Lusíadas*. A finalidade de sua composição é emendar a epopeia camoniana, pois, para Macedo, *Os Lusíadas* mantém uma relação estreita e perigosa com o paganismo greco-latino, e o herói nacional Vasco da Gama não é representado adequadamente. Movido por isso, Macedo elabora uma epopeia portuguesa essencialmente cristã, tal como é cristã a pátria portuguesa e também seus filhos, representados pelo herói Vasco da Gama.

Considerando o propósito do poema de José Agostinho de Macedo, faz-se necessário um estudo a respeito do modo como o autor procede a releitura de *Os Lusíadas*. Tal é o objetivo dessa dissertação, que se desenvolve em quatro capítulos.

O primeiro capítulo oferece um panorama histórico das navegações portuguesas. Começa por examinar os eventos do século XIII em Portugal, mola propulsora do processo de expansão marítima, cujo apogeu ocorre no século XVI, por meio de processos políticos bem coordenados, desde D. João I, passando por D. João II e culminando nos atos de Manuel I. Não é apenas a decisão dos reis que determinam o sucesso desse aspecto da História Portuguesa. Os atos dos esforçados heróis navegadores compõem o irreduzível mecanismo que o torna possível. É imprescindível, portanto, dedicar um capítulo da dissertação ao estudo da história construída,

[pelas] armas e [pelos] barões assinalados,  
que da Ocidental praia lusitana,  
por mares nunca dantes navegados,  
passaram ainda além da Taprobana,  
e em perigos e guerras esforçados  
mais do que prometia a força humana,  
e entre gente remota edificaram  
novo reino, que tanto sublimaram.  
(CAMÕES, 1982, p. 29)<sup>1</sup>

É a história escrita por esses homens que oferece matéria à epopeia camoniana e, por consequência, à macediana. Além dos atos daqueles homens, louvam-se as “memórias gloriosas daqueles Reis, que foram dilatando a Fé e o Império” (CAMÕES, 1982, p. 29). O primeiro capítulo da dissertação contempla os aspectos históricos referentes aos atos desses heróis e reis.

Dedica-se o segundo capítulo ao estudo das principais epopeias portuguesas, desde *Os Lusíadas* até *O Oriente*. Examina-se, inicialmente, a importância do Renascimento e dos humanistas para o progresso do pensamento europeu em geral e do pensamento português em particular, capaz de impulsionar Portugal em seus primeiros passos rumo à expansão marítima e ao achamento da Índia. Posteriormente, examina as epopeias pós-camonianas até alcançar a José Agostinho de Macedo e *O Oriente*.

Em decorrência dessa finalidade, convém antecipar alguns apontamentos básicos acerca da epopeia.

A epopeia é um dos gêneros da poesia antiga. Na tradição literária ocidental, o épico aparece na Grécia antiga, com a *Iliada* e a *Odisseia*, atribuídas a Homero. Essas obras circulam oralmente na Antiguidade por meio dos aedos que as declamam, geralmente acompanhadas de música. A composição épica, portanto, está fortemente vinculada aos princípios fundamentais da

---

<sup>1</sup> A ortografia das citações dessa dissertação está de acordo com as normas do Português Brasileiro.

musicalidade e da versificação. A métrica, o ritmo e a rima são os componentes essenciais de sua forma, por meio dos quais o conteúdo da epopeia pode ser mais bem compreendido, assimilado e memorizado pela plateia. As epopeias homéricas, por exemplo, são compostas em um metro denominado hexâmetro. As obras homéricas, elaboradas segundo os preceitos do registro oral, são, posteriormente, compiladas e arranjadas em cantos. Assim, em um registro completamente diferente do original, perduram. Os elementos acima referidos compõem a dimensão a qual Aristóteles denomina “meio” para a imitação ou mimesis, em grego, μίμησις.

Além do exame dos meios para a imitação, Aristóteles investiga o objeto imitado: “como os imitadores imitam homens que praticam alguma ação, e estes, necessariamente, são indivíduos de elevada ou de baixa índole [...] necessariamente também sucederá que os poetas imitam homens melhores, piores ou iguais a nós” (1966, p. 70). Aristóteles, portanto, manifesta que Homero “imitou homens superiores” (1966, p. 70), e é essa a principal característica da epopeia quanto ao objeto imitado.

Segundo Aristóteles, o poeta imita pessoas, cujas ações são boas ou más, e a distinção do caráter delas dá-se pela imitação de seus vícios ou pela imitação de suas virtudes. Na epopeia, o poeta imita as ações de uma pessoa superior, ou herói, ἥρωις em grego, o personagem principal da narrativa épica. Para os gregos, o herói é um ser geralmente semidivino, fruto da relação entre as divindades e os seres humanos. Pode ter, entretanto, origem humana direta. Eneias, o herói latino, por exemplo, é filho de Anquises, um ser humano, e de Vênus, uma deusa. Odisseu, por outro lado, descende de um casal humano: seu pai é Laerte, e sua mãe é Anticleia. Segundo Ovídio, em sua obra *Metamorfoses*, no livro XIII, o avó paterno de Odisseu é Arcésio, descendente de Zeus. A origem do herói, não raramente, portanto, remonta aos deuses.

O herói encarna as características valorizadas em sua cultura de origem. O herói, além disso, possui capacidades e traços de personalidade ideais. Por isso, é capaz de atos heroicos. As grandes virtudes e a inclinação a atos grandiosos é indispensável ao herói, pois sua trajetória inclui enfrentar perigos e conflitos.

Por sua vez, a trajetória do herói prevê, como possibilidade e não como obrigatoriedade, a realização de uma viagem, como nos casos de Odisseu, de Eneias e de Vasco da Gama. No contexto da viagem, eles saem de seu lugar de origem, com o objetivo de encontrar uma nova terra ou um novo lugar, podendo ou não regressar a sua origem.

O universo da ação do herói caracteriza-se pelo seu contato com a aventura. Ele depara-se com uma série de conflitos, no plano físico e no plano espiritual, cuja consequência é seu refinamento. Esse processo produz no herói a profunda superação de sua condição inicial, elevando-o.

Esses elementos estruturais da épica clássica referentes ao herói são observados em *Os Lusíadas* e em *O Oriente*. Nelas, o objeto imitado é o herói histórico Vasco da Gama, comandante da primeira expedição portuguesa a alcançar a Índia. A existência histórica constituiu sua principal diferença em relação aos heróis das epopeias da antiguidade clássica, cujas existências eram históricas para gregos (Aquiles, Odisseu, por exemplo) e romanos (Eneias), mas encaradas, pelos pósteros, como míticas.

Aristóteles também examina o modo por que cada objeto é imitado. A esse respeito, observa: “efetivamente, com os mesmos meios pode um poeta imitar os mesmos objetos, [...] na forma narrativa ([por assumir] a personalidade de outros, como faz Homero)” (1966, p. 70). Nas epopeias homéricas, portanto, se está diante de um poema de caráter narrativo.

Esse é o motivo por que o terceiro capítulo da dissertação é dedicado ao estudo do enredo da epopeia *O Oriente*, canto a canto. Esse capítulo sintetiza os principais acontecimentos narrados na epopeia, a fim de que o leitor brasileiro, pouco conhecedor do texto, possa situar-se, em especial no cotejo, que o segue. A epopeia *Os Lusíadas*, por sua vez, não demanda esse trabalho, pois é conhecido e plenamente acessível, impresso ou virtualmente. A epopeia *O Oriente*, no entanto, não desfruta dessa condição, fato que chama a atenção, pois ela existe em virtude de *Os Lusíadas*, e deles pretende ser uma releitura, e deve ser estudado na relação que estabelece com o clássico camoniano.

O quarto capítulo da dissertação dedica-se ao cotejo entre *Os Lusíadas* e *O Oriente*. Nele busca-se investigar o motivo por que José Agostinho de Macedo escreve sua epopeia enquanto emenda ao épico camoniano. Examina-se a apropriação da mitologia greco-latina por Camões, que resulta, inicialmente, em uma advertência elaborada pelo censor da Inquisição e na epopeia de José Agostinho de Macedo. Posteriormente, examinam-se as características estruturais dessas epopeias: o modo como os autores lidam com o tempo, com as proposições, com as invocações e com as dedicatórias. O capítulo examina o tratamento dispensado por Camões e por Macedo à mitologia greco-latina e à mitologia judaico-cristã, e ao modo como integram essas mitologias à História Portuguesa em geral e à história do achamento da Índia em particular. Verificar e



compreender esse processo composicional é essencial ao entendimento dessas epopeias. O capítulo investiga, finalmente, discursos emblemáticos representados nas epopeias, por meio dos quais se pode compreender a ambivalente visão da época acerca dos esforços marítimos portugueses.

Essa dissertação, portanto, dedica-se a demonstrar o tratamento oferecido por Luís de Camões e por José Agostinho de Macedo à História Portuguesa em geral e à história do achamento da Índia em particular. Ambos tratam dessas matérias a partir de perspectivas distintas: a histórica e a mítica. Por meio da apropriação das mitologias greco-latina e judaico-cristã, os poetas, cada qual ao seu modo, oferecem uma representação peculiar. Essas mitologias proporcionam, assim como a História proporciona, substrato à elaboração dessas epopeias. Cada poeta, porém, estabelece uma relação particular com elas, e os pesos e as medidas para seu uso são diferentes. Doravante, examinar-se-ão, em pormenores, os aspectos referidos.

# **1 AS NAVEGAÇÕES PORTUGUESAS: PANORAMA HISTÓRICO**

Este capítulo estuda aspectos e eventos referentes à expansão marítima portuguesa e verifica os fundamentos a partir dos quais ela se desenvolve. Examina fatos decorridos no Portugal do século XIII, propulsores dessa expansão, cujo apogeu ocorre ao final do século XV, com a descoberta da rota marítima para a Índia. Dedicar-se aos processos políticos ocorridos na época de D. João I, D. João II e Manuel I, pois, em virtude deles, encaminha-se e garante-se o sucesso da empreitada expansionista. Investiga os feitos dos navegadores que, por meio de seus esforços, tornam, gradualmente, conhecidas as costas ocidental e oriental africanas, e permitem o avanço das descobertas, até à chegada à Índia.

## **1.1 EXPANSÃO MARÍTIMA PORTUGUESA**

### **1.1.1 Século XIII**

Os descobrimentos portugueses não são fruto de ações audaciosas, desordenadas e casuais. Claro é que o audacioso espírito português, no decorrer da história dos descobrimentos, tem um importante papel para o enfrentamento de mares e de terras desconhecidas. Os descobrimentos, contudo, são fruto de ação portuguesa meditada, cujos conhecimentos progressivos derivam da relação entre os nautas exploradores e os sábios que, metodicamente, estudam, interpretam e arquivam as observações daqueles, com respeito às terras, os céus e os mares novos. Esses atos sistemáticos têm lugar nos reinados de importantes chefes de Estado portugueses: no reinado de D. João I, por meio dos atos de seu filho, D. Henrique de Avis, e nos reinados dos bisnetos de D. João I, a saber, D. João II, e Manuel I.

A produção industrial do Portugal primitivo, com a exceção das marinhas de sal, é insuficiente para suprir as mais elementares necessidades diárias da população. Apenas as importações podem satisfazer as escassas aspirações de conforto e luxo existentes entre os indivíduos economicamente abastados. Não surpreende que, já no século XII, faça-se referência à presença de mercadores portugueses atuando junto a um importante centro comercial fornecedor de produtos finos, a feira de São Demétrio, na cidade grega de Tessalônica.

O excedente da produção portuguesa, por outro lado, compõe-se de produtos agrícolas, pecuários e apícolas. Por meio desse excedente, os portugueses encontram o fundamento para um comércio exterior equilibrado. Conforme a nação constitui-se e estabiliza-se territorialmente, as

trocas comerciais em âmbito internacional acentuam-se. Conforme aumenta a necessidade imposta pelo comércio, faz-se necessária a ampliação do uso das vias marítimas. Em virtude dessas circunstâncias, estabelece-se o contato entre o português e a orla ocidental de sua terra, à beira do Atlântico.

Fato marcante nesse sentido é a conquista de Lisboa no ano de 1147, pelas forças de D. Afonso Henriques. Esse evento confere aos portugueses a posse de um porto natural importantíssimo, e permite-lhes expandirem-se comercialmente por via marítima, de modo, até aquele momento, inimaginável: as perspectivas de expansão são, agora, promissoras. Além disso, a posse de Silves, de 1189 a 1191 temporariamente e, definitivamente, desde meados do século XIII, garante as condições mínimas de segurança necessárias à expansão marítima, pois priva os muçulmanos de seu último grande porto ocidental e importante base de ação naval.

As origens do comércio internacional português relacionam-se diretamente com os acontecimentos políticos referidos. Segundo Van den Bussche (Flandres et Portugal, 15-18 e 49, apud PERES, 1943 p. 24), as mais remotas notícias da existência de mercadores portugueses em Bruges (capital de Flandres) datam do ano de 1184. Logo depois, estão estabelecidas as relações comerciais em portos franceses e ingleses, segundo Santarém (Quadro Elementar, III, 05 apud PERES, 1943 p. 24). Alberto Sampaio interpreta a expressão *pannis navium*, mencionada no testamento de D. Sancho I, em 1188, como sendo a primeira referência às importações de panos vindos a Portugal por mar (Póvoas marítimas, nos estudos hist. e econômicos, I, 337, apud PERES, 1943 p. 24). Um documento português, a Lei de Almotaxaria, de 26 de dezembro de 1253, refere-se à presença de muitos artigos luxuosos importados da França e da Inglaterra, tais como tecidos de linho e seda, encrustados de ouro e plumas (Port. Mon. Hist., Leges, I, 192-196, apud PERES, 1943 p. 25).

Ao final do século XIII, o comércio português incrementara-se de tal maneira, que os mercadores elaboram uma organização de auxílio mútuo, o que uma Carta Régia de 1293 confirma (Torre do Tombo, Gaveta III, maço 5, nº 5, apud PERES, 1943 p. 25). Segundo o acordo dos mercadores, “os associados pagavam uma determinada importância por cada navio que carregassem para o estrangeiro, depositando na Flandres e em Portugal as somas assim obtidas” (PERES, 1943, p. 25). Esse fundo comum destina-se ao rateio das despesas, forenses sobretudo, oriundas da atividade comercial.

Conforme o comércio marítimo português cresce, desenvolve-se, proporcionalmente, a marinha portuguesa. A Carta Régia de 1293 revela-o, mas não é o primeiro documento a fazer isso. Afirma Damião Peres que, “no foral de Lisboa e em outros que lhe repetem as cláusulas, há honrosa referência a certas categorias de homens do mar” (1943, p. 25).

### 1.1.2 Século XIV

Desde o reinado de D. Dinis (1261-1325), são evidentes os progressos da marinha portuguesa. As primeiras menções estrangeiras aos navios portugueses são da época de seu reinado. Para Damião Peres, “o interesse da coroa pelo progresso da marinha vê-se bem manifesto, quer na aprovação oficial da referida ‘bolsa’ dos mercadores, quer no contrato dos técnicos navais estrangeiros escolhidos num dos mais reputados centros [da época]” (1943, p. 26). Com o fito de impulsionar o aprimoramento da marinha portuguesa, é trazido o genovês Manuel Pezagno, no ano de 1317, “a fim de servir de “almirante das galés de el-rei”, devendo “sempre ter vinte homens de Génova sabedores de mar e aptos para o comando de navios” (*Cartas Régias* de 1 e 5 de fevereiro de 1317, apud PERES, 1943, p. 26). Esse contrato evidencia o interesse de D. Dinis em aperfeiçoar e ampliar o poder da marinha portuguesa. Esse progresso logo faz-se sentir, pois, a partir dele, os portugueses já podem navegar em alto-mar, como nas expedições realizadas às ilhas Canárias.

No período de D. Fernando (1345 – 1383), há grande incentivo ao comércio marítimo. A carta de privilégio de 6 de junho de 1377, cujos destinatários são os moradores de Lisboa, refere-se as seguintes determinações reais:

- a) Livre uso de madeiras das matas da coroa por parte de quem quisesse construir navios de tonelagem superior a 100 tonéis;
- b) Isenção de direitos de importação das ferragens, fulame ou madeiras destinadas a tais construções;
- c) Isenção de impostos de transação pela compra de navios daquele porte efetuada no estrangeiro;
- d) Concessão, aos referidos construtores ou compradores, de dispensa dos serviços militares pessoais, excetuado o caso de entrar o rei pessoalmente em campanha, bem como do pagamento de certos impostos pessoais (*finto, talha*) ou de transação (*sis*), salvo quando destinados ao reparo de muralhas;
- e) Isenção de direitos de exportação na primeira viagem e redução de metade nos de importação no primeiro retorno;
- f) Concessão simultânea dos ditos privilégios a duas pessoas, se se associarem para a construção ou aquisição de um navio nos termos prescritos; (Torre do tombo, *Chancelaria de D. Fernando*, livro 2º, fól. 74, apud, PERES, 1943, p. 27).

D. Fernando é o criador da primeira “companhia de seguros” marítima de Portugal. Segundo Damião Peres,

nessa *companhia das naus* seriam obrigatoriamente inscritos todos os navios de comércio “tilhados”, isto é, com coberta e de tonelagem igual ou superior a 50 tonéis, não se excetuando nem os da coroa; dos lucros de cada viagem era devida a percentagem de 2%, a pagar numa das “bolsas” da companhia – a de Lisboa ou a do Porto (1943, p. 28).

Os valores acumulados nesse fundo destinam-se ao pagamento do seguro aos proprietários de navios que naufragassem ou sofressem avarias, seguro de valor proporcional aos prejuízos sofridos, quer inflingidos pelas intempéries, quer inflingidos por ataques de inimigos. Esse seguro cobre, também, uma indenização em caso de “injusta penhora, mas vedava-se qualquer pagamento quando se comprovasse negligência ou má-fé” da parte do(s) proprietário(s) (PERES, 1943, p. 29).

No caso de insuficiência dos recursos do fundo comum, os associados injetariam recursos excedentes, e aqueles que se negassem em arcar com sua parte, fariam-no à custa de seus próprios bens. O próprio rei estava sujeito às condições desse contrato, e deve responsabilizar-se pelos encargos relativos aos navios da Coroa.

Refere-se Damião Peres, ao examinar essa série de atos de D. Fernando:

A legislação fernandina, coroando um século de esforços dos armadores e navegantes portugueses, e amparando com salutares medidas todo o progresso futuro, trazia ao plano das sólidas realizações a vocação marítima dos portugueses (1943, p. 29).

Esse crescente ramo de atividade econômica resulta na criação de uma burguesia comercial, em contato constante com a aspiração de expansão marítima, presentes nos mais importantes centros comerciais da Europa. Essa classe, de fato, não se mantém insensível àquela aspiração. Portanto, passa, gradualmente, a estimulá-la em Portugal.

Além dos estímulos econômicos, há estímulos de ordem “espiritual”, isto é, vinculados à ciência e à religião. Afirma Damião Peres que

a curiosidade científica foi decerto um não despreciando fator da expansão portuguesa, pois que os estudos cosmográficos eram objeto de viva atenção em Portugal já na primeira metade do século XIV (J. Cortezão; *Influência dos Descobrimientos dos port. na his. da civilização* apud PERES, p. 30-31); porém, muito mais atuou, sem dúvida, o

pensamento de cruzada, que reacendia a secular tradição portuguesa da luta contra os muçulmanos, no fragor da qual se forjara a estrutura da Nação (1943, p. 31).

### 1.1.3 Século XV

Passada a primeira metade do século XV, a capacidade portuguesa para a navegação em busca de novas terras, capacidade outrora virtual, recebe um forte impulso, agora de D. Henrique de Avis (1394 – 1460), a mais importante figura da era dos descobrimentos, por isso conhecido como *O Navegador*, filho de D. João I. Não que D. Henrique navegue largamente, pois seus mais longos percursos marítimos não ultrapassam o Marrocos. Entretanto, devem-se as suas decisivas ações os primeiros êxitos da expansão ultramarina. Refere-se Damião Peres a respeito dele:

Não pode-se dizer descabido o [seu] cognome [O navegador], pois que D. Henrique foi, de fato, o principal animador da ação descobridora dos portugueses durante o seu primeiro meio-século, e animador o mais convicto, que nunca recuou, nem ante a incompreensão de muitos, não esquecida ainda no tempo do cronista João de Barros, nem ante as consideráveis dificuldades da empresa (1943, p. 32).

O continente africano é explorado pelas expedições de D. Henrique. Pensa-se que ele esteja inclinado ao desconhecido Ocidente. A ocupação dos Açores é uma evidência disso. Afirma Diogo Gomes, navegador que por anos o serviu: “desejando [o Infante] conhecer as regiões afastadas do oceano ocidental, enviou caravelas para procurar terras” (*As relações dos descobrimentos da Guiné e das ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde*, 17 série, págs. 265 à 293, apud PERES, 1943, p. 34).

Nos primeiros anos do século XV, a ocupação dos arquipélagos das Canárias e do arquipélago da Madeira torna-se vital. Ao arquipélago das Canárias tenta-se ocupar; ao da Madeira consegue-se. Ambos são vizinhos da costa africana, alvo da futura exploração portuguesa, daí sua importância estratégica àquela altura.

De acordo com as memórias de Diogo Gomes, é em virtude de expedições às Canárias que a expansão portuguesa pelo Atlântico começa. A ocupação desse arquipélago pelos portugueses dá-se apenas em 1466 e, economicamente, pouco acrescenta ao Império Português, diferentemente da Madeira, onde encontram mais vistosa compensação econômica.

Após a conquista e ocupação das Canárias, D. Henrique investe no reconhecimento da costa africana, e empenha-se na promoção do avanço tecnológico da marinha portuguesa. Não muito tempo depois da conquista de Ceuta pelos exércitos portugueses em 1415, D. Henrique

passa a enviar navios à costa ocidental africana, conhecida bem, apenas, até o Cabo de Não. Segundo as palavras do próprio D. Henrique:

Sendo certo como desde a memória dos homens se não havia alguma notícia na cristandade dos mares, gentes e terras que eram além do cabo de Não contra o meio dia, [...] me fundei de inquirir e saber parte, de muitos anos para cá, do que era desde o dito Cabo de Não em diante (*Carta do Infante D. Henrique* de 26 de dezembro de 1457, apud PERES, 1943, p. 75).

Nesse período, há nautas notáveis, cujos feitos garantem o avanço das descobertas. São seus esforços incansáveis que permitem à marinha portuguesa reconhecer a costa africana e navegar rumo à Índia. Eles devem ser conhecidos e referidos, pois a chegada à Índia, o objetivo máximo da expansão ultramarina, é parte de um longo e duro esforço histórico português, do qual são personagens importantes.

#### 1.1.3.1 Gil Eanes

Deixar para trás o cabo de Não e ultrapassar o Cabo do Bojador surge como uma meta importantíssima a ser alcançada pelos esforços marítimos portugueses. Em 1434, o navegador português Gil Eanes alcança-a.

#### 1.1.3.2 Gonçalves Baldaia

Não muito tempo após regressar do Cabo Bojador, talvez ainda em 1434, Gil Eanes regressa àqueles mares acompanhado por Gonçalves Baldaia, um servidor do Infante D. Henriques. No ano de 1436, Gonçalves Baldaia empreende uma nova exploração à costa africana, na qual vai muito mais ao sul, chegando a pedra da Galé.

#### 1.1.3.3 Nuno Tristão, Lançarote e Dinis Dias

Além desse marco, vai Nuno Tristão, que alcança o Cabo Branco em 1441. Em 1443, Nuno Tristão ultrapassa o Cabo Branco e descobre a ilha de Arguim e a ilha das Garças. Após regressar Nuno Tristão a Portugal, parte na direção do novo limite ocidental Lançarote, que descobre outras duas ilhas, próximas da ilha das Garças: Naar e Tider, em torno de 1433 e 1434.

Posteriormente, Nuno Tristão parte novamente, dilata aquele limite, e atinge uma região, a que Azurara, nas *Crônicas da Guiné*, chama “terra dos negros”. Segundo Peres,

desconhece-se a exata extensão desta terceira viagem de Nuno Tristão, mas pode-se crer que ela se alongou para além da foz do Senegal, visto deste rio para o sul se encontrarem as terras habitadas por negros (1943, p. 87).

Após a expedição de Nuno Tristão, Dinis Dias chega a “um grande cabo a que puseram o nome Cabo Verde” (AZURARA, *Crônica da Guiné*, cap. 31).

Segundo Peres,

da grande frota de Lançarote que se dispersou do Cabo Branco ao Senegal, um navio houve, o de Álvaro Fernandes, que, ultrapassando, embora não muito o Cabo Verde, chegou ao cabo dos Mastos ou Mastros (1943, p. 88).

#### 1.1.3.4 Álvaro Fernandes e Pedro de Sintra

Esse mesmo Álvaro Fernandes, após regressar a Portugal, volta a viajar, e alcança a Guiné. Posteriormente, Pedro de Sintra alcança um novo limite, o qual chama de Serra Leoa.

#### 1.2 D. JOÃO: SUPERINTENDENTE DA EXPLORAÇÃO DA COSTA AFRICANA

No ano de 1474, em 31 de agosto, conforme uma carta régia (BENSAÚDE, *L'astronomie nautique*, p. 274, apud PERES, 1943, p. 274), D. Afonso V, sobrinho de D. Henrique, filho de D. Duarte I de Portugal, portanto neto de João I, concede ao príncipe D. João a superintendência da exploração econômica das terras africanas descobertas. Cabe a ele explorar a Guiné e tudo o que a ela refere-se.

Quanto a isso, escreve Damião Peres que,

bem jovem ainda, o futuro D. João II inaugurava assim sua gloriosa carreira de orientador da expansão ultramarina portuguesa, que tanto ia beneficiar do seu vigoroso e decisivo impulso. Já então, às provas de esforçado ânimo, patenteadas nos campos de batalha marroquinos, teria certamente acrescentado evidentes mostras dessa sua outra, ainda mais profunda vocação (1943, p. 174).



### 1.3 MEDIDAS PROTECIONISTAS DE D. JOÃO II

As descobertas portuguesas e o conseqüente monopólio da exploração comercial não agrada ao rei de Castela. Contudo, sob a administração de D. Henrique, o estrangeiro acostumara-se a interferir nos interesses ultramarinos portugueses. Com a administração nova, agora nas mãos do rei D. João II, esse quadro modifica-se, pois ele instituiu uma forte política nacionalizadora. Por isso, os mares da costa ocidental africana tornam-se motivo de rivalidade entre Portugal e Castela.

Escreve Damião Peres que,

somando-se à excitação da crescente fama das riquezas do Golfo da Guiné, essa rivalidade levava os Reis católicos a favorecerem por todos os modos expedições de caráter mercantil equipadas contra os propósitos monopolizadores proclamados por Portugal (1943, p. 175).

Desse conflito de interesses, uma série de eventos decorridos no ano de 1475 em diante tem vital importância na futura partilha do mundo por portugueses e espanhóis. Menciona Damião Peres os principais deles:

- a) Em 1475, enviaram os Reis Católicos à Guiné uns trinta navios, preparando-se em Portugal uma frota para os combater;
- b) No mesmo ano, um navio flamengo, com piloto castelhano dirigiu-se à costa da Mina, fazendo ali avultadas transações, inúteis aliás, pois naufragou na costa dos escravos quando regressava;
- c) Em 1478 foram os mercadores de Palos autorizados pelos Reis Católicos a “negociarem por mar e terra as mercadorias que levassem ou trouxessem da Costa da Mina”;
- d) Em 1479, partiram para a Costa da Mina alguns navios castelhanos, contra os quais armou D. João uma frota, cujo comando foi confiado a Jorge Correia e Mem Palha, conseguindo os portugueses apossar-se dos navios e da carga, que era valiosa;
- e) Nos princípios de 1480 trouxe o capitão português Diogo Cão para Lisboa alguns navios castelhanos que aprisionara no Golfo da Guiné [...] (BENSAÚDE, apud PERES, 1943, p. 175).

As ações repressivas ao tráfico praticado pelos de Castela é regulamentada pela Carta Régia de D. João II, datada de 06 de abril de 1480, cujas determinações são severas. A Carta Régia ordena aos capitães enviados à Guiné que combatam contra os espanhóis e não tragam a nenhum deles prisioneiros. Lê-se na carta:

Tanto que os tais [os navios] forem tomados, sem outra mais ordem nem figura de juízo, possam logo todos ser, e seja, deitados ao mar para que morram logo naturalmente e não sejam trazidos a estes reinos nem a outras algumas partes, para que a eles seja pena por atentarem e quererem fazer uma coisa tão defesa e vedada, e, aos que o ouvirem e souberem, bom exemplo (*Alguns Documentos*, apud PERES, 1943, p. 176).

Os termos impostos por D. João II com respeito aos tratos com os espanhóis garantem a Portugal as terras descobertas e as terras por descobrir, pois os Reis Católicos comprometem-se em não mais interferir, conforme se pode verificar no *Livro das Pazes*, a cláusula referente à liberdade da expansão ultramarina de Portugal:

Todos os tratos, terras, resgates de Guiné com suas minas de ouro, e quaisquer outras ilhas, costas, terras descobertas e por descobrir, ilhas da Madeira, Porto Santo e Deserta, e todas as ilhas de Cabo Verde e todas as ilhas que agora têm descobertas e quaisquer outras ilhas [...] das illhas Canárias para baixo (apud PERES, p. 177, tradução nossa).

#### 1.4 MONOPÓLIO PORTUGUÊS SOBRE A COSTA OCIDENTAL AFRICANA

Os termos acordados por Portugal e Espanha garantem a expansão ultramarina portuguesa. Os castelhanos comprometem-se em não questionar, doravante, o direito português sobre as terras africanas. D. João II, portanto, é capaz de representar e garantir os interesses portugueses de expansão ultramarina. Esses eventos desempenham um papel importantíssimo na trajetória de conquista do Oriente por Portugal. Nesse contexto histórico, três navegadores têm um papel vital nos esforços marítimos portugueses, a saber: Rui de Sequeira, Diogo Cão e Bartolomeu Dias.

##### 1.4.1 Rui de Sequeira

No decorrer dos anos de 1474 e 1475, o navegador Rui de Sequeira alcança o Cabo de Santa Catarina, na Guiné. Desde então, os avanços portugueses em direção ao sul da costa africana não mais progridem. D. João II estimula a retomada da empreitada descobridora. Faz-se necessário avançar no reconhecimento da costa africana, rumo ao Oriente. Diogo Cão, é o encarregado pelo rei para desempenhar essa tarefa.

### 1.4.2 Diogo Cão

Diogo Cão parte de Portugal em 31 de agosto de 1482. Percorre a parte conhecida da costa africana, onde já operam portos portugueses importantes. Nesse percurso, detém-se na feitoria da Mina que, segundo João de Barros, serve “como lugar onde se podia prover de alguma necessidade” (*Ásia*, Déc. I, 3º, cap. III, apud, PERES, 1943, p. 189). A feitoria da Mina, ainda que recém fundada, mostra-se base útil às navegações de descobrimento portuguesas.

Diogo Cão, após ultrapassar o Cabo de Santa Catarina, passa a explorar a parte da costa africana desconhecida. Segundo João de Barros, crê-se que visita as Duas Moutas, a Praia Formosa e a Serra da Praia Formosa de S. Domingos, a Ponta Branca, a Ponta da Barreira Vermelha e o Cabo do Paul. Dobrado esse cabo, Diogo Cão depara-se com um poderoso rio, o qual nomeia de “Rio Poderoso”: é o rio Zaire, assinalado com o Padrão de São Jorge.

Diogo Cão continua o trabalho de reconhecimento da costa, e descobre as embocaduras do Rio da Madalena e do Rio de Fernão Vaz. Posteriormente, alcança o Monte Alto, a Terra de Duas Pontas, o Rio do Paul da Angra de Santa Maria, o Castelo de Alter Pedroso e, finalmente, o Cabo do Lobo, ou Cabo de Santa Maria, onde assenta um segundo padrão, o de Santo Agostinho. A partir desse ponto, Diogo Cão prossegue muito pouco. A razão de sua detença nesse lugar é desconhecida. Possivelmente, a escassez de víveres seja o motivo. Segundo aponta Damião Peres, “deve ter-se em conta a longa duração da viagem, cujo termo alcançou, pelo menos, setembro de 1483” (1943, p. 190).

Em 08 de abril de 1484, Diogo Cão está de volta em Portugal. Ele traz “amostras” das terras descobertas: indígenas congolezes da embocadura do Zaire. Diogo Cão, ao saber da existência de um chefe poderoso naquela região, envia-lhe emissários e presentes. Demorando-se os emissários mais que o previsto, Diogo Cão retém no navio alguns nativos que estão a bordo e leva-os a Portugal, prometendo aos da terra que eles serão devolvidos depois.

D. João II fica muito satisfeito com as descobertas de Diogo Cão. Na Carta Régia de 8 de abril de 1484, concede-lhe uma propriedade, a garantia de sobrevivência de um filho, e, dias depois, eleva-o ao nível de fidalgo. Assinala Damião Peres que há “fortes razões para crer que Diogo Cão supôs ter atingido nesta viagem o termo austral da África, pouco lhe tendo faltado para penetrar nas águas do Índico” (1943, p. 192). Alguns meses depois, Diogo Cão parte em sua segunda viagem à África, no outono de 1485, levando consigo os negros do Congo que prometera devolver. Pouco se sabe a respeito dos pormenores dessa viagem. Segundo João de Barros, ele

faz uma escala na embocadura do Zaire, para permutar os congoleses pelos portugueses que lá estão. Posteriormente, continua em direção ao sul. Assim, a frota alcança uma angra, a qual supunha Diogo Cão ser a passagem para a Índia. Reconhecendo que aquele não é o caminho assinalado, continua sua viagem rumo ao sul, ultrapassando o Monte Negro (Cabo Negro) e o Cabo do Padrão (Cape Cross), onde fixa os padrões comemorativos desta expedição. Atinge, ainda, a Serra Parda, identificada como a Ponta dos Farilhões.

Diogo Cão enganara-se e, enganando-se, engana a D. João II. Isso resulta em decepção generalizada: o rei recompensara-o por algo que não havia feito, e ele perde sua credibilidade como navegador. O rei não lhe dará outra oportunidade.

### **1.4.3 Bartolomeu Dias**

Pouco tempo após a conclusão da segunda viagem de Diogo Cão, D. João II ordena que uma pequena frota parta e nomeia a Bartolomeu Dias seu comandante. Sua tarefa é dar continuidade ao reconhecimento da costa africana. É ele quem dobra o Cabo da Boa Esperança, ultrapassa o termo austral do continente africano e descobre a passagem para o oceano Índico.

Segundo João de Barros, o navegador passa o último padrão estabelecido por Diogo Cão e, em 04 de dezembro de 1487, descobre a Terra de Santa Bárbara. Em 08 de dezembro, adentra o Golfo de Santa Maria. Em 21 de dezembro, chega ao Golfo de São Tomé. Em 23 de dezembro, alcança o Golfo de Santa Vitória. Logo depois chega a Angra das Voltas. Em 26 de dezembro, ao Golfo de Santo Estevão. Em 31 de dezembro, passa pela Terra de São Silvestre. Em 6 de janeiro de 1488 avista a Serra dos Reis.

A frota de Bartolomeu Dias continua sua viagem em direção ao sul e perde contato visual com a terra. Alguns dias depois, o capitão ordena que voltem a leste, em direção à costa. Como não a encontram, ordena que enveredem ao norte. Sem que saiba, dá as coordenadas responsáveis pelo contorno ao extremo sul do continente africano e ultrapassa os Cabos da Boa Esperança e o Cabo das Agulhas.

Bartolomeu Dias avista novamente a costa: a costa austral africana. Avista ali uma baía, a qual, segundo João de Barros, nomearam de Baía dos Vaqueiros (também chamada Baía de São Braz), em virtude das grandes manadas de bovinos manejadas por pastores de gado.

Desembarcando ali, os portugueses descobrem indígenas muito semelhantes aos da Guiné. Contudo, sua língua difere daquelas que eles conhecem na costa africana, pois nenhum intérprete levado por Bartolomeu Dias é capaz de entendê-la. Os nativos, ainda que receptivos momentaneamente, assustam-se e, refugiando-se nos rochedos, atacam-nos à pedradas.

A frota abandona a Baía dos Vaqueiros, seguindo a costa inclinada a leste e em águas mais índicas que atlânticas. A frota passa pelo Cabo Talhado, o Golfo dos Pastores, o Cabo do Arrecife, e alcança os dois grupos de ilhas da Angra da Roca: Ilhéus de Santa Cruz e Ilhéus Chãos.

Segundo João de Barros, a tripulação, desgastada pela viagem, deseja retornar a Portugal. Bartolomeu Dias reúne a cúpula da expedição, e uma votação é realizada. Todos votam pelo regresso a Portugal, exceto Bartolomeu Dias. Ele pede aos demais que prossigam a viagem por mais alguns dias, ao que aceitam. Assim, alcançam o Penedo das Fontes e, posteriormente, o Rio do Infante. Nesse ponto, encerra-se o prazo concedido a Bartolomeu Dias, e ele é obrigado a retornar.

A notícia do descobrimento do termo austral da África por Bartolomeu Dias não move D. João II a grandes demonstrações de alegria, de liberalidade financeira e à conferência de títulos de nobreza. Possivelmente, Bartolomeu Dias é vítima do desapontamento causado pela última viagem de Diogo Cão. O rei deseja provas concretas de que as frotas, de fato, velejam pelo oceano Índico rumo à Índia.

## 1.5 O PODER MUDA DE MÃOS: D. MANUEL I

D. João II, em seus últimos anos de reinado, dá grandes passos na busca pelo Oriente. Os feitos de Bartolomeu Dias, descobridor da passagem sueste, são um passo decisivo nessa trajetória. Contudo, em 25 de outubro de 1495, esse monarca morre sem descobrir a Índia. Sucede-o Manuel I, seu primo.

D. Manuel I retoma os projetos de descobrimento de seu antecessor. No entanto, não toma decisão alguma antes de ouvir “opiniões autorizadas” (PERES, 1943, p. 293):

Estando em Montemor-o-Novo, teve alguns gerais conselhos em que houve muitos e diferentes votos, e os mais foram que a Índia não se devia descobrir [...]; [outros] por serem mais conformes ao desejo del-rei lhe foram mais aceites [...]; [assim],

el rei assentou de prosseguir neste descobrimento (*Ásia*, Década I, liv. 4º, cap. I, apud PERES, 1943, p. 293).

Os preparativos para essa expedição ordenados pelo rei levam mais de um ano. Portanto, ela parte de Portugal em 1497.

## 1.6 A MATÉRIA DE *OS LUSÍADAS* E DE *O ORIENTE*: A VIAGEM À ÍNDIA

### 1.6.1 Vasco da Gama

Vasco da Gama, “homem solteiro, e de idade para sofrer os trabalhos duma tal viagem, experimentado nas coisas do mar, nas quais tinha feito muito serviço a el-rei D. João” (GÓIS, *Crônica de D. Manuel*, 1ª parte, cap. 23, apud PERES, 1943, p. 294), é escolhido como comandante dessa expedição. Vasco da Gama, nascido em Sines, em meados do século XV, é filho de Estêvão da Gama e neto de um também Vasco da Gama.

A nomeação de Vasco da Gama como comandante é entendida de maneiras diferentes pelos cronistas da época. O cronista Garcia de Resende, secretário particular do rei, encara a decisão de D. Manuel I como deferência à decisão já tomada por D. João II. Por outro lado, Duarte Pacheco, navegador português, atribui a D. Manuel I o planejamento daquela viagem.

Garcia de Resende, buscando louvar os atos de D. João II, escreve:

[pelos] grandes desejos que el-rei sempre teve do descobrimento da Índia, no que muito tinha feito e descoberto, até além do Cabo da Boa Esperança tinha concertada e prestes a armada para descobri-la, e por capitão-mor dela Vasco da Gama, fidalgo de sua casa; e por falecimento de el-rei a dita armada não partiu. E el-rei D. Manuel, que santa glória haja, tanto que reinou, mandou partir a armada, assim como estava prestes (RESENDE, *Crônica de D. João II*, cap. CCVI, apud PERES, 1943, p. 292).

O navegador Duarte Pacheco, por sua vez, informa que

mandou el-rei nosso senhor que se fizessem quatro navios pequenos, que o maior não passasse de cem tonéis para cima, porque para terra não sabida e tão incógnita como aquela então era, não era necessário serem maiores. E isso se fez assim por que mais ligeiramente pudessem entrar e sair em todo lugar, o que, sendo grandes, não podiam fazer. E estes se fizeram por singulares mestres e oficiais, e assaz fortes de madeira e pregadura, e com três equipações de velas cada nau, e assim amarras e outros aparelhos e cordoalha três e quatro vezes dobrada além da que costuma trazer. A louça dos tonéis, pipas, barris, assim de vinho, como de água, vinagre e azeite, toda foi arqueada com muitos arcos de ferro, que cada peça levava por segurar o que dentro tinha. Os

mantimentos de pão, vinho, farinhas, carnes, legumes e cousas de botica, e assim armaria e bombardaria, tudo isto foi dado em tanta abundância, quanto a necessidade do caso convinha, e muito mais (PACHECO, *Esmeralda de situ orbis*, liv. 4º, cap. 2º, apud PERES, 1943, p. 292).

Os escritores quinhentistas afirmam que D. João II é o idealizador e arquiteto da ideia. Menciona Castanheda, por exemplo, que D. João II planejara a construção de dois navios adequados à viagem ao Oriente e que, para tanto, havia mandado cortar madeiras escolhidas especialmente para isso, tarefa que confia a um homem chamado João de Bragança. Nesse contexto, segundo o autor, sobrevém a morte ao rei (CASTANHEDA, *História do descobrimento e conquista da Índia*, liv. 1º, cap. II, apud PERES, 1943, p. 293).

João de Barros, por sua vez, informa que D. Manuel I ordena a Bartolomeu Dias “que tivesse cuidado de os mandar [os barcos que D. João II mandou construir] acabar segundo ele sabia que convinha para sofrer a fúria dos mares daquele grão Cabo da Boa Esperança” (BARROS, *Ásia*, Década I, liv 4º, cap. I).

João de Barros e Damião de Góis afirmam que o capitão-mor nomeado pelo rei D. João II é Estevão da Gama, pai de Vasco da Gama, e acrescentam que esse é escolhido em virtude da morte daquele. O próprio João de Barros, contudo, reconhece que há dúvidas em torno de sua afirmação, e apresenta-a como um boato. Damião de Góis, ao elaborar sua compreensão a respeito daqueles fatos, serve-se da obra *Ásia*, escrita por João de Barros. Damião de Góis, por sua vez, apropriando-se das palavras de João de Barros, remove-lhes o caráter especulativo e, tal como faz um literato, inventa “uma fala de agradecimento ao monarca, pronunciada por Vasco da Gama” (PERES, 1943, p. 295).

A posição dos cronistas varia. Contudo, isso não altera o fato de que é Vasco da Gama o capitão-mor daquela expedição e, pela primeira vez na história portuguesa dos descobrimentos, atribui-se a um capitão-mor funções militares e também diplomáticas muito bem definidas. Vasco da Gama porta cartas de D. Manuel I, encaminhadas ao Samorim de Calecute, chefe da Índia com quem deseja estabelecer relações políticas e econômicas. Além disso, Vasco da Gama dispõe de um poderoso arsenal. Caso alguma situação o demande, está autorizado a utilizá-lo.

A fim de enumerar os navios que compõem a frota com a qual se alcança a Índia, Castanheda, em sua *História do descobrimento e conquista da Índia*, refere-se a dois, nomeados São Gabriel e São Rafael, construídos especificamente para essa viagem. Soma-se aos dois uma caravela, a Bérrio, nomeada assim por ser esse o apelido do piloto a quem pertence, e um navio

de um mercador lisboeta chamado Aires Correia, cujo nome não é indicado por Castanheda. A finalidade dessa última embarcação é servir como navio de abastecimento. Essa embarcação deve ser destruída na aguada de São Braz e seus suprimentos devem ser distribuídos entre os outros três navios.

O capitão-mor Vasco da Gama é o comandante da expedição e está a bordo do São Gabriel. Seu irmão, Paulo da Gama, é o capitão do São Rafael. Nicolau Coelho é o capitão da Bérrio. Gonçalo Nunes é o comandante do navio de apoio.

Os pilotos são escolhidos rigorosamente. Pero de Alenquer pilota o São Rafael, Pero Escolar a Bérrio. O primeiro piloto acompanhara a Bartolomeu Dias na viagem que resulta no descobrimento da passagem sueste, e é um profundo conhecedor dos mares africanos do sul. O segundo piloto acompanhara a Diogo Cão nas explorações à costa africana que precederam às investigações de Bartolomeu Dias. O piloto do São Rafael chama-se João de Coimbra.

Além disso, sabe-se quais foram os escritvães dos três navios do descobrimento: do São Gabriel foi Diogo Dias, irmão de Bartolomeu Dias e seu companheiro durante a viagem que deu volta à África. Do São Rafael foi João de Sá e, por fim, da Bérrio, Álvaro de Braga.

### **1.6.2 O diário de Vasco da Gama**

Durante a emblemática expedição de Vasco da Gama à Índia, no ano de 1497, uma testemunha ocular, anônima, elabora um relato. Esse relato, de oitenta páginas, à semelhança de um diário, inicialmente conhecido por *Diário Anônimo*, é escrito, segundo as grandes autoridades no assunto, por Álvaro Velho, marinheiro e cronista, membro da expedição.

Esse relato é publicado em Portugal no ano de 1838, com o nome de *Roteiro da Viagem que em Descobrimto da Índia pelo Cabo da Boa Esperança fez D. Vasco da Gama em 1497*. Alguns tradutores da obra, por sua vez, decidem nomeá-la *Diário*, decisão com a qual concorda Damião Peres, autor da introdução à edição portuguesa citada nesse capítulo:

Mais exata se nos afigura a denominação *Diário*, usada em algumas traduções estrangeiras. Trata-se, com efeito, de um escrito em cujas páginas os sucessos humanos da empresa avultam muito mais do que as informações topográficas ou as notícias técnicas da navegação (1945, p. 11).



Utilizar-se-ão algumas informações contidas nesse documento, essenciais à compreensão daquela viagem e de seus desdobramentos.

Registra-se a respeito da partida da expedição em seu diário de bordo: “Partimos de Restelo um sábado, que eram 8 dias do mês de julho da dita era de 1497, nosso caminho, que Deus nosso Senhor deixe acabar em seu santo serviço” (PERES, 1945, p. 03). Assinala-se com precisão o local do embarque da expedição e a data de sua partida.

De Lisboa, a expedição ruma na direção das Canárias, onde chegam após uma semana da partida de Lisboa. Contudo, não se detêm ali. Seguem a costa, parando por algumas horas, no dia 16 de julho, em terra firme. Posteriormente, continuam a viagem. Um nevoeiro, contudo, dispersa a expedição na noite seguinte. Seguindo as instruções referente a um caso dessa espécie entregues a Vasco da Gama, dirigem-se todos às ilhas caboverdianas.

No dia 23 de julho, o São Rafael avizinha-se da ilha do Sal e avista três navios, aos quais se junta horas depois. Entre eles estão o navio de Nicolau Coelho e o navio de Gonçalo Nunes, além de uma caravela que, sob o comando de Bartolomeu Dias, dirige-se à Mina. Três dias mais tarde, na manhã de 26 de julho, avista-se o São Gabriel. Reagrupa-se a frota. No outro dia, ela alcança a ilha de Santiago e detém-se ali durante uma semana, na Praia de Santa Maria.

No dia 03 de agosto, a frota zarpa e só volta a aproximar-se da terra três meses depois, no dia 04 de novembro, quando já estão perto do Cabo da Boa Esperança. Nesse dia, avistam grandes quantidades de algas, sinal da proximidade da terra firme. Três dias depois, em 07 de novembro, chega a frota à terra, por meio de uma baía, a qual nomeiam de Baía de Santa Helena, distando algo em torno de cento e oitenta quilômetros do Cabo da Boa Esperança.

Ficam ancorados em Santa Helena por oito dias, durante os quais reparam os navios e recolhem lenha. Enquanto isso, Vasco da Gama indaga, inultamente, aos nativos, a respeito de especiarias, aljôfar e ouro. Após isso, a frota zarpa no dia 16 de novembro.

No dia 18 de novembro, avistam o Cabo da Boa Esperança. Em virtude do vento, no entanto, não podem contorná-lo. No dia 22 de novembro conseguem dobrá-lo e chegam à Baía de São Braz, onde a frota ancora no dia 25 de novembro.

É nessa baía que se desfazem do navio de apoio e repartem entre os outros três os mantimentos. Doze dias ali ficam e, em 06 de dezembro, assentam um padrão, que os nativos destroem no outro dia, pouco antes de os portugueses zarparem.

Os portugueses chegam ao rio do Infante, mas um clima hostil impede-os de prosseguir rente à costa. Somente em 25 de dezembro aproximam-se dela novamente, e, àquela terra encontrada, chamam Terra do Natal. Continuam dali a navegar. No entanto, falta-lhes água, de modo que, em 11 de janeiro, reabastecem-se numa região de nativos mais receptivos. Por isso, chamam àquele lugar de Terra da Boa Gente.

Seguindo adiante, a Bérrio chega, em 24 de janeiro, à foz do Zambeze, enquanto os outros navios alcançam-na no dia 25 de janeiro. Na margem norte, portanto, assentam um padrão. Nesse local, os primeiros casos de escorbuto começam a manifestar-se. Ali passam um mês.

A frota volta ao mar. No dia 02 de março, os navios chegam à ilha de Moçambique. É ali que Vasco da Gama logra informações referentes a Índia: basta-lhe navegar até Melinde para receber um piloto que o conduza pelo oceano Índico.

Em Moçambique, os portugueses tomam um piloto mouro. Partem dali em 11 de março, mas não conseguem progredir na viagem. Inicialmente avançam um pouco, mas grandes calmarias tornam impossível avançar. Durante as calmarias, os navios são impelidos ao sul, de modo que, em 15 de março, estão quatro léguas aquém de Moçambique. Nesse dia, porém, é possível avançar e retornar ao lugar onde estavam inicialmente. No dia 27 de março, o clima permite-lhes recomeçar a viagem.

No final da tarde do dia 07 de abril, os portugueses alcançam Mombaça. Dia 13 de abril, atracam ali. Em Mombaça, os portugueses correm grande perigo, em virtude de uma traição urdida pelos mouros, descoberta a tempo de safarem-se.

A distância entre Mombaça e Melinde é mediana. Portanto, com um dia e meio de viagem alcançam-na. As relações que Vasco da Gama e o rei melindano estabelecem são amistosas. O rei fornece a Vasco da Gama um excelente piloto, que passa à história com três nomes diferentes: segundo João de Barros, Malemo Cana; segundo Castanheda, Canaqua; segundo Damião de Góis: Malemo Canaqua.

Ainda que não haja consenso sobre o nome do piloto, é fato que, com ventos favoráveis, a frota parte de Melinde em direção à Índia. No dia 18 de maio, os navegadores avistam terras indianas. Contudo, não podem desembarcar nesse dia, em virtude dos temporais que assolam aquela região. No dia 20 de maio, aproximam-se da terra. À tarde, os navios viajam por duas léguas ao norte, na direção do porto de Capua ou Capocate, ancoradouro posteriormente substituído pelo de Calecute e de Pandarene.

Por esses ancoradouros vadeia Vasco da Gama por mais de três meses, tempo de duração das negociações empreendidas por ele e pelo Samorim de Calecute, com quem os portugueses desejam manter sólido comércio.

As relações entre portugueses e indianos, inicialmente amistosas, tornam-se tensas, pois os mouros temem perder sua hegemonia comercial para a concorrência portuguesa. Nesse contexto, Vasco da Gama utiliza-se do poder bélico que possui para retaliar aos mouros. Finalmente, carregam algumas especiarias, enviam à terra um padrão, que o Samorim compromete-se em erigir e, retidos seis nativos, começam a viagem de retorno.

No dia 29 de agosto de 1498, os portugueses deixam o porto de Calecute e, rumando a noroeste, costeiam a Índia, com dificuldade, pois os ventos são insuficientes. No dia 10 de setembro, Vasco da Gama ainda envia uma mensagem final ao Samorim. No dia 15 de setembro, a frota alcança os Ilhéus de Santa Maria, num dos quais erige um padrão. No dia 20 de setembro, encontram uma bela terra, chamada ilha de Angediva, onde lançam âncora e detém-se até 05 de outubro.

Da ilha de Angediva, Vasco da Gama rumo para Melinde. No retorno, no entanto, as condições climáticas são hostis. A ausência de ventos favoráveis, a presença de ventos contrários e o escorbuto assolam a tripulação. A travessia do Índico dura quase três meses. A essa altura, os portugueses já contam com trinta mortos e o escorbuto generaliza-se. Por fim, um vento favorável sopra e aproxima a frota da costa africana. Após ancorar em Mogadoxo em 02 de janeiro, a expedição alcança Melinde no dia 07 de janeiro.

O rei de Melinde recepciona favoravelmente aos portugueses novamente. Vasco da Gama envia-lhe um padrão, o qual o rei erige. Durante cinco dias, ficam em Melinde e, no dia 11 de janeiro, voltam ao mar.

No dia 13 de janeiro, tendo os portugueses deixado para trás Mombaça, atracam nos Baixos de São Rafael, assim chamados porque o São Rafael chocara-se com eles na viagem de ida. Ali, queimam aquela nau, depois de dividirem entre os outros dois aquilo que havia de aproveitável.

No dia 27 de janeiro, o São Gabriel e a Bérrio voltam a navegar. Em 1º de fevereiro, passam por fora da ilha de São Jorge, fronteira a Moçambique, onde estiveram por ocasião da viagem de ida. Atracam ali novamente, e assentam o último padrão. No dia 3 de março, atingem a baía de São Braz. Alí descansam por dez dias. Partem na direção do Cabo da Boa Esperança, que

dobram, com dificuldades tremendas, no dia 20 de fevereiro. Entram numa zona de ventos favoráveis e conseguem progredir satisfatoriamente. Em 25 de abril, estão já à foz do rio Geba, na Guiné.

Da costa da Guiné, os navios singram na direção da ilha de Santiago. Por motivos não esclarecidos por Vasco da Gama, a Bérrio adianta-se na direção de Lisboa. Vasco da Gama, ao atingir a ilha de Santiago, vendo o grave estado de saúde de seu irmão, freta uma caravela, por meio da qual se encaminham para Lisboa às pressas. Para o comando do São Gabriel, nomeia a João de Sá.

Nicolau Coelho atraca em Lisboa no dia 10 de julho. João de Sá chega a Lisboa depois de Nicolau Coelho, em data não registrada. Vasco da Gama é o último a chegar. Ficara na ilha Terceira, uma ilha dos Açores, onde seu irmão morre. Somente depois navega para Lisboa, em data não registrada.

O rei D. Manuel I recompensa aos tripulantes daquela frota. Vasco da Gama, por ser o capitão-mor, é o mais agraciado. Por intermédio das Cartas Régias de 24 de dezembro de 1499, 22 de fevereiro de 1501 e 10 de janeiro de 1502, concede a Vasco da Gama a vila de Sines, importantes tenças e grandes honrarias.

A atitude de D. Manuel é reflexo da satisfação e do reconhecimento àquela viagem, que fecha um século de consistentes esforços em mar. Naquele momento, de fato, não é possível prever as consequências funestas do contato entre as civilizações. Esse momento é de grande euforia e otimismo para, Portugal, o descobridor da rota para a Índia.

## 2 DE CAMÕES A MACEDO : O ESPÍRITO DO TEMPO E SUAS EPOPEIAS

Esse capítulo dedica-se à relevância dos princípios e noções circulantes na Europa durante o Renascimento, cujo centro espiritual é a Itália, a partir de onde os autores clássicos greco- latinos passam a ser mais bem conhecidos, estudados e imitados. Esse período notabiliza-se pela efervescência religiosa, pois tanto a mitologia judaico-cristã, quanto a mitologia greco-latina são mais intensamente examinadas.

Durante o Renascimento, intensifica-se o avanço espiritual europeu em geral e português em particular, graças aos humanistas que difundem os modelos clássicos. Aumentam as possibilidades de ação do homem sobre a natureza, como as grandes navegações portuguesas demonstram, e altera-se sensivelmente a compreensão do homem a respeito de seu papel no mundo e das novas possibilidades espirituais, decorrentes do contato entre as mitologias clássica e cristã. O mundo clássico greco-latino passa a influenciar profundamente os grandes pensadores e poetas europeus.

Nesse contexto histórico e espiritual, está Luís de Camões e sua epopeia *Os Lusíadas*. Os eventos históricos posteriores à morte de Luís de Camões alteram o espírito português e, conseqüentemente, a produção da poesia épica. Em outro contexto histórico está o padre José Agostinho de Macedo e sua epopeia *O Oriente*. Desde *Os Lusíadas* até *O Oriente*, quase dois séculos e meio decorrem. Nesse espaço de tempo, eventos históricos importantes têm lugar e outras epopeias são compostas, mais ou menos alinhadas à tradição camoniana. Esse capítulo examina esse contexto histórico e literário.

### 2.1 O RENASCIMENTO

O Renascimento “foi um súbito crescimento do homem, que rompeu as limitações medievais ou bíblicas e incorporou em si um saber e uma experiência, adquiridos e armazenados pela velha civilização grega e pela romana. Esse crescimento fez-se no tempo e no espaço” (FIGUEIREDO, 1966, p. 15). O crescimento no tempo envolve a “incorporação da ciência, da filosofia, da arte e da literatura dos antigos e seu estudo devotado” (FIGUEIREDO, 1966, p. 14). O crescimento do homem em sentido espacial envolve o alargamento de suas curiosidades geográficas, pois o mundo conhecido já não basta. O mar Mediterrâneo deixa de ser o centro da

navegação. O homem do Renascimento atira-se ao Atlântico, às costas africanas e, posteriormente, às costas americanas.

O centro geográfico do Renascimento é Portugal. Como puderam os portugueses realizar as monumentais descobertas marítimas? São os portugueses os responsáveis pela iniciativa em inovar a arte da navegação e suas áreas afins. São eles os continuadores da

ciência árabe, astronômica e náutica [...] continuaram e aceitaram a cooperação de navegadores e cartógrafos genoveses, maiorquinos e catalães; conheceram todo o saber astronômico medieval [...] utilizaram o saber matemático e suas aplicações geográficas [...] aceitaram capitais estrangeiros, de flamengos e alemães, para a exploração mercantil (FIGUEIREDO, 1966, p. 19).

O centro espiritual do Renascimento é a Itália, nele foram acolhidos os humanistas de Constantinopla, fugidos dos turcos. Segundo Figueiredo, a Itália tinha o terreno adequado à floração do Renascimento no Ocidente, pois

escapando à centralização monárquica, a Itália vivia no mais anárquico e também mais fecundo individualismo, e possuía nalguns príncipes opulentos mecenas carinhosos para toda cultura do espírito. Nunca houve na História tal florescimento de gênios multímodos (1966, p. 14).

É na Itália que

começara uma grande transformação desde a primeira metade do século XIV: enfraquece-se a fé, tornam-se mais agudos no homem o desejo e a curiosidade de conhecer-se a si próprio, reafirma-se a dignidade do próprio espírito humano. O homem deixa de ser dócil e submisso a um Deus todo-poderoso que tudo sabe e de quem tudo depende para reconhecer-se como um ser dotado de potencialidades infinitas, capaz de chegar, por si mesmo, ao domínio do verdadeiro, do belo e das leis da natureza: é a época chamada de Humanismo. Este implica um esforço para conhecer a cultura clássica e para integrá-la [...] (TUTIKIAN, 2013, p. 08).

Assim, difundem-se pelo Ocidente Dante e Petrarca, modelos formais mais antigos, e Boccaccio, Ariosto e Tasso, modelos formais mais recentes. Acrescem-se a eles Homero, Virgílio, Horácio, Ésquilo, Aristófanes, Ovídio, Cícero, Tácito, entre outros. Segundo Figueiredo,

muitos destes deuses tutelares não esqueceram nunca durante a Idade Média: os textos, mormente os dos prosadores joaninos, revelam o conhecimento deles. Mas a sua devota valorização em culto, o perfilhar entusiasticamente o conceito de vida e de beleza neles expresso, o amor do textos fiéis, a carinhosa procura e exegese deles é que são atitudes mentais e estéticas novas, típicas da Renascença (1966, p. 21).

O Renascimento também é um período de efervescência religiosa. As Cruzadas trazem os ensinamentos judaico-cristãos ao Ocidente. Durante o Renascimento, contudo, a Igreja Católica enfrenta sérios problemas. “O rei de Inglaterra separa-se do Papa; o de França, toma uma atitude ambígua; e mesmo os príncipes favoráveis ao Papa desacatam a Santa Sé, como Carlos V, cujo exército em 1527 saqueia Roma” (SARAIVA & LOPES, 2010, p. 170). Em virtude dessa anarquia, urge uma reforma religiosa. O Concílio de Trento (1545 – 1563) configura uma “nova fisionomia política e religiosa” nesse período (SARAIVA & LOPES, 2010, p. 170). Esse é o momento no qual “a Península Ibérica torna-se o mais forte baluarte do mundo católico” (SARAIVA & LOPES, 2010, p. 170).

O advento da tipografia, no decorrer do Renascimento, “acelerou prodigiosamente a difusão das ideias e das notícias” (SARAIVA & LOPES, 2010, p. 172), entre as quais figuram o descobrimento do caminho marítimo para a Índia e para a América, e o relato do encontro com as novas civilizações. Em Portugal, no entanto, “a difusão da tipografia faz-se com relativa lentidão. Entre as primeiras impressões predominam as de livros em caracteres hebraicos” (SARAIVA & LOPES, 2010, p. 178).

É no Renascimento que se incrementam as técnicas para a elaboração e para o uso da artilharia, além do aperfeiçoamentos da mineração. O homem renascentista domina a natureza em uma escala sem precedentes. Isso confere-lhe uma extraordinária vantagem sobre os “recém descobertos”.

O Renascimento determina mudanças significativas no espírito do homem, cujo principal fruto é o aprofundamento do conhecimento. Compreende-se, portanto, o Renascimento como uma profunda reviravolta no centro da cultura europeia. Ela altera profundamente as bases do espírito humano, fundadas sobre o Teocentrismo. Antônio Carlos Villaça afirma: “o Renascimento é sobretudo a valorização do humano. Se a civilização medieval fundamentalmente foi teocêntrica, a renascentista será prevalentemente antropocêntrica” (1978, p. 29).

## 2.2 INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO RENASCENTISTA EM PORTUGAL

A respeito das primeiras manifestações do Renascimento em Portugal, afirma Tutikian:

Os primeiros focos da cultura renascida estão em Florença, na Itália, e sua introdução em Portugal deve-se a Sá de Miranda. [...] Assimilando o movimento geral da arte renascentista, Portugal adapta as influências recebidas à sua realidade cultural, o que permite a coexistência do homem português no que assume do espírito clássico com o homem português muito arraigado às raízes nacionais tradicionais (2013, p. 08).

Questão da maior relevância é, no período do Renascimento, a revalorização dos gêneros clássicos da Antiguidade clássica, em especial o gênero épico, um dos mais nobres gêneros da antiguidade. Segundo Tutikian,

ainda que a revelação de uma parte desconhecida do mundo constituísse o acontecimento culminante da Renascença, mostrando o espírito aventureiro, empreendedor e descobridor que dominava o homem, ressuscitar a epopeia, quando o mundo mercantil já pouco se prestava à admiração de heróis semidivinos e seres mitológicos, era um desafio. Cabe, entretanto, a Camões a ressurreição da epopeia clássica (2013, p. 9).

Segundo Antônio Carlos Villaça, “o Renascimento vem incorporar o mundo antigo ao mundo moderno. Há uma volta às formas estéticas antigas greco-romanas” (1978, p. 28), e acrescenta:

A civilização medieval fora europeia. Roma, Aix e Paris eram o centro da vida civilizada nos seus aspectos religioso, político e cultural. O sentido de expansão universal vai caracterizar o Renascimento. A civilização foi uma civilização terrestre. A renascentista é uma civilização marítima. Os dois elementos da *Comédia*, de Dante, são a terra e o céu, enquanto o mar é o grande elemento do poema de Camões, que é expressão suprema do Renascimento em nossa língua. O Renascimento incorpora o mar (1978, p. 29).

Em termos religiosos, o contato entre a herança europeia medieval, o cristianismo, e o paganismo greco-latino, resulta no sincretismo entre cristianismo e paganismo, como expresso em Camões.

Segundo Antônio Carlos Villaça, a sobrevivência da cultura greco-latina deve-se aos monges beneditinos, conforme registrado por Montalembert em sua obra *Les Moines d'Occident*, efetuada através dos mosteiros, de suas bibliotecas e de seus *scriptoria*. Portanto, “a melhor herança pagã associa-se de forma concreta à melhor herança cristã” (1978, p. 73).

## 2.3 OS HUMANISTAS

Quem são os humanistas? Os humanistas são os incentivadores e os propagadores do Renascimento. Os humanistas são homens das letras, cujas atividades ocorrem à parte da



hierarquia clerical. Alguns desfrutaram de posições altamente favorecidas na Igreja ou fora dela; outros são diplomatas ou chanceleres; outros, ainda, são pedagogos. O termo humanista remonta “[ao] conceito de *humanitas* [...] de Cícero, [que] exprime a crença num conjunto de valores morais e estéticos universalmente humanos” (SARAIVA & LOPES, 2010, p. 173).

Segundo Saraiva & Lopes,

os primeiros focos desta cultura “renascida” situam-se em Florença, onde Comes de Médicis, por influência do neoplatônico Marsílio Ficino, funda a célebre Academia Platônica, frequentada por Pico della Mirandola, Leão-Baptista Alberto e outros; Ficino e Mirandola procuraram incorporar na doutrina cristã tradições esotéricas afins do neoplatonismo, como a do hermetismo de pretensa origem egípcia, a do misticismo dos Gnósticos e a da Cabala judaica, incluindo a alquimia e a astrologia; este esoterismo permeia todo o Renascimento (2010, p. 173).

O movimento humanista “adotou como modelos as regras, os gêneros, as formas métricas, os recursos estilísticos [e] a disciplina gramatical dos antigos autores gregos e romanos” (SARAIVA & LOPES, 2010, p. 173).

#### 2.4 O PENSAMENTO HUMANÍSTICO EM PORTUGAL

A difusão dos saberes dos humanistas, em Portugal, “realiza-se sob a égide da Coroa, e foi o Paço o principal foco da cultura literária” (SARAIVA & LOPES, 2010, p. 177). A educação de D. Afonso V é italiana. Ainda mais: diversos nobres e religiosos vão à Itália, a Florença especialmente, a fim de garantir uma formação humanística.

Dom Manuel e D. João III incentivam a divulgação das ideias humanistas em Portugal. “D. Manuel parece ter sido o primeiro monarca a animar com pensões estes estudos no estrangeiro, que até então estavam principalmente a cargo dos institutos religiosos, e D. João III criou, em 1527, cinquenta bolsas no célebre Colégio Universitário Parisiense de Santa Bárbara” (SARAIVA & LOPES, 2010, p. 177).

A cultura literária fortalece-se em Portugal em virtude das ações desses dois monarcas. “Na época de D. Manuel, torna-se obrigatório para os moços da corte o ensino da gramática [...] Muitos moços fazem a sua primeira aprendizagem literária na corte” (SARAIVA & LOPES, 2010, p. 178). D. João III é o responsável pela reforma da Universidade, “pela qual procurou desenvolver, dentro dos velhos cursos de Artes, os estudos humanísticos” (SARAIVA & LOPES, 2010, p. 177).

Segundo Saraiva & Lopes,

o Humanismo como impulso criador e crítico anima, pode dizer-se, a primeira metade do século XVI e atinge seu apogeu pouco antes de 1550 com o Colégio Real das Artes e o magistério dos humanistas a ele ligados, incluindo as representações acadêmicas de teatro clássico. Neste meio ou perto dele se formam algumas personalidades que virão a revelar-se na segunda metade do século, como Camões [...] (2010, p. 180).

O pensamento humanístico filia-se a uma nova forma de compreender a vida e o cosmos. Permite ao homem encarar-se como objeto de seu próprio exame. A partir desse período, o homem crê poder ocupar o centro do cosmos e descobrir novos limites da compreensão humana e do mundo. Segundo Massaud Moisés,

a época do Humanismo inicia-se quando Fernão Lopes é nomeado Guarda-mor da Torre do Tombo por D. Duarte, em 1418. Fato relevante por si próprio, serve de claro indício da mudança de mentalidade processada em Portugal desde a ascensão de D. João I ao trono em 1385, inaugurando a dinastia de Avis, que viria a prolongar-se até 1580 (2007, p. 31).

A nomeação de Fernão Lopes como Guarda-mor da Torre do Tombo redundava em uma profunda “renovação da cultura portuguesa” (MOISÉS, 2007, p. 31). D. João I apoia as letras portuguesas. Seu apreço por elas continua presente em Portugal, no reinado de seu filho, D. Duarte. É esse espírito que “condicionou o aparecimento duma figura como Fernão Lopes, que dá início e dimensão à nova época da Literatura Portuguesa” (MOISÉS, 2007, p. 31).

“Esta época caracteriza-se fundamentalmente por um processo de *humanização* da cultura” (MOISÉS, 2007, p. 31). No decorrer do século XV, a Europa estabelece o alicerce daquilo que, posteriormente, chamar-se-á mundo moderno. No decorrer do século XV, a cultura volta-se para o homem: “É certo que a concepção teocêntrica de vida, isto é, tendo Deus como escala de valores, continua vigente, mas já começam a despontar atitudes contraditórias diretamente centradas no homem” (MOISÉS, 2007, p. 32).

As conquistas ultramarinas provocam uma grande euforia, e contribuem de modo decisivo para o desenvolvimento do espírito antropocêntrico em Portugal. Há, também, a laicização da cultura. O homem passa a buscar o real, o terreno. Busca a natureza física. Levanta-se em contraposição ao transcendentalismo anterior. A partir desse período e cada vez mais, o homem passa a medir-se consigo. Na segunda metade desse século, a revitalização da cultura greco-

latina, principalmente nas obras de Azurara e Rui de Pina, demonstra a vitalidade do pensamento humanístico, alicerces da literatura posterior, fortemente relacionado ao mundo clássico.

#### **2.4.1 A influência dos clássicos greco-latinos em Portugal**

Sá de Miranda, no ano de 1527, regressa da Itália e traz consigo uma série de saberes acerca da mitologia greco-latina. Segundo Massaud Moisés, Sá de Miranda “introduziu, ou colaborou para introduzir, em Portugal, o verso decassílabo, o terceto, o soneto, a epístola, a elegia, a canção, a ode, a oitava a égloga e a comédia clássica” (2007, p. 50). Graças ao esforço de Sá de Miranda, os gêneros clássicos da Antiguidade, oriundos da Itália, chegam a Portugal e são considerados “modelos de suma perfeição estética” (MOISÉS, 2007, p. 51).

A arte e o pensamento clássicos, em Portugal, estabelecem relação com o espírito medieval, cristão. Por isso,

o século XVI português constitui uma época bifronte, justamente pela coexistência e não raro interferência das duas formas de cultura, a medieval e a clássica. Do ângulo da expressão poética, a primeira seria a “medida velha”, e a segunda, “a medida nova”. Tal bifrontismo e lugar-comum nos escritores quinhentistas portugueses, cujas aparentes contradições só podem ser entendidas quando se considera a ambivalência cultural da época (MOISÉS, 2007, p. 52).

#### **2.4.2 Luis de Camões: *Os Lusíadas***

A respeito da biografia de Luís Vaz de Camões, autor de *Os Lusíadas*, há poucas certezas. Por meio dos documentos oficiais, tais como os registros das armadas, carta de perdão, cartas de tença ou pagamento, além das memórias preservadas pelos primeiros biógrafos, conhecidos de Camões ou de algum contemporâneo dele, é possível construir um quadro geral a respeito de sua vida.

É provável que sua família seja da Galiza. Quando jovem, Camões orbita centros aristocráticos e, ao mesmo tempo, a boemia de Lisboa. Por meio de suas cartas, descobre-se que se envolvia em brigas noturnas. Segundo Saraiva & Lopes, “fosse pelo que fosse, esteve fora do círculo dos letrados, principalmente daqueles que constelavam em torno de Sá de Miranda” (2010, p. 311). Em uma dessas brigas, fere um funcionário do Paço, cuja consequência é seu encarceramento na prisão do Tronco. Recupera sua liberdade após comprometer-se em embarcar para a Índia, para onde segue, no ano de 1522, como soldado.

No Oriente, em Macau, Camões desempenha o cargo de provedor de defuntos e ausentes. Na costa da Cochinchina naufraga. Desse naufrágio salva a nado, segundo a lenda, o manuscrito de *Os Lusíadas*, episódio representado em sua epopeia. Em Goa, acumula dívidas e, por isso, é encarcerado.

No entanto, Camões faz uso de suas boas relações. Representa o *Auto de Filodemo* diante do governador Francisco Barreto. A respeito do vice-rei D. Constantino de Bragança elabora uma ode. Com o vice-rei Francisco de Sousa Coutinho sustém relações amistosas. Um deles nomeia-o feitor de Chaul, cargo que não chega a ocupar. É, também, amigo de Diogo do Couto. Em 1567, um amigo de Camões, nomeado como capitão para Moçambique, promete-lhe um trabalho e adianta-lhe o pagamento das passagens. Essa viagem a Moçambique serve de escala para seu regresso a Lisboa.

Em 1569, Camões retorna a Portugal com *Os Lusíadas* completo. Tão rapidamente chega, empenha-se em publicar sua epopeia. Após sua publicação, obtém do rei uma tença trienal, modesta e irregular. Sua fama começa a aumentar e circular, mas não a ponto de livrá-lo da miséria, que experimenta até sua morte. Seu próprio velório depende de uma instituição de caridade chamada a Companhia dos Cortesãos.

### **2.4.3 Influências principais na épica camoniana**

#### **2.4.3.1 A *Odisseia*, de Homero**

Homero é o autor da epopeia chamada *Odisseia*. A respeito da cidade natal de Homero, pouco se sabe. “Muitas cidades pretendem a honra de haver sido seu berço: Esmirna, Quios, Colofônia, Salamina, Rodes, Argos, Atenas. As [cidades] que têm mais probabilidades são Esmirna e Quios” (ANDRADE, 1938, p. 1, tradução nossa). O mais provável é que fosse jônio e, por ocasião da invasão dória, teve de passar a Esmirna e, posteriormente, a Quios (1938, p. 01).

A respeito de sua data de nascimento não há maiores certezas. “Oscila entre os anos 1159 e 686 a.C, ainda que a crítica, apoiada em argumentos filológicos e culturais incline-se para o século IX a.C. Apolodoro fixa seu nascimento no ano de 943” (ANDRADE, 1938, p. 1, tradução nossa).

As referências da Antiguidade à biografia de Homero são atribuídas a Proclo, Heródoto, Plutarco e Suidas. Segundo Andrade (1938), três dessas referências são anônimas, e uma delas

recebe o nome de *Certame de Homero e Hesíodo*. Nessas referências biográficas, enumeram-se as razões por que muitas cidades reclamavam a origem de Homero.

Para Andrade (1938), a maior virtude da obra homérica é a síntese de todos os elementos gregos. Essa virtude redundava em epopeias pan-helênicas, representativas de todas as raças dos clãs helênicos. Na Grécia, a obra homérica fundamenta a arte tradicional. Daí a multiplicação das cópias de sua obra: Sólon e Pisístrato ordenam a elaboração de textos oficiais, utilizados na recitação anual nas panateneias, festas atenienses em honra a Atena.

Segundo Andrade,

[...]Homero foi qual encarnação das qualidades de sua raça: amor à tradição, fundida à inquietude pelo novo, vasto conhecimento do passado e seleção atinadíssima de seus verdadeiros valores, para desejar o inútil; seu programa artístico foi a conquista do futuro, levando como princípio o melhoramento do passado; Homero historicizou o passado de sua Grécia e traçou-lhe o caminho luminoso que logo haveria de evocar (1938, p. 5, tradução nossa).

Segundo Andrade (1938), a compreensão da mitologia grega demanda, especialmente, a compreensão das obras homéricas. Gradualmente, o sentimento religioso ganha espaço entre os gregos. Em Epiro está o primeiro santuário dedicado a Zeus. A partir disso, passa-se a universalizar o sentimento de que os deuses anunciam o futuro, ao serem honrados com sacrifícios. Por meio do voo ou do canto dos pássaros, ou por meio de fenômenos naturais, os deuses dão a conhecer seus desígnios. Cada região da Grécia antiga porta um magnífico tesouro na forma de lendas, muitas das quais são apropriadas por Homero em suas composições. Em Homero, os deuses são, de fato, encarados como entidades reais, divindades que podem relacionar-se como o homem por meio de sua irrupção na realidade terrena. Os heróis representados em Homero, em virtude de seus atos bélicos e de sua astúcia, podem ultrapassar o nível do humano e candidatar-se à imortalidade. “Por isso, os poemas homéricos caracterizam-se pelo relevo impressionante e inesquecível de seus heróis” (SARAIVA & LOPES, 2010, p. 326).

A *Odisseia* é, portanto, um dos principais poemas épicos da Grécia antiga. Essa epopeia é fruto de mitos seculares, circulantes na tradição oral. Sua consolidação na forma escrita data do final do século IV a. C. Na *Odisseia*, Homero narra os acontecimentos decorridos durante a viagem de retorno a Ítaca, empreendida pelo herói Odisseu, um relevante personagem na guerra de Troia. Para os romanos, seu nome é Ulisses.

#### 2.4.3.2 A *Eneida*, de Virgílio

As epopeias homéricas ditam os rumos de toda a composição épica ocidental. Consequentemente, a influência de Homero faz-se sentir em Virgílio. Segundo Andrade, “de uma mesma tribo, que habitou em épocas remotas ao norte do Adriático, descendem os gregos e os latinos” (1938, p. 120, tradução nossa). Essa relação ancestral esclarece por que há muitas similitudes entre os costumes desses dois povos. Contudo, ainda que oriundos do mesmo ramo, eram espiritualmente distintos: “tinham idiosincrasia espiritual muito diferente” (ANDRADE, 1938, p. 120, tradução nossa).

Segundo Andrade,

antes da primeira versão de Homero ao latim, elaborada ao fim da primeira guerra púnica por Lívio Andrônico, a fantasia criadora dos romanos se havia limitado às inscrições nos monumentos dos heróis e a curtos elogios poéticos redatados nos *Anais*. A *Odisseia*, traduzida para o latim, passou a ser a cartilha escolar de todo romano. Ênio, no século seguinte, com o desejo de ser o Homero italiano, modelou a inspiração de seus *Anais* na *Iliada* e na *Odisseia*. Tão atravessada ficou sua obra por frases, versos, descrições e temas homéricos, que foi denominado *alter Homerus* (1938, p. 120, tradução nossa).

O influxo de Homero na literatura latina foi amplo. No último século a. C, a influência de Homero em Roma é total. Segundo Andrade (1938), Cícero, a fim de exercitar seu estilo, traduz diversos fragmentos de Homero. César, por meio de suas alusões, revela ser leitor de Homero. A conversação ordinária, até mesmo a dos imperadores, como no caso de Augusto, demonstra serem os latinos conhecedores de Homero.

É em outro homem, contudo, que a obra de Homero exerce o maior influxo. Tamanha é sua influência nesse caso, que resulta na produção de uma epopeia de altíssima qualidade, cujo valor é semelhante ao valor da *Odisseia*: trata-se de Virgílio, autor da *Eneida*. Segundo Andrade, “a *Eneida*, [é um] poema escrito sob o influxo homérico, no qual se percebe a imitação homérica e, no entanto, [é] de um relevo artístico tão elevado que, por séculos, fez Homero compartilhar consigo o cetro da poesia” (1938, p. 121, tradução nossa).

O herói de Virgílio é Eneias, um dos chefes troianos, filho da deusa Afrodite e do mortal Anquises. O mito de Eneias traz consigo a fúria de Juno, motor principal dos sucessos da *Eneida*. Da *Odisseia*, Virgílio apropria-se da ideia de peregrinação no mar. É inegável que a elaboração da *Eneida* deve-se a existência anterior da *Odisseia*.

A *Eneida* é a representação do sentimento e da concepção nacional do povo latino, do destino maravilhoso de Roma e do apogeu da era de Augusto. Portanto, diferentemente da *Odisseia*, a *Eneida* é elaborada visando os interesses e a representação da nação romana:

Virgílio, como vimos, se propunha uma ideia nova, o poema de Roma, o canto das *Gesta populi Romani*, o construir o arco glorioso da história de seu povo, apoiando-a, em um dos extremos, em Eneias e, no outro, em Augusto; assim, todo o poema estaria vivificado por um único alento, a glória de seu povo, que assim como harmoniza na realidade o drama tão complicado daquela nação que passa do estado de barbarismo a maior cultura que viu o mundo antigo, assim, na poesia, oferece concordância em uma nota única aos doze livros da *Eneida* (ANDRADE, 1938, p. 143, tradução nossa).

A respeito de Virgílio e de sua época, Teófilo Braga afirma: “Virgílio, imitando Homero e o poeta alexandrino Apolônio de Rodes, Ênio e Névio, refletiu pelo seu sentimento esta nova Ordo, que despontava no mundo, dando ao seu poema este recente e surpreendente colorido” (1911, p. 311).

Segundo Teófilo Braga, à época na qual Virgílio elabora sua epopeia, o mundo passa por uma “crise de consciência humana” (1911, p. 311), apregoada por filósofos, idealizada por poetas e vaticinada por oráculos. Sente-se ressonar um sentimento fraterno, que se debruça sobre o sofrimento dos homens oprimidos. Desponta, também, o desejo de acabar com dogmas sacerdotais imutáveis, com os mitos politeístas e de “proclamar a humanidade como a verdadeira providência” (BRAGA, 1911, p. 311).

Virgílio deplora a guerra, ainda que a tenha cantado em sua obra, e condena a insânia dos combates. Na *Eneida*, poema cujo objetivo é louvar aos reis de origem divina, há espaço para falar dos fracos, dos humildes e dos derrotados:

Está cheio de enternecimento pelos desgraçados e oprimidos, condói-se nas dores humanas. O seu herói, tão triste e tão resignado, e duvidando das suas forças, sempre pronto a todos os sacrifícios, tão obediente às vontades do céu, tem já alguns traços de um herói cristão” (1911, p. 311, op.cit., t. II).

Segundo Andrade, “a lenda da ida de Eneias, de Troia a Roma, é de origem incerta; em Homero, somente se anuncia, por Poseidon, sua [de Eneias] longa descendência” (1938, p. 140, tradução nossa). A Eneias, na *Ilíada*, Homero confere vigor. Virgílio, na *Eneida*, individualiza-o, e forja sua individualidade e a de seus companheiros com os dados presentes em Estesícoro, poeta lírico siciliano, pelas lendas do mundo antigo presentes em Homero, pelos mitos latinos e pelo seu gênio poético. Segundo Saraiva & Lopes,

as personalidades dos heróis vão-se apagando, destituídas de mola interior, como é flagrante no caso do “pio” Eneias, joguete nas mãos dos deuses, que de resto já na época de Virgílio tendiam a converter-se em alegorias filosóficas e políticas (2010, p. 326).

Portanto, “a *Eneida*, mediante todos estes elementos heterogêneos, [...] apresentou, em perspectiva, todas as amplas curvas e ascensões heroicas do caminho [...] percorrido pela ativa raça romana” (ANDRADE, 1938, p. 140, tradução nossa). Virgílio louva as glórias da nação romana, fundada sobre as contribuições de todas as nações da Antiguidade: a riqueza da Ásia, a sabedoria da Grécia e o poder marítimo de Cartago. Compreende-se, a partir dessa realidade, por que é heterogêneo aquilo que Virgílio canta na *Eneida*.

Virgílio, ao elaborar a *Eneida*, utiliza-se dos mitos referentes a Eneias e une o simbolismo daqueles mitos às aspirações nacionais romanas, passando, com habilidade, do elemento mítico ao elemento histórico. Virgílio tem a intenção de narrar a fundação do império romano, cujas raízes remontam aos atos do exilado de Troia, Eneias. A *Eneida*, diferentemente dos poemas homéricos que, após séculos de circulação pela oralidade, chegam à forma escrita já bastante modificados, é o poema de um letrado, produzido segundo um modelo literário bem determinado, sob encomenda do imperador.

#### **2.4.4 O Influxo das epopeias clássicas em Camões**

Segundo Saraiva & Lopes (2010), desde o século XV, identifica-se a intenção de realizar um poema que cante os feitos portugueses. Ângelo Policiano, um importante humanista italiano, manifesta o desejo de cantar, em verso latino, os feitos de D. João II. Antônio Ferreira, ainda que manifeste sua aversão pela vida guerreira e pela vida marítima, incentiva diversos autores de sua época a compor uma epopeia que narre os feitos portugueses.

O objetivo desses humanistas é reatualizar o gênero épico, um dos mais nobres gêneros da Antiguidade greco-latina. A obra *Os Lusíadas* revela a influência das epopeias clássicas *Odisseia* e *Eneida* em sua composição. Há, entre aquelas epopeias, aspectos conectivos evidentes: elas narram os feitos de heróis navegadores e estão vinculadas intrinsecamente por fatos históricos e culturais marcantes. Na *Odisseia*, o herói é Odisseu, e a epopeia gira em torno de seu retorno, por via marítima, à Ítaca, após vinte anos de ausência: dez anos combatendo em Troia, e dez anos de tentativas de regresso. Na *Eneida*, o herói é Eneias, e a epopeia gira em torno de sua partida de Troia arrasada, dos trabalhos em mar e dos confrontos em terra, até assentar o alicerce do Império



Romano. Em *Os Lusíadas*, o herói é Vasco da Gama, e a epopeia gira em torno de seus trabalhos em mar e em terra, fruto da vicissitude dos deuses, rumo à Índia.

Concluem Saraiva & Lopes, portanto, que

ressuscitar a epopeia homérica na época do Renascimento – quando o espírito abstrator de um mundo já muito mercantil pouco se prestava à admiração de heróis semidivinos; e quando a mitologia clássica, característica do gênero, era uma expressão irrecuperável, salvo para um certo naturalismo de insinuação estética – constituía um nobilitante desafio ao engenho dos poetas (2010, p. 327).

Camões segue a epopeia clássica conforme os padrões homérico e virgiliano. “A filiação do poema [é] sobretudo na linhagem da *Odisseia* [e] da primeira parte da *Eneida*” (SARAIVA & LOPES, 2010, p. 327). Homero e Virgílio, portanto, são autores paradigmáticos à compreensão de *Os Lusíadas*.

Luis de Camões conhece Homero, Horácio, Virgílio e Ovídio, apenas para citar alguns autores clássicos da Antiguidade greco-latina. “Em diversos centros de estudos, sobretudo em Coimbra, assimilou por todos os poros de sua fantasia, sentimento e ideia, a imensa corrente do Renascimento, que fecundou tantas obras geniais deste período” (ANDRADE, 1938, p. 249, tradução nossa). Referindo-se à herança clássica em *Os Lusíadas*, Andrade acrescenta: “Camões havia lido e relido a *Eneida* e, em tradução, a *Odisseia*. Ademais, *Os Argonautas* e outros poemas clássicos [...] Esses ensinaram-lhe a sábia configuração das obras imortais” (1938, p. 249, tradução nossa).

#### 2.4.5 Epopeias pós-camonianas

É grande o número de poemas épicos escritos em Portugal desde a publicação da primeira edição de *Os Lusíadas*. Segundo Saraiva & Lopes (2010), o primeiro poeta a escrever segundo o molde camoniano é Jerônimo Corte Real (1530 – 1590), cujos poemas são a *Felicíssima Vitória de Lepanto* (1578), escrito em espanhol, o *Segundo Cerco de Diu* (1574) e o *Naufrágio e lastimoso Sucesso da Perdição de Manuel de Souza Sepúlveda* (1594, edição póstuma).

Em *O Segundo Cerco de Diu* (1574), exaltam-se as façanhas do cerco de 1546, protagonizado pelo vice-rei D. João de Castro e o capitão D. João de Mascarenhas. “A monotonia do decassílabo heroico branco, o uso meramente decorativo e acessório dos símbolos mitológicos clássicos, a preocupação pormenorizante, enumeradora não deixam ir esta obra além do nível de

uma crônica metrificada, escrupulosa e fluente” (SARAIVA & LOPES, 2010, p. 367). Nessa epopeia, há um “repúdio expresso de alusões pagãs” (SARAIVA & LOPES, 2010, p. 367), o que o torna essencialmente diferente de *Os Lusíadas*, ainda que haja referência a algumas figuras míticas.

O *Segundo Cerco de Diu* (1574) é dedicado a D. Sebastião, e prognostica-lhe um grande futuro de conquistas, conforme *Os Lusíadas*. O *Naufrágio e lastimoso Sucesso da Perdição de Manuel de Souza Sepúlveda*, ao contrário, “traduz manifestamente o ambiente patético e tétrico de Alcácer-Quibir” (SARAIVA & LOPES, 2010, p. 367). Para Saraiva & Lopes, “o poema obedece a um sentimento de tragédia coletiva, que abrange de um modo muito específico a aristocracia nobiliária” (2010, p. 367). Segundo os especialistas, o tom heroico, ao qual são embutidos “episódios mitológicos ou alegóricos” (SARAIVA & LOPES, 2010, p. 368), não são condizentes com o assunto. Há “interpolações enormes, como a descrição de toda a terra conhecida [que] cortam o fôlego à ação” (SARAIVA & LOPES, 2010, p. 368). A crítica especializada, portanto, não considera esse um bom poema épico, assim como considera *Os Lusíadas*.

## 2.5 MODIFICAÇÕES NO ESPÍRITO E NA PRODUÇÃO LITERÁRIA EM PORTUGAL

O ambiente espiritual português modifica-se dramaticamente após o desaparecimento do rei Sebastião, durante a batalha de Alcácer Quibir, em 1578, e posterior submissão ao domínio espanhol, em 1580. Segundo Figueiredo, as principais influências da atmosfera espiritual desse período são “o misticismo religioso, o profetismo sebastianista, o culteranismo literário, o filosofismo tomista na sua derradeira imobilidade, a cabala e o academicismo” (1966, p. 195).

Afirma Figueiredo: o misticismo encontra seu apogeu nesse período. Abunda a poesia mística, cultivada por “delicados espíritos femininos” (1966, p. 196). Além disso, há copiosa produção hagiográfica, é abundante a historiografia mística e são variados os escritos sobre moral e religião. Há obras desse gênero em português e em castelhano, pois o “século XVII é a época principal do [...] bilinguismo literário” (FIGUEIREDO, 1966, p. 196).

O principal fruto dessa inclinação ao misticismo é o “profetismo sebastianista” (FIGUEIREDO, 1966, p. 196), uma construção despojada de qualquer vínculo com a realidade, com a experiência e com uma base objetiva. “O Sebastianismo [...] foi a [construção] que mais

perdurou, porque à preparação teórica das consciências fez acrescer a sobressaltada esperança dos corações sofredores” (FIGUEIREDO, 1966, p. 196).

Para Figueiredo,

a designação do Sebastianismo não é exata, porque limita a extensão do fenômeno; melhor seria a de profetismo ou messianismo por mais genérica, pois D. Sebastião só se converteu em personagem das profecias depois que a sua desastrosa morte o tornou idôneo para tal (1966, p. 283).

O Culteranismo, ou Cultismo, é a imitação das obras clássicas levada ao extremo, a fim de obter a ornamentação estilística, o preciosismo no uso da linguagem, a fim de alcançar a maior demonstração de erudição. Daí, por exemplo, a desmesura no uso das figuras de linguagem, dos neologismos e das inversões sintáticas. O Culteranismo “não é somente a imitação do processo poético de Gôngora, mas também o exagero de certos germens dissolventes, que já continha em si a estética clássica” (FIGUEIREDO, 1966, p. 200). Para Figueiredo, “por influência dos clássicos imoderadamente, ainda nos seus defeitos, de Petrarca e de Tasso, o germen culterano aparece já no século XVI em Camões, que tanto usou do paradoxo a da antítese” (1966, p. 196).

### 2.5.1 Epopeias principais

Os problemas políticos e “a morbidez da mente” verificada a partir de 1580 em Portugal aumenta o valor da herança da primeira metade do século XVI: “a matéria heroica e a epopeia, que a celebrava” (FIGUEIREDO, 1966, p. 206). Os historiadores esforçam-se por manter viva essa memória, cujo contraste com o Portugal presente é evidente, e narram os fatos históricos imbuídos do espírito épico, a fim de engrandecer sua matéria. Para Figueiredo, os poetas “[eram] de escasso fôlego criador, sem visão poética, frios narradores, desceram na escala de valores artísticos para se aproximarem da crônica” (1966, p. 206).

Para Figueiredo, a instabilidade política decorrente do desaparecimento de D. Sebastião na batalha de Alcácer-Quibir e o ambiente espiritualmente depressivo não justificam o desaparecimento do gênio, pois

a decadência política não é incompatível com a floração de altas inspirações poéticas [...] o gênio pode vencer o meio ambiente. Para que haja epopeia é necessário que haja

matéria épica de criação coletiva e sentimentos de ufania heroica, inacessíveis ao derrotismo. Essas condições é que tinham cessado em 1580 (1966, p. 207).

Assim, para Figueiredo (1966), as epopeias portuguesas pós-camonianas não comungam da antiga glória, ainda que algumas delas apresentem boa qualidade formal.

Em 1588, publica-se em Portugal o poema *Elegíada*, de Luís Pereira de Brandão (1530/1540 - ?). Brandão estivera em território africano junto ao exército de D. Sebastião, em Alcácer Quibir, a fim de elaborar um poema épico. A realidade, contudo, reduziu-o “a cronista métrico de uma derrota” (FIGUEIREDO, 1966, p. 206). Luís Pereira de Brandão “provém do ambiente épico, que inspirou Camões, e deriva também do desejo de o imitar, mas é o primeiro poeta em cujo espírito atuam aquelas correntes morais da morbidez [da mente]” (FIGUEIREDO, 1966, p. 207).

Em 1611, Vasco Mouzinho de Quevedo Castelo Branco (1570-1619) publica seu poema *Afonso Africano*. O tema do poema, composto em doze cantos, é a conquista de Arzila e Tânger por Afonso V. Para Figueiredo (1966), esse poema não é apenas exposição histórica, mas alegoria. A tomada de Arzila simboliza o trabalho de dominar a própria alma, avassalada pelo demônio. As cinco portas da cidade representam os cinco sentidos. Os três altos baluartes da cidade representam as potências da alma. A cidadela mais interna representa o coração humano. Lúcifer promove a intervenção de magos e feiticeiros contra Afonso V e seu filho D. João. Os poderes malignos lançam tentações que, por pouco, não os fazem fraquejar. Os mouros representam os espíritos malignos. O combate entre sete cristãos e sete maometanos representa a luta entre as virtudes e os pecados capitais. Para Figueiredo (1966), a transcendência a qual visa o autor complica o poema e torna-o lento. Segundo ele, a complicação dos episódios e as digressões são evidências do laivo cultista presente nos autores daquele tempo.

Para Saraiva & Lopes, o poema *Afonso Africano* (1611) “assinala uma viragem estilística e ideológica” (2010, p. 369). Nesse poema, “ainda se faz sentir a influência camoniana, mas apenas no que diz respeito à fraseologia, ao material primeiro do estilo [...] ao prosaísmo cronístico vai seguir-se a alegorização da ação em termos moralistas e religiosos” (2010, p. 369). Sua influência predominante, contudo, é o épico *Jerusalém Libertada* (1581), de Tasso. Acerca desse poema concluem: “é uma página lutuosa de nobiliário metrificado” (2010, p. 369).

Em 1613, Francisco de Paiva de Andrade (1540-1614) publica sua *Crônica de D. João III*. Para Saraiva & Lopes, não se trata de um poema, mas de “uma crônica em oitava rima”

(2010, p. 368). Concluem que dela aproveita-se, somente, o episódio no qual se narra a defesa de Diu por Antônio da Silveira (1583).

Em 1618, Bernarda Ferreira de Lacerda (1590-1644) publica seu poema *Espanha Libertada*. O tema desse poema é a reconquista da Península Ibérica pelos cristãos, “desde a batalha de Crissus até a tomada de Granada, um transcurso de mais de sete séculos” (FIGUEIREDO, 1966, p. 209). “A cruzada antimuçulmana é o assunto da epopeia” (SARAIVA & LOPES, 2010, p. 370). Para Figueiredo, a autora afogou-se na abundante matéria, e produziu “um produto soporífero, a que falta qualquer emotividade” (1966, p. 209).

Em 1623, D. Francisco Child Rolim de Moura (1572-1640) publica o poema *Os Novíssimos do Homem*. Para Figueiredo, nessa obra, o autor “renunciou à História para só tecer a sua fábula com materiais do mundo religioso” (1966, p. 209). A respeito da fábula desse poema, informa ele:

Depois de breve proposição e invocação, começa Moura seu relato. Deus havia criado o mundo, nele ordenado a confusão do caos, e escolhendo um seu recanto, desveladamente embelecido, o Éden, para habitação do primeiro casal, Adão e Eva, que só tinham uma limitação ao gozo pleno da sua felicidade: a proibição de tocar o fruto da árvore do bem e do mal. As potências infernais, despeitadas, não podem sofrer que “um que da terra vil tem seu começo” lhes seja preferido. Reunidos em concílio, por convocação de seu soberano, maquinam a perdição do homem. Vem a tentação da serpente e vem toda a ação bíblica, a qual constitui a fonte principal do poema (1966, p. 209-10).

Em 1624, Manuel Bocarro (Francês) (1588- 1622) publica a *Anacephaleosis de Monarchia Lusitana* (4ª parte 1626, desconhecendo-se a 2ª e a 3ª partes (SARAIVA & LOPES, 2010, p. 370). Ele é um grande conhecedor da Cabala, cuja influência faz-se sentir em suas obras. É ele quem “introduz na epopeia o mito do Quinto Império universal, expressão de um messianismo que atingiu tanto o povo como a aristocracia” (SARAIVA & LOPES, 2010, p. 370).

Em 1634, Francisco de Sá de Meneses publica *Malaca Conquistada*. A matéria de seu poema é a conquista de Malaca por Afonso de Albuquerque. Para Figueiredo, “a sua ação tem grandeza e unidade, ainda nos episódios, porque estes ligam-se-lhe diretamente, sem violência” (1966, p. 210), e acrescenta: “é de estatura moral heroica e mantém-se inalterável em todo o desenvolvimento da narração” (1966, p. 210). Segundo Figueiredo (1966), Francisco Sá de Meneses é conhecedor dos épicos clássicos, e leitor e imitador de Camões. Por isso, em sua epopeia, inclui episódios presentes nas epopeias clássicas e também em Camões, como

componentes obrigatórios: o sonho e a tempestade. Além disso, atrai na epopeia a representação do exotismo asiático, de conteúdo lírico.

Para Saraiva & Lopes, *Jerusalém Libertada* (1581) é a grande influência dessa epopeia, apesar da presença fraseológica camonianiana. A respeito de *Malaca Conquistada* (1634), afirmam haver “a fusão do tom épico com a prédica moralista e religiosa, sintoma claro de uma subordinação da cultura especificamente nobre à do clero” (2010, p. 370).

Em 1635, Manuel Tomás (1585? – 1675?) publica *Insulana*. Nos dez cantos desse poema, narra-se a viagem de João Gonçalves Zarco através do Atlântico, até tornar-se senhor da ilha da Madeira. Para Figueiredo, “a ação breve e tranquila, que não tinha recursos épicos, pôde oferecer matéria novelesca” (1966, p. 211). Figueiredo acredita existir uma profunda desproporção entre o fundo histórico do poema e a forma épica. No poema, a história e o desenvolvimento da ilha da Madeira são expostos pelas profecias, recurso amplamente utilizado na elaboração das epopeias.

Além do poema *Insulana*, informa Figueiredo (1966) que Manuel Tomás escreve outro poema de louvor à pátria, elaborado em dez cantos, intitulado *Fênix da Lusitânia*, cuja matéria é a política da Restauração de Portugal, a qual presenciou entusiasmado. A matéria do poema e o autor são contemporâneos, e suas personagens ainda viviam à época da publicação, sendo o próprio poeta um dos personagens do poema. O que afasta o poema da realidade decorre, segundo Figueiredo, da profusão de profecias e visões representadas, o que sinaliza o “ambiente de profetismo sebastianista, em que vivia e comungava o autor” (1966, p. 212).

Em 1636, Gabriel Pereira de Castro (1571 – 1632) publica *Ulisseia*. Esse poeta escolhe como matéria de seu poema não os sucessos portugueses do presente, mas volta-se à matéria mítica da fundação de Lisboa por Ulisses. Com esse poema, pretende destronar Camões. O prefácio da *Ulisseia* foi escrito pelo principal teorizador do poema épico daquele período, Manuel de Galhegos (1597 – 1665(?)) autor da *Gigantomaquia*, escrita em castelhano, e, também, de *Templo da Memória*, de 1635. Nesse prefácio, Manuel de Galhegos busca evidenciar a superioridade da *Ulisseia* em relação a *Os Lusíadas*. Afirma que a “*Ulisseia* [está] muito mais dentro dos cânones homéricos, tal como o autor reconhece, ao anunciar que espera cantar Ulisses, imitando Homero” (SARAIVA & LOPES, 2010, p. 371).

Em 1638, publica-se em Nápoles, e reimprime-se em 1731 em Madri, o poema *Macabeu*, de autoria de Miguel da Silveira (? – 1639?), composto em vinte cantos. Para Figueiredo (1966), o autor recorre ao mundo bíblico, e não à realidade histórica.

Em 1640, Antônio de Sousa Macedo (1606 – 1682) publica *Ulissipo*. No poema, o autor volta a tratar da fundação de Lisboa por Ulisses, por meio da abordagem dos mitos clássicos. Para Figueiredo, “Macedo corrigiu o desvio de Pereira de Castro, concedendo mais amplo lugar à fundação da cidade e interpretando mitologicamente as tradições locais e os acidentes geográficos” (1966, p. 213).

Em 1667, publica-se *Virgínidos*, de Manuel Mendes de Barbuda e Vasconcelos (1607 – 1670). Esse poema “mais se afasta do quadro da História Pátria, não para se ocupar de velhas nobiliarquias, mas para cantar [...] com devoção enternecida e cruel prolixidade a vida da Virgem Maria em numerosos cantos” (FIGUEIREDO, 1966, p. 213).

Em 1671, publica-se o poema *Destruição de Espanha*, de André da Silva Mascarenhas. O autor volta-se à matéria histórica da Península Ibérica. Figueiredo (1966) considera a matéria desse poema dispersa e, por consequência, sem unidade. Contrário aos preceitos da poética clássica, o poema não tem um herói protagonista, convertendo-se, portanto, em uma coletânea de episódios.

Em 1699, publica-se o poema *Viriato Trágico*, de Brás Garcia de Mascarenhas (1596 – 1656). Para Figueiredo (1966), o autor tinha personalidade característica e viveu uma vida intensa. Por isso, seu poema possui alguns méritos que o afastam das demais composições do século XVII. Ele narra os feitos de Viriato, chefe dos lusitanos na resistência ao exército romano. Segundo Figueiredo (1966), o autor é amante do tema e sente-o arduamente, buscando “inspirar-se mais na realidade que na imitação de outros poetas e na teoria dos preceptistas” (p. 216). Para Figueiredo, esse é o grande mérito da obra: “o banho lastral da realidade, em que submergiu a cansada forma da poesia heroica” (1966, p. 216). No poema, o maravilhoso é empregado em pequena quantidade, reduzida “à aparição da deusa Ocasão” (1966, p. 216), que incita ao herói a cometer grandes feitos. Para Figueiredo, esse “é o principal dos poemas heroicos [portugueses] do século XVII” (1966, p. 217).

Para Saraiva & Lopes, *Viriato Trágico* é “uma obra curiosíssima” (2010, p. 373), pois não está alinhada às regras do gênero épico. É mais afim ao romance histórico, “cheio de realismo calejado de um militar veterano que as convenções versificatórias clássicas afinal só prejudicam” (2010, p. 373). Sobre o herói, afirmam: “Viriato é nele um novo tipo de herói: representa, a maneira do próprio autor, como que uma síntese entre o herói épico convencional e o anti-herói da novela picaresca espanhola” (2010, p. 373).

Para Saraiva e Lopes, a profunda diferença entre o poema épico camoniano e os poemas de seus pósteros decorre de “uma profunda crise na ideologia da nobreza” (2010, p. 369). Para eles, “o fôlego heroico está efetivamente perdido, deixando apenas como sucedâneo o gosto narrativo ou um sentimento elegíaco recortado contra um fundo de orgulho nobiliárquico exacerbado” (2010, p. 369).

Uma dramática mudança na percepção e na relação com o antigo espírito português, sintetizado por Camões em *Os Lusíadas*, revela-se na poesia épica dos autores posteriores a Camões. Alguns deles desejam ser animados por aquele espírito, mas não granjeiam o sucesso a que almejam. O grupo de poemas épicos acima relacionado basta para demonstrar a profunda diferença temática e qualitativa entre Camões e os poetas épicos posteriores. Portanto, saltar-se-á ao século XIX, o século de José Agostinho de Macedo, a fim de conhecer a ele e ao espírito de seu tempo.

## 2.6 O SÉCULO XIX

Segundo Figueiredo, o pensamento árcade é uma reação, esboçada por meios acadêmicos, contra os excessos acadêmicos. É um esforço de reflexão, o que o constitui, essencialmente, em um fenômeno crítico. Segundo ele, “a Arcádia ventilou altas e sãs ideias, mas executou muito pouco do que ambiciosamente concebeu” (1966, p. 283). Ela tem uma “intenção restauradora” (1966, p. 283), oriunda da esperança na administração do Marquês de Pombal (1699 – 1782), envolvido na reconstrução de Lisboa, arrasada pelo grande terremoto de 1755. Segundo Figueiredo (1966), Antônio Diniz, Correia Garção, Gomes de Carvalho e Estêves Negrão não reuniriam tantos cooperadores para o movimento árcade caso esse não representasse uma oportunidade. Essa oportunidade, por sua vez, surge como fruto dos atos de outros indivíduos, mensageiros das novidades que circulam nos meios acadêmicos do tempo, sobretudo da França e, também, como demolidores de pressupostos de ideias anteriores.

Antônio Diniz da Cruz e Silva (1731 – 1799) funda a Arcádia Lusitana, aos 25 anos de idade. Segundo Figueiredo (1966), há muito rigor na redação do regulamento da Arcádia Lusitana. O estatuto e o parecer justificativo do movimento são redigidos por Antônio Diniz. Ele, desde o princípio, aproxima de si a Estêves Negrão e Gomes de Carvalho. A primeira reunião da Arcádia Lusitana ocorre em julho de 1757 e a última em janeiro de 1770. Segundo Figueiredo:



A Arcádia tomava o nome da região da Hélade, bem lembrada na poesia pastoril, e denominava de Monte Mênalo ao local das suas conferências. Os seus membros eram [...] escolhidos por escrutínio secreto, rodeado de especiais cautelas para a sua liberdade. Não se havia de atender a outras qualidades além das do mérito e da virtude [...]. Todos os árcades adotavam um pseudônimo pastoril e ao concorrer às sessões ostentavam um lírio por distintivo, símbolo místico da Imaculada Conceição [...]. Era, pois, dever dela defender o culto da Virgem ao mesmo tempo que realizava suas obrigações literárias (1966, p. 285).

O lema da Arcádia é *Inutilia Truncat*: “remover o inútil”. Esse lema esclarece a intenção crítica subjacente ao movimento: “a função crítica era de grande importância no seio da Arcádia” (FIGUEIREDO, 1966, p. 285). Seus membros compõem obras poéticas e apresentam-nas em sessões. Posteriormente, as obras são recolhidas pelo secretário e confiadas aos censores. Estes examinam-nas e julgam-nas. O juízo dos censores é declarado aos autores, os quais, no prazo de dez dias, podem defender suas obras. Após isso, os árbitros decidem a situação da obra, e pronunciam a decisão definitiva. Em caso de empate entre os árbitros, o presidente vota, a fim de desempatar. Os resultados, por sua vez, são anotados em atas. Informa Figueiredo: “Introduzir como função principal numa academia o exercício da crítica era lançar um germe de morte em seu seio” (1966, p. 286). De fato, em pouco tempo, as divergências vieram à tona e, com elas, o conflito e posterior separação entre os membros da Arcádia Lusitana.

Há um grupo de poetas, aos quais Figueiredo (1966) chama “Os Independentes”, pelo fato de não participarem da Arcádia Lusitana e, alguns deles, terem-na combatido, entre os quais José Agostinho de Macedo. Segundo Figueiredo,

a unidade de vistas daquele grêmio desfez-se, mas o seu espírito subsistiu e disso é uma prova a tentativa, de 1790, de uma instituição similar: a *Nova Arcádia* ou *Academia das Belas-Letras*, por diligência de Ferraz de Campos, Curvo Semedo, Caldas Barbosa e José Agostinho de Macedo (1966, p. 283).

### **2.6.1 José Agostinho de Macedo: *O Oriente***

Inocêncio Francisco da Silva (1810 – 1876), importante bibliógrafo português, é o autor do célebre *Dicionário Bibliográfico Português*, continuado por outros autores, após sua morte. Uma de suas obras é: *Memórias para a vida íntima de José Agostinho de Macedo*, publicada em Lisboa, no ano de 1899. Embora essa obra remonte ao final do século XIX, ainda é fundamental, pois os historiadores da Literatura Portuguesa do século XX não consagram a José Agostinho de

Macedo muitas páginas de suas obras. Inocêncio, portanto, oferece abundantes e preciosas informações a respeito do autor de *O Oriente*.

Para Inocêncio, José Agostinho de Macedo é um orador e escritor extraordinário, popular mesmo após sua morte. Suas obras são reunidas em coleções pelos bibliófilos nacionais, e estão lado a lado com as demais obras que louvam e ilustram a língua portuguesa. Macedo “dominou mais de vinte anos sucessivos a literatura portuguesa, sustentando por todo esse longo período em não interrompida polêmica uma acalorada e porfiosa guerra, com a quase totalidade dos contemporâneos [aos quais se mostrou, quase sempre, superior,] nas “ciências, artes e erudição” (SILVA, 1899, p. 03). A fim de oferecer um panorama da vida e da obra de José Agostinho de Macedo, Inocêncio Francisco da Silva compreende e cinde sua vida em quatro épocas.

### **2.6.2 Época I: 1761 – 1792**

José Agostinho de Macedo nasce em Beja, no dia 11 de setembro de 1761. Seu pai chama-se Francisco José Tegueira, natural de Beja, e sua mãe, Angélica dos Serafins Freire, natural de Lisboa. Não se sabe por que José Agostinho apropria-se do sobrenome Macedo, ausente de sua linhagem paterna e materna, e por que renega seu real sobrenome.

Quando criança, é enviado a Lisboa e deixado aos cuidados de um ourives, antigo amigo e protetor da família. Esse homem oferece-lhe a instrução primária. Aos onze anos, em 1772, Macedo é matriculado nas aulas da Congregação do Oratório na Casa de Nossa Senhora das Necessidades, cujo ensino é de alta qualidade. Ali aprende gramática e língua latina com o padre José de Azevedo. Estuda, posteriormente, Filosofia Racional e Moral, cujas aulas o padre Joaquim de Foyos ministra.

Após concluir os estudos preparatórios, toma o hábito da Ordem de Santo Agostinho, no convento de Nossa Senhora da Graça. “Entrou em 1777 e professou a 15 de novembro de 1778, quando contava dezesseis anos de idade; achando-se já tão desenvolvidas suas faculdades intelectuais, que no exame prévio a que teve de satisfazer deixou seus arguentes maravilhados da presteza e acerto das respostas” (SILVA, 1899, p. 12).

José Agostinho de Macedo lida mal com sua condição de religioso. Sua “índole caprichosa e maledica, e o seu caráter turbulento e orgulhoso em subido grau” (SILVA, 1899, p. 13) impedem-no de organizar suas vontades e de mantê-lo em qualquer caminho. Assim que

assume o hábito, todo e qualquer vestígio de sua vocação desaparece. O tempo no qual se mantém vinculado àquela ordem é de conflito entre ele e seus confrades. Ao invés de dedicar-se aos estudos religiosos, torna-se notório por “suas leviandades e extravagâncias; e pelas travessuras em que incessantemente se ocupava com os demais coristas seus companheiros” (SILVA, 1899, p. 13). Sem demora, sua má fama espalha-se pelo convento. Após pregar uma peça na véspera do aniversário de Santo Agostinho, providencia-se sua transferência para o Colégio de Coimbra, onde cursará a faculdade de Teologia.

No Colégio de Coimbra, Macedo conhece José de Santa Rita Durão, brasileiro, natural de Minas Gerais, doutor em Teologia, muito respeitado pelo seu saber e por seu comportamento. Naquele período, José de Santa Rita Durão está envolvido com a conclusão de seu poema épico *O Caramuru*. Ele acolhe benevolmente a Macedo, apesar de seu histórico desfavorável. Seu afeto por Macedo intensifica-se ao descobrir nele o gosto e a habilidade para a poesia. Durão toma-o por protegido e estimula suas capacidades por meio das lições dos poetas, além de utilizá-lo como amanuense. A boa relação entre eles não perdura, pois Santa Rita Durão dirige-se a Lisboa, onde, após publicar seu poema, falece, em janeiro de 1784.

Após a morte de seu protetor, Macedo continua em Lisboa. Segundo Inocêncio, “sua assombrosa memória lhe servia para povoar o cérebro de uma multidão de ideias, tão diferentes quanto confusas, que lhe era impossível aprofundar e ordenar, por falta de princípios bem cimentados” (SILVA, 1899, p. 15). Macedo está, nessa época, avançado nos estudos de Teologia.

Sua conduta, no entanto, continua a piorar. Persiste nas irregularidades, sendo punido com castigos penitenciais. Ele não as aceita, e foge do Colégio. É capturado e remetido preso, acompanhado pelo catálogo de suas transgressões, “ao convento de S. João Novo da mesma ordem, na cidade do Porto” (SILVA, 1899, p. 17). Macedo é entregue ao Prior e processado, a fim de ser punido conforme o regulamento.

No dia 17 de agosto de 1782, “se proferiu contra ele uma sentença claustral pela qual, julgando-se provadas as culpas de que era acusado, se lhe infligiam várias penas e penitências canônicas” (SILVA, 1899, p. 17). Por benevolência e a fim de incentivá-lo a emendar-se, comutam parte de suas penas por uma troca de ares, em uma outra casa da Ordem, o convento da Graça de Évora. Essa esperança dura pouco. Passados dois anos, é acusado de novos delitos e declarado culpado em 21 de março de 1785, mas novamente desculpado. Volta para o convento de Lisboa.

Aparentemente, sua conduta melhora. Desenvolve uma grande habilidade de pregar, mesmo antes de ser ordenado presbítero. A mudança é mera impressão. Sem demora, atira-se à antiga conduta. Segundo Inocêncio, “entregou-se outra vez a todos os excessos. Foi acusado não só de extraviar furtivamente livros da livraria do próprio convento, onde parece que exercia então o cargo de bibliotecário, mas de viver em público concubinato com uma meretriz” (SILVA, 1899, p. 18).

Envolvido em querelas contra seus confrades a propósito da “futura eleição do Provincialato” (SILVA, 1899, p. 18), é encarcerado e processado pela terceira vez. Novamente, foge e esconde-se. O processo contra ele, no entanto, continua. “A 22 de julho de 1788 se proferiu uma sentença que o declarava réu incorrigível, e como tal digno de ser expulso da religião, em vista das continuas e provadas reincidências nos crimes” (SILVA, 1899, p. 19).

Sua expulsão não chega a ocorrer, pois Macedo está foragido. Para prevenir-se contra futuras retaliações, pede amparo ao Arcebispo de Tiana, D. Carlos Bellisomi, que, em Portugal, exerce a função de Núncio Apostólico. Promete-lhe corrigir-se. O Núncio comove-se, “mandando por despacho de 9 de fevereiro de 1789 ao Provincial dos Agostinhos Fr. Antônio de Menezes, que recebesse o réu benignamente, e se limitasse a castigá-lo com penas temporárias, na forma da Constituição e estatutos da Ordem” (SILVA, 1899, p. 19).

Isolado, José Agostinho de Macedo busca distrair-se com os estudos de poesia. De sua produção nesse período, pouco resta. Há, no entanto, uma “produção de trezentos versos em oitava rima, intitulada *Panegírico a D. Fr. Manuel do Cenáculo, Bispo de Beja* do tempo em que o autor residia no convento de Évora (1785-1786)” (SILVA, 1899, p. 21). Enquanto está detido em Lisboa, no final de 1789, provavelmente, compõe um poema inicialmente intitulado *O Descobrimento da Índia*, renomeado, em 1811, como *Gama*.

Macedo clama novamente ao Núncio Apostólico, a fim de alterar sua condição. Seu pedido por ajuda é acolhido. O Núncio “ordenou a transferência deste para o mosteiro do Santíssimo Sacramento, da ordem dos monges de S. Paulo primeiro Eremita, situado na calçada do Combro, pondo-o assim a coberto da má vontade de seus confrades” (SILVA, 1899, p. 24).

Nesse período, “Joaquim Severino Ferraz de Campos e Belchior Manuel Curvo Semedo, associados ao beneficiado Domingos Caldas Barbosa, e coadjuvados por outros seus amigos, conceberam o projeto de organizar uma sociedade estudiosa, destinada a suprir a falta da moderna Arcádia [acabada em 1776]” (SILVA, 1899, p. 24), onde se dedicarão à “poesia e [à]

eloquência portuguesas” (SILVA, 1899, p. 24). Nomeiam a essa associação de Academia das Belas Letras de Lisboa, e Macedo, já conhecido na corte como poeta e orador, é logo convidado a fazer parte dela. Macedo aceita o convite, juntamente com Manuel Maria de Barbosa du Bocage, que acaba de regressar da Índia e é seu grande amigo. Na Academia, Macedo recita várias obras suas. Parte dessas obras são publicadas em “quatro pequenos volumes, intitulados *Almanaques das Musas*, publicados nos anos de 1793 e 1794” (SILVA, 1899, p. 25).

Nessa época, Macedo vive no mosteiro dos Paulistas, e é tratado com respeito e atenção, em virtude do Núncio Apostólico, que o mandara viver ali. Macedo familiariza-se com alguns moradores daquela casa: Fr. João Jacilho, um grande pregador daquela época, Fr. José Botelho Torreção, grande pregador e poeta, Fr. Sabino de Santo Antônio Araújo, doutor em Teologia. Suas boas relações redundam em vantagem. Está autorizado a ir à biblioteca do Mosteiro e a levar os livros para sua cela. Macedo passa a roubar livros da biblioteca e a vendê-los a livreiros locais, como se os livros fossem seus.

Em março de 1791, Macedo abandona o Convento dos Paulistas, como se não tivesse de prestar contas a ninguém. Seu comportamento é tão repreensível que, sem demora, é preso pela polícia e conduzido à cadeia do Limoeiro. Confessa sua fuga do Mosteiro de S. Paulo ao intendente Manique, que o reenvia para lá em 20 de maio de 1791, com uma carta ao Reitor, recomendando uma punição adequada ao regulamento do convento.

Macedo, obrigado a voltar, não se corrige. Ao contrário, continua assaltando a biblioteca e vendendo os livros. Por fim, foge novamente do Convento nos primeiros dias de julho, abandona o hábito e retoma seus velhos e imundos costumes. Segundo Inocêncio, “andava pela capital em trajas seculares, indecente e miseravelmente vestido, sem algum distintivo eclesiástico, e entregando-se à crápula e a toda a espécie de devassidão, com escândalo de quantos o conheciam” (SILVA, 1899, p. 27).

O Reitor queixa-se ao Intendente, a respeito do furto dos livros. O Intendente recupera-os e continua sua caçada a Macedo. Expede mandados de prisão contra ele, captura-o em setembro de 1791 e aprisiona-o no castelo de S. Jorge. Permanece ali até 08 de outubro, de onde é remetido para o Convento da Graça, com uma carta do Intendente, recomendando punições severas.

O Prior do Convento da Graça manda prendê-lo, mas ele consegue fugir, após espancar o carcereiro e seu ajudante, que lhe trazem a ceia. Essa é “sua quarta apostasia dos conventos da ordem” (SILVA, 1899, p. 29). Esconde-se no palácio do Marquês de Lavradio, situado no campo

de Santa Clara. Os frades, despeitados, encontram-no e movem um célere processo contra ele. Em 07 de dezembro de 1791, profere-se contra ele a sentença, a quarta delas: as penitências canônicas e “a sua expulsão perpétua e irremissível da Ordem a que pertencera” (SILVA, 1899, p. 30). Em 23 de dezembro, a sentença é confirmada: “os padres mais graves e autorizados, qualificavam o réu de membro podre, e incapaz de emenda, por acórdão do Definitório de 4 de fevereiro de 1792 se decretou a expulsão requerida” (SILVA, 1899, p. 30). Em 18 de fevereiro, ele é expulso.

### 2.6.3 Época II: 1792 – 1808

Há alguns anos, publica-se em Lisboa o *Jornal Enciclopédico*, “periódico mensal dedicado às ciências e literatura” (SILVA, 1899, p. 33). Seus editores penalizam-se de Macedo, e contratam-no como amanuense. Ele desempenha muito bem suas funções. Está autorizado a “inserir em vários números do referido jornal algumas peças poéticas de sua composição que juntas a três ou quatro pequenos folhetos, avulsamente impressos, foram os primeiros ensaios com que começou a captar a atenção do público” (SILVA, 1899, p. 33). Posteriormente, é demitido. A razão é desconhecida.

Nesse intervalo, chega de Roma “o breve de secularização” (SILVA, 1899, p. 34) por ele solicitado, por meio do qual são aceitas

as premissas pelo impetrante alegadas, que consistiam no fado verdadeiro, ou suposto, de ter abraçado o estado monástico sob a violência e constrangimento paterno; e em consequência se expediu ao mesmo impetrante a sentença executorial do breve, pela qual se lhe conferia o livre e pleno exercício das ordens, de que por suas apostasias e expulsão ficara canonicamente inibido (SILVA, 1899, p. 34).

Macedo assina “o termo de obediência ao prelado diocesano” (SILVA, 1899, p. 34). Desse modo, livra-se da perseguição antiga e encontra um ambiente sossegado para estudar a sabedoria antiga e moderna, além de aplicar-se ao estudo da doutrina religiosa. Tinha já 33 anos.

Mais maduro e equilibrado, busca recuperar o tempo perdido. Envolve-se na leitura de seus escritos, sobre diversos ramos do saber humano. Nesse período, conclui seu poema *Gama*, e estabelece fundamentos para a elaboração de outro, publicado após muitos anos de “emendas, transposições e acréscimos” (SILVA, 1899, p. 35), nomeado *Meditação*:

Com ele se propunha José Agostinho abrir à poesia uma senda ainda não trilhada em Portugal, onde apesar da restauração intentada pelos beneméritos engenheiros fundadores da *Arcádia Ullissiponense*, todas as tentativas se encerravam nos limites da imitação, mais ou menos livre, dos antigos épicos e bucólicos, e mormente do grande lírico romano, que os restauradores haviam tomado por modelo, estendendo quando muito o alcance de seus voos até aos modernos poetas italianos, que no mesmo gênero lírico mais se avantajaram. Restava portanto intacta, e como que desconhecida, ou menosprezada, a poesia didática e descritiva, mina fertilíssima, cuja exploração prendia nesta época os olhos e atenções da Europa culta (SILVA, 1899, p. 35-36).

Macedo também especializa-se na prédica. É escutado com gosto e admiração, e é encarado como um dos melhores oradores de Lisboa. Macedo “pregou na capela de Queluz em 1798, nas festas do nascimento de D. Pedro” (SILVA, 1899, p. 37). Seu prestígio de orador continua a fortalecer-se, redundando em fama e lucro. Alcança apoio e proteção de pessoas influentes na corte. Eles, por sua vez, empenham-se em fazê-lo ainda mais conhecido, e proporcionam-lhe oportunidades de evidenciar seus talentos.

É nesse período da vida de Macedo que se agudizam suas desavenças com Bocage. Essas prejudicarão a imagem de Macedo e oferecerão aos seus inimigos “pretextos plausíveis, se não justificados para investidas e acusações tão graves quanto injuriosas” (SILVA, 1899, p. 37). As reuniões na Academia de Belas Letras continuam acontecendo. Cada composição, no entanto, é motivo de discórdia entre os dois poetas. Bocage é expulso, pois, segundo Macedo, pretende “ditar a lei aos seus colegas, e arvorar-se em sultão do Parnaso português” (SILVA, 1899, p. 38). Bocage enfurece-se com seus ex-colegas, e ataca-os impiedosamente com sonetos e sátiras, especialmente a José Agostinho de Macedo.

A esse tempo, Macedo publicara poemas épicos, líricos e didáticos. Isso resulta em sua escolha, em virtude da intersessão de seu amigo Caldas Barbosa, para o grupo dos Arcades de Roma. Em 1801, publica o primeiro e o segundo cantos da obra *Contemplação da Natureza*, na qual trata de assuntos filosóficos e elabora descrições da beleza do universo.

Alguns meses depois, no dia 21 de dezembro de 1805, morre Bocage, acometido por severa enfermidade. À beira de seu leito, em seus últimos momentos de vida, dirigem-se até seus maiores inimigos. Macedo “não só foi dos primeiros em apresentar-se á cabeceira do doente, protestando inteiro arrependimento das discussões passadas, mas continuou a frequentar-lhe a casa assiduamente até a derradeira crise, prodigalizando-lhe durante esse intervalo as mais compassivas atenções e desvelados cuidados” (SILVA, 1899, p. 45). Além disso, compôs a Bocage, ainda vivo, uma Epístola Laudatória e uma Ode. Após seu falecimento, publica um

Epicédio, segundo Inocêncio, “uma das mais felizes inspirações da sua musa, ao juízo de todos os inteligentes, onde sobem de ponto os louvores do extinto vate, que é sucessivamente comparado aos mais famosos da antiguidade” (SILVA, 1899, p. 45).

Sobrava talento a Macedo para a produção dos gêneros secundários da poesia. Ele, no entanto, deseja escrever tragédias, comédias e poesia épica. A “vasta imaginação e fértil invenção” (SILVA, 1899, p. 45), indispensáveis àqueles gêneros, faltam a Macedo, daí resultarem ruins suas produções nesse sentido, segundo Inocêncio. Por outro lado, seus Epicédios e Epístolas são louvadas com justiça. Macedo, no entanto, não cultivava esses gêneros.

Em 1806, Macedo conclui seu poema didático *A Natureza*, composto em seis cantos, publicado postumamente. Dos acréscimos e supressões realizadas em *A Natureza*, Macedo elabora *A Meditação*, em quatro cantos.

Nos últimos anos de 1806, descobre-se uma conspiração tramada contra D. João VI, príncipe regente, na qual queriam dá-lo por demente, e passar o domínio do reino para a princesa, sua esposa. Malogrou-se a conspiração. O Príncipe é avisado e, por conselho de amigos fiéis, “retirou-se de improviso para os paços do Alfeite” (SILVA, 1899, p. 45), e solicita a interferência do novo Intendente da polícia, Lucas Seabra da Silva, sucessor de Manique. Por meio da ação de agentes, ele acaba com a conjuração. Entre esses agentes, está José Agostinho de Macedo, que é muito bem recompensado financeiramente.

A esse evento, segue-se a invasão de Portugal pelo exército francês, sob o comando de Junot. Após os exércitos franceses saírem do reino após a derrota da Batalha de Vimieiro, grandes festejos religiosos ocorrem, e Macedo é escolhido como "intérprete dos sentimentos que provocaram aquelas religiosas solenidades; pregando sucessivamente (como ele próprio declara) mais de quarenta discursos gratulatórios, todos alusivos a tão grandioso assunto” (SILVA, 1899, p. 58-59), dos quais apenas dois são publicados na imprensa.

#### **2.6.4 Época III: 1808 – 1820**

José Agostinho de Macedo, aos 47 anos de idade, não emendara seu caráter. É

dominado sempre por um tenaz e inveterado orgulho, que quase sempre faz despenhar o homem: nada lhe dando de concitar contra si novos e gratuitos adversários, e tendo como uma necessidade confessada e reconhecida, a de ter permanente guerra com todos os que se não mostrassem resolvidos a render humilde vassalagem à supremacia com que ele se



ia arrogando a qualidade de primeiro sábio, máximo poeta, e incomparável orador em todo Portugal (SILVA, 1899, p. 61).

Nesse período, José Agostinho de Macedo está envolvido em contendas com os Sebastianistas, que alvoroçam Lisboa. Essas contendas afastam muitas pessoas com que costuma ter relações amigáveis. Nesse período, publica um folheto intitulado *Os Sebastianistas*, no qual descompõe e insulta veementemente os cegos e amalucados que acreditam na possibilidade de retorno de Sebastião. O folheto alcança grande sucesso. A primeira edição, de quinhentos exemplares, esgota-se em menos de dois dias. A seu folheto, segue-se uma enchurrada de refutações e análises condenatórias, as quais Macedo tenta demolir.

Uma dessas censuras atinge-o e estimula-o: *A Refutação Analítica*, elaborada por João Bernardo da Rocha Loureiro e por Nuno Alvares Pereira Pato Moniz, redatores do *Correio da Península*, um periódico político. Na *Refutação*, os autores apontam “erros e inexatidões que José Agostinho de Macedo deixara escapar” (SILVA, 1899, p. 68).

Desavenças dessa espécie resultam na diminuição de encomendas de sermões, pois muitos daqueles que lhe faziam encomendas eram sebastianistas. Em virtude de suas sátiras, muitos anfitriões deixam de convidá-lo para suas festividades.

José Agostinho de Macedo compõe um poema épico, “com o qual se propunha nada menos que a obscurecer a glória do ínclito cantor de *Os Lusíadas*” (SILVA, 1899, p. 76), ainda que negue esse objetivo no prólogo do poema épico *Gama*. Ao escolher tratar um assunto já contemplado em outro poema épico, Macedo revela não estar satisfeito com o tratamento dispensado ao assunto. Segundo Inocêncio, “José Agostinho [tinha] dose demasiada de amor próprio, e mui errônea consciência de suas forças poéticas para aventurar-se a tão temerária empresa com esperanças de bom êxito” (SILVA, 1899, p. 76).

Em 07 de maio de 1811, José Agostinho de Macedo dá por acabado o *Gama*. Antes do poema, escreve uma dedicatória ao seu Mecenaz Ricardo Raimundo Nogueira, e Desidério Marques Leão imprime-o. Autor e impressor, no entanto, desentendem-se em razão de uma quebra de contrato, da parte do impressor, o que resulta em mais alterações e rixa. A principal consequência desse desentendimento é a suspensão da publicação do *Motim Literário*.

A publicação do *Gama* resulta, também, em novos ataques de seus antagonistas, cujas críticas são feitas por meio de folhetos avulsos ou em jornais portugueses impressos em Londres. Macedo replica-as, mas sem obter vantagem para sua causa.

No princípio de 1815, vem a público o poema *O Oriente*, o poema *Gama* “refundido, correto e amplificado” (SILVA, 1899, p. 98). Esse poema épico tem por objetivo ofuscar a fama de *Os Lusíadas*. O discurso preliminar que precede o poema excita o espírito dos defensores de Camões. Muitas críticas são elaboradas. Pato Moniz escreve o *Exame analítico e paralelo do Oriente com a Lusíada*. Segundo Inocêncio, “esse foi contradição o mais bem lançado de todos os escritos então publicados contra José Agostinho” (SILVA, 1899, p. 98).

José Agostinho de Macedo indigna-se com o fato de seu ataque a Camões não ter resultado como planejava. Sucede-se o aprofundamento e a apreciação do épico camoniano, que *O Oriente* pretende obscurecer. Para defender sua posição, Macedo ataca violentamente a Camões, por dizer

que *Os Lusíadas* não obstante a sua celebridade e o consenso de dois compridos séculos, apesar de lidos, comentados e tantas vezes traduzidos e louvados, eram na realidade um poema monstruoso, um tecido de erros, de incoerência e de destemperos, destituído até do menor ressaibo de estilo e colorido poético; cheio de versos errados e prosaicos, de incorreções, de faltas de linguagem e de gramática (SILVA, 1899, P. 109).

Por isso, no início de 1820, Macedo publica *Censura dOs Lusíadas*, no qual os examina, estrofe a estrofe, expondo até mesmo os menores deslizes de Camões. Assim, acredita ser capaz de derrubá-lo e ao seu poema épico. Segundo Inocêncio, Macedo serve-se de

razões e argumentos, mais ou menos especiais, ora de miseráveis reparos, próprios de uma imaginação frenética e desvairada, semeando por toda a parte as pulhas e os epigramas, levando em fim os despropósitos até ao ponto de afirmar mui seriamente que Camões merecia a força por ter falado em desabono do governo do seu tempo! apodando os seus admiradores e entusiastas, isto é, todos os que preferiam *Os Lusíadas* a *O Oriente* com a irrisória denominação de seita camoniana e qualificando-os de tolos e imbecis. Assim se persuadia ter descarregado de uma vez com braço hercúleo o golpe mortal [contra a glória de Camões e de seu poema] (1899, p. 109-111).

### **2.6.5 Época IV: 1820-1826**

Desde o início de 1820, José Agostinho de Macedo começa a redação do *Jornal Enciclopédico de Lisboa*, um periódico mensal, que traz artigos científicos extraídos e traduzidos de periódicos estrangeiros, além de assuntos diversos. Macedo insere alguns artigos sobre política. Ele, no passado, evidenciara sua “afeição aos princípios democráticos e uma decidida propensão para o governo republicano” (SILVA, 1899, p. 113), ainda que, em virtude de suas

contradições costumeiras, atacasse essa forma de governo e esses princípios. O pensamento político de Macedo é contraditório. Segundo Inocêncio, Macedo

foi pelo concurso irresistível das circunstâncias levado a constituir-se durante a sua vida apóstolo do Absolutismo com todos os seus abusos, defensor acérrimo dos privilégios que detestava e antagonista das reformas, ainda daquelas que o espírito do século tornava inevitáveis e finalmente apresentou ao mundo mais um flagrante exemplo da disparidade entre a teoria dos raciocínios e a prática das ações, sacrificando à sustentação de uma causa incompatível com as suas íntimas convicções, o talento e prodigiosa facilidade de escrever com que a natureza o dotara (1899, p. 115).

Por ocasião da revolução em Portugal, José Agostinho de Macedo vê-se em uma posição difícil. É fervoroso inimigo dos maçons, a quem acusa de difundir as idéias republicanas pelo mundo, e aos quais não se pode juntar contra o Absolutismo, para não macular sua imagem. Os novos governantes, por sua vez, sabem que seus escritos podem facilitar a implantação do novo sistema. Por isso, empenham-se em atraí-lo para sua causa, a qual ele aceita, tendo em vista “a promessa de honoríficos e lucrativos empregos, inclusive o de redactor do *Diário das Cortes*, segundo ele próprio confessa” (SILVA, 1899, p. 116).

Após completar sessenta anos, a saúde de José Agostinho de Macedo fragiliza-se. A decadência da idade opera mudanças em seu espírito. Desenvolve-se nele uma grande avareza. Nesse período, publica uma segunda edição de *O Oriente* (1827). Em seus últimos anos, Macedo padece de muitas dores, mitigadas apenas pelo estudo da literatura, ao qual ainda se dedica e pelo cuidado e atenção de amigos e admiradores.

Macedo sustenta grandiosos projetos literários, apesar de sua saúde. Aos 68 anos, busca revisar sua tradução das obras de Horácio e tenta traduzir a *Tebaida*. Lamentavelmente, não consegue levar esses projetos adiante. Dedicar-se ao seu poema *Newton*: corrige-o, amplia-o e renomeia-o: *Viagem extática ao Templo da Sabedoria*. O último empreendimento político-literário de Macedo é o *Desengano*, periódico onde reconta as doutrinas antigamente propagadas na *Besta Esfolada*. No dia 02 de outubro de 1831, Macedo falece. No dia 03 de outubro, seu corpo é levado por um grande grupo, à Igreja do Convento das religiosas Trinas, no Largo do Rato. É enterrado junto à capela de S. Theresa de Vila Nova. Segundo Inocêncio, “a chave do féretro foi depositada nas mãos de D. Miguel, que sempre mostrara por ele mui especial predileção” (1899, p. 154).

Conforme demonstra o autor das *Memórias Íntimas*, José Agostinho de Macedo tem uma trajetória pessoal acidentada; sua vida é repleta de atos abomináveis. É difícil compreender e determinar até que ponto ele está imbuído, realmente, dos ideais cristãos. Embora o professe, há uma profunda disparidade entre sua conduta e o espírito cristão. Esse é um dado importante, pois em *O Oriente*, o narrador macediano empenha-se por exaltar o cristianismo e as virtudes cristãs, tão pouco relevado por seu criador.

### 3. SÍNTESE DA EPOPEIA *O ORIENTE*

Esse capítulo consiste em um resumo, canto a canto, de *O Oriente*. A finalidade do resumo é dar a conhecer, em termos gerais, o enredo da epopeia, o que convém a essa dissertação, pois *O Oriente* é quase totalmente desconhecido do público brasileiro e será cotejada com *Os Lusíadas* no próximo capítulo.

#### 3.1 CANTO I

Na epopeia *O Oriente*, o narrador canta os sucessos da primeira expedição portuguesa a alcançar à Índia, empreendida pelo Lusitano, o ser emblemático da nação. Ele edifica, historicamente, sua vitória sobre o oceano, cujo ponto culminante é sua chegada às portas do Oriente. Esse feito excede, em valor, os demais feitos humanos, pois é o fundamento do Império Português, que o imortaliza na terra.

O narrador debruça-se sobre o efeito do tempo sobre os atos humanos. Sua passagem faz repousar as obras dos mortais. O tempo atira, ao impiedoso descanso da solidão eterna, os gloriosos impérios do passado. Na guerra, o herói fundador forja seu valor. Difundi-lo mundo afora é o objetivo para o qual concorre. A Fama, como nuvem, percorre o mundo inteiro e, inexoravelmente, fenece. O tempo corrói a própria grandeza latina, um dos pilares ocidentais. Há, no entanto, ferramentas cujo uso salvaguarda a memória dos feitos humanos. Há meios para o homem mortal combater o fatídico esquecimento: a voz da poesia e a voz da história. Por meio delas, a memória dos heróis renasce e não sente o peso da lei do esquecimento eterno. Tais quais correm as ondas em um rio, correm os anos, e levam consigo as memórias dos grandes impérios, assujeitados pelos horrendos golpes da morte. O dom da poesia, no entanto, vence os Fados, pois, das cinzas, é capaz de erguer as fronteiras da Grécia e do Lácio, revificadas após séculos abandonados ao esquecimento, isto é, a morte.

O narrador de *O Oriente*, por meio da voz da poesia, busca alcançar a eternidade do reino português, reservada a poucos escolhidos e contra a qual a passagem do tempo nada pode. Àqueles a quem se reservou a Eternidade, os Fados não podem atingir. A Sorte, a Inveja e a Morte entram no caminho rumo à Eternidade, mas o narrador sente-se capaz de vencê-las. Animado por essa convicção, o narrador revela a quem cantará em sua epopeia: a Gama, já cantado por outra lira, a de Camões. O narrador tem seus dons apurados pela Natureza e pela Luz purificada pelo filtro do intelecto. Em seu peito arde a chama da Filosofia, que afugenta as trevas

espirituais. Seus dons salvaguardam-no do crasso respeito aos ídolos e sente-se capaz de produzir poesia épica da mais alta qualidade.

O narrador clama à selva Aônia e a Homero para que escutem seu cantar sublimado. Veja o Tejo um poeta cantar, adequadamente, o valor da nação portuguesa. Chegará um tempo, determinado pela mão do Criador, no qual o nome da monarquia lusitana será ouvido no Oriente. Deus incumbe o Lusitano de lá chegar e dar suas ordens, pois é seu representante, e tudo faz em seu nome.

Em uma gigantesca estância, muito além do firmamento, está o trono de Deus, a quem sentem os homens, sem jamais conhecê-lo. Ao redor dele, estão os Serafins, cujas asas, de ouro ornadas, seus rostos escondem, de temor. Respeitosamente, têm suas frentes inclinadas, e aguardam as ordens do Eterno.

Um Serafim é chamado por Deus. A voz divina faz-se ouvir por toda a criação. Primeiro, o império celeste abala-se. Turva-se o sol, a lua para. Um cometa extravie-se. Na terra, acalma-se o mar furioso. Volvem as águas do Amazonas e do Nilo. Treme a neve no topo da Cordilheira dos Andes. Os Vulcões Hecla e Vesúvio ardem ainda mais furiosamente.

O Criador manda-o levar suas ordens a Manuel: deve lançar-se ao mar e erguer seu estandarte no Oriente. Em suas mãos, colocará a chave dos mares. É sua designação erguer altares cristãos no Ganges. Os bárbaros orientais fugirão diante de sua espada, e muitas nações pagar-lhe-ão tributos e enviar-lhe-ão seus cetros. Deus concederá a Manuel fama jamais vista.

O Serafim desce: sua velocidade supera a dos raios, move-se como a luz. Sobre Lisboa, suspende seu voo. É madrugada alta. O rei Manuel dorme. Sua alma concentra-se no oceano e no Oriente. Das trevas, irrompe um clarão. Em seu centro há uma figura, não humana, cuja beleza e formosura não se encontra entre a humanidade. D. Manuel vê uma seríssima Matrona, recostada em soberbo trono, carregado por um elefante branco. Veste-se ela com um manto imperial. Em sua mão há um cetro e, em sua frente, um louro. Diante do atônito Manuel, ela desce, curva-se, e oferece-lhe dádivas. Aos seus pés depõe o louro e, com voz divinal, apresenta-se e profetiza.

É Ásia. Em seu solo, o Deus onipotente fez, do Caos, sair a terra, e nela deu berço à humanidade. Nela, Deus escolhera um povo para si. Fora a matriz da Ciência. De sua fonte, beberam gregos e egípcios. Nela, colossais impérios formaram-se. Ela fora grande em paz e em guerra. Mesmo assediada por muitos reis, jamais fora conquistada.

Segundo Ásia, o Criador reserva a Manuel louros jamais vistos. Prepara-lhe, aberto e plano, o oceano. Seu nome passará aos séculos futuros, pois ele é quem dará à terra um destino novo, unido, permanentemente, tão desconhecidos e afastados povos.

Ásia mostra a D. Manuel o interior de um templo, onde Deus inscreverá seu nome. Neste templo imortal, habitam todos os reis afamados. A própria voz da história encarregar-se-á de colocar-lhe, ali, nome e coroa. Ela convida Manuel a olhar para a luz serena de uma figura em especial, em cujas mãos há uma esfera e um compasso: é Henrique de Avis, que devassa o mar e segue no incerto rumo marítimo. Ele exorta Manuel a avançar pela aquosa estrada, por onde navegaram seus antepassados, e desbravar novos mares. Ele deve enviar heróis navegadores, diante dos quais se abrirão as portas do Oriente.

Ásia desaparece. Rompe-se o sonho. O rei desperta e, na noite escura, aparece-lhe uma luz súbita, mais clara e pura que a do sol resplandecente, e descobre o Serafim. Diante do rei, ele apresenta-se e explica o porquê de sua presença: fora o guia do povo de Israel em seu êxodo do Egito e partira as águas do Mar Vermelho, através do qual atravessaram em segurança. Vem a fim de interpretar-lhe o misterioso sonho.

O Serafim comunica a decisão de Deus: os povos ao redor do Ganges, buscados em vão desde que Henrique de Avis passara a perscrutar o oceano, serão encontrados por ele. Deus elegera-o tronco para a nova monarquia portuguesa ao redor do mundo. Ao esforço português, as armas árabes oporão resistência, mas em vão.

O Serafim refere-se aos grandes feitos portugueses no Mar Vermelho, onde encontrarão vitórias gloriosas. Os árabes e os persas cederão Ormuz e terão de aceitar o jugo lusitano. Ao Nilo, também golpeará, subjugará e alcançará terras jamais alcançadas por Roma. O Japão oferecerá muitos tesouros. Grandes monarcas tornar-se-ão humildes vassallos, e será vasto o despojo obtido. Com tantos tributos, Manuel deverá erguer altares a Deus nas novas partes do império. As afastadas e invencíveis nações serão domadas pelos guerreiros portugueses.

Esse é o grande segredo divino: Deus concede ao Lusitano submeter o oceano e as terras separadas por ele. Os orientais oferecerão seus pulsos aos grilhões portugueses, todos humilhar-se-ão, sujeitar-se-ão e aceitarão as leis portuguesas. O braço de Deus abrirá o caminho vedado aos antigos navegantes. O Céu revelará um caminho desconhecido. Um grande Império será o prêmio. Somente ao monarca lusitano permitir-se-á vencer o mar e reinar sobre a terra. Os portugueses devem sondar o mundo desconhecido. Manuel colherá no Oriente vitória eterna.

Seus sucessores, após um século de crime, sangue e guerra, assentarão, no Oriente, um assombroso trono. O vindouro século verá a glória de Ulisseia aumentada. O Serafim, subitamente, dissolve-se. O rei procura-o ansiosamente, mas vê apenas centelhas luminosas.

Manuel abandona o leito e vai ao templo, orar a Deus. Seu maior desejo é ver cumprir-se aquela profecia. Após orar, convoca o conselho, assenta-se em seu trono e relata-lhe o sonho. É o eleito de Deus para difundir a fé cristã no Oriente. Crê no apoio celestial como chave para o sucesso da empresa. As palavras do Serafim são fundamento seguro para sua fé. Manuel rememora a antiga fama marítima dos lusitanos. Seus antepassados não temeram nem os mares nem as tempestades furibundas. Eles também não devem temer, mas seguir o caminho traçado pelos Fados, para bem promover a fé cristã. Eles, no entanto, não devem almejar a fama, mas o cumprimento do Dever cristão.

Manuel sente-se plenamente capaz de cumprir a ordem de Deus. Sua origem fundamenta-se em uma estirpe de heróis navegadores. Por essa razão, vê a empresa realizada. Ele relembra o passado portugueses, composto por bravos feitos marítimo-militares, como o ataque a Ceuta e as guerras nos campos de Ampelusa. Manuel crê que o achamento do caminho marítimo para a Índia redundará, para o Lusitano, em um lugar superior ao ocupado pelos heróis gregos e romanos. O nome do rei português será maior que o nome dos grandes imperadores da Antiguidade, Alexandre e Adriano. Os portugueses avassalarão os altares onde os idólatras cultuam e queimam incenso. Idólatras e mouros serão obrigados a depor seus cetros e a pagar tributos. D. Manuel vê a Lusa gente navegar ao redor do mundo. Vê-os descobrir um mundo desconhecido, tão vasto será que bastará para formar o Quinto Império.

Manuel encerra seu discurso ao conselho. Os conselheiros bradam e louvam-no. Dentre os presentes, Deus elege a um, a quem inspira um discurso: Gama. É ele quem se prontifica a levar o estandarte real ao Oriente. Acredita ter, ao seu lado, a mão de Deus para realizar a proeza, por meio da qual, talvez, possa eternizar seu nome. No entanto, não teme a morte, caso a Ventura ou os Fados preparem-lhe a ruína. Ele dispõe-se, contente, a enfrentá-los, como um exemplo aos pósteros, pois anima-o amor à Pátria. Não se ressentido de deixá-la, pois sua alma ansia o louro conferido aos heróis.

Ao discurso de Gama, muitos navegadores valorosos oferecem-se para acompanhá-lo. O amor à pátria e o desejo de Glória anima-os e fortalece-os. Deus, nesse momento, dá-lhes um sinal do futuro achamento do Oriente: três globos incandescentes surgem, acessos nos céus, e por



três noites seguidas reaparecem. Na terra, no céu, no mar, e nas baixadas são avistados e correm rumo ao Oriente. Assim Deus afiança o sucesso da empresa lusitana.

### 3.2 CANTO II

O narrador clama à Memória na abertura do segundo canto. Pede-lhe que o ensine quantos, com Gama, decidiram arrostar o mar furioso, para além dos padrões fixados. O narrador clama, também, aos Céus, antes de narrar quantos na audaciosa empresa.

Vai Gama, Paulo, seu irmão, o grande Pacheco, a quem o Destino reserva muitas penúrias e desprezo, Tristão, quem irá depois à Líbia, Menezes valoroso guerreiro, Coelho, afeito ao mar furioso, Nunes, quem havia levado as embarcações além do Cabo Austral, Pedro d’Alemquer, sábio piloto, e profundo conhecedor de astronomia, Veloso e Leonardo, o namorado. Os futuros heróis portugueses devem sua chegada ao Templo da Memória a esses valentes heróis. São eles os nobres eleitos pela Sorte e pelos Fados para enfrentarem a perigosa empresa.

As naus aguardam-nos na praia. Lisboa envolve-se em luto e pesar. A notícia sobre a arriscada empresa corre de boca em boca, e macera até os corações mais indiferentes. De todas as partes, os portugueses afluem. Estão turvados os olhos e tristes os rostos. Guerreiros lusitanos chegam, com passos graves, contemplan as naus, e reprovam, calados, a decisão real.

Os portugueses, observam, atônitos, os pendões ondulantes nas popas das naus. Dentre eles, um Velho Venerando, de longo cabelo grisalho, balança sua cabeça, em reprovação, e ergue amarga voz e brada aos demais. Ele crê que o motor da empresa é o amor da glória, em cujo altar muito sangue humano derrama o povo português. Nele, sacrificara muitos de seus filhos, a fim de assenhorear-se do oceano. Tais atos, indubitavelmente, inscrevem o nome de Portugal nas páginas da história, mas vale o sacrifício? Não há bronze, nem inscrições, nem memórias capazes de torná-los à vida. Há sempre um terrível tributo a ser pago à morte. O Velho Venerando amaldiçoa a memória do primeiro humano navegador, e repete a expressão “fome de ouro e de fama”, mas prosseguir já não consegue: soluça. A dor é insuportável.

Imediatamente, um Guerreiro ergue sua voz, e com sua robusta mão, aponta à armada, indignado. Os navegadores seguem a via errada. Se querem ampliar os domínios portugueses, por que não se atiram à África? Por que dar ouvidos ao convite da Fama, e abandonar o Tejo, sem certeza do retorno? Se buscam o louro, prêmio dos heróis, por que buscá-lo no Oriente, se o

maior tesouro, o sepulcro de Cristo, jaz em mãos de turcos? Deveriam seguir rumo à Palestina. Lutem contra os árabes, se já não cabem no Tejo.

Cala-se o Guerreiro, e brada aos céus uma Donzela. Ela vê as velas das naus desfraldadas, e seu amado compõe a tripulação. Sua alma está envolta em um turbilhão de emoções. Já vislumbra a dor, a mágoa e o luto futuros.

O rei dedica-se à empresa, e manda prover as naus com todo o necessário: armas, munições, presentes e víveres. O clima é favorável. A hora de partir se aproxima. Ele dirige-se ao templo. Prostra-se e invoca a Deus. Convoca aos heróis e ordena a realização das últimas cerimônias, entre as quais o sacrifício de um cordeiro, no templo. À frente, vem Gama, o de promissor futuro, a quem o Fado reserva muitos bens. Porta a sua espada, como guerreiro, e um bastão dourado, como chefe. Seu aspecto é majestoso. Tem ar sereno e alegre, manifestação de divina escolha. O rei chama-o, dá-lhe o estandarte português, e exorta-o a abrir as portas do Oriente, onde não chegou poder romano. Torne ele a Portugal, e mostre-as abertas. Gama garante-lhe a vitória, porque a empresa é de Deus e do rei: Deus quer, o rei manda, e ele pode.

Aqueles que estão no templo, dirigem-se às naus. Aflui a multidão, em pranto. De uma parte a outra da praia, clama-se a Deus, e suplica-se pelos nautas. Enquanto as gentes lamentam, um antigo Sacerdote ergue sua voz e profetiza. Remover-se-á, no Oriente, a treva espiritual. Os bárbaros verão, agora, a luz cristã, que brilhará mais forte, pois os lusitanos levar-lhes-ão a adoração à cruz. O Sacerdote vê os nautas quais anjos velozes no cumprimento da ordem divina. Contra eles, resistirão os mais distantes povos, mas em vão.

Aos céus, não subirão nem Tifis nem Argos, mas, sim, os heróis lusitanos, que levam guerra aos ídolos. As naus portuguesas superam a velocidade das nuvens e das águias. Suas armas aterrorizarão ao “mouro imundo”. Portugal fundará um próspero império no Oriente: a terra é riquíssima em bens. “Esquadrões de idólatras”, confiantes em seu poder, sua riqueza e em sua força, aprontar-se-ão à guerra. Insultarão o Lusitano, fiando-se na desproporção numérica entre os exércitos, pois são poucos os guerreiros portugueses. Deus, no entanto, fortalecerá seu braço, e calcará o orgulho bárbaro. O sacerdote exorta os nautas ao acatamento do chamado divino, pois são instrumentos na mão de Deus.

O ódio de Satanás inflamar-se-á, a fim de destruí-los. Ele empregará a força dos elementos naturais contra eles, mas em vão, pois, do Céu, descera um anjo protetor. Os

portugueses, no entanto, não devem perder de vista a meta: difundir a fé cristã. Interessa-lhes destruir o culto satânico no Oriente.

Os portugueses darão nova face à Europa. Enfrentarão combates e vencerão. Aos heróis lusitanos, não há segundo lugar no “Alcaçar da imortal Memória”, pois jamais na história houve povo capaz de atos tão grandiosos. O sacerdote relembra, no entanto, não ser possível ir da Fama ao Templo da Memória sem deixar, pela estrada, suor e sangue.

O Sacerdote informa-lhes que, chegados ao Indostão, um anjo, seu vigia, guia-los-á à Índia. Ele, por sua vez, ofertará sacrifícios a Deus. O sacerdote, agora, dirige-se ao rei Manuel. Louva-o por seu desejo de incrementar poder e domínio, e certamente crê ser mais interessante o Oriente que a África. Por ordem de Deus, os monarcas asiáticos curvar-se-ão ante o rei português. O Fado há de sustentar o firme Império Português.

Os séculos futuros, entretanto, trarão guerras, as quais mudarão o aspecto e o estado da Europa, e o esplendor lusitano desaparecerá. Algo, porém, restará, afirma o sacerdote, pois as Parcas fiam dias dourados. O esforço português será recompensado. O sacerdote, extático, encerra seu discurso. Estancam-se as lágrimas. Os nautas já alcançam as naus.

As tristes mães, tomadas de profundo pesar, bradam aos seus filhos. Cruzam suas mãos sobre os peitos, e vertem copiosas lágrimas. Vai a armada porto afora.

O narrador interrompe a narrativa e reflete: será esse “o termo derradeiro” da audácia Lusitana? Está convicto de que os portugueses levarão muitos males e bens ao mundo, pois são movidos por amor à Pátria, amor verdadeiro, mas a cobiça abusará deles. O narrador volta à narrativa.

As gentes abandonam a praia. A empresa, no entanto, impressionou-as. Aqui e ali, a tristeza faz irromper profundos brados. Aqueles que ao mar olham novamente, choram amargamente.

Quase à foz do Tejo, desenrola-se uma dramática cena. Sobre um penedo, contra o qual o mar arremetia violentamente, há uma donzela. A dor dilacera seu espírito. Está solto seu negro cabelo. Tem a vista turvada, eclipsada pela angústia. De seus lábios e de seu rosto modificara-se a cor. Nela, apenas o cabelo move-se. Seus olhos insistem em prender-se à frota, que parte. Ela chora por seu amado, e aos céus implora: que permaneça ou que a leve consigo. Ela sofre como Ariadne, junto ao mar Egeu, quando parte Teseu, seu amado. Ariadne, sentada sobre os escolhos, parece unir-se a eles. A donzela portuguesa, também parece compor o penedo. Por um lado,

ofende-a a partida do amante. Por outro, o amor grita-lhe ao coração. A donzela está em guerra e, à morte, inclina-se. Longe no horizonte, a armada desaparece, e ela arremessa-se às ondas. Assim como Dido, a rainha de Cartago, prefere a morte à ausência de seu amado.

O narrador conclui: as lágrimas vertidas à beira da praia pressagiam grandes pesares. Muitos serão os portugueses imolados sobre o ignóbil altar da cobiça, pois alterar-se-á o motor da grande empresa: no princípio, move-a a fé. Depois, move-a a avareza.

### 3.3 CANTO III

A frota navega rumo à costa ocidental africana. Os nautas veem somente mar e céu. Alemquer é o vigilante piloto. A bússola indica-lhe a correta direção. Segue tranquilo o Lusitano, cortando os campos de Anfitrite.

Satanás, nas infernais cavernas, explode em ira. Recresce sua fúria quando vê, na Ásia, abolida a idolatria. A antiga luz celestial, ornato dos anjos, converteu-se em absoluta escuridão. De sua boca procede a Morte. Os habitantes do inferno sentem medo. Satanás exige que a intensidade das punições infernais seja aumentada, e impreca contra Deus: por que ele inveja seu reino oriental?

Satanás vingará-se novamente de Deus. No Éden, já se vingara, ao promover a queda de Adão. Deus expulsou-o do Céu, e ele vingou-se novamente, desencaminhando a muitos anjos. Com eles fundou um reino, o Inferno, do qual é rei. Ele conferiu poder à Morte, e arruinou a inocência primordial do homem. Reconhece-se como o originador do mal, e vangloria-se por ter atirado a humanidade ao pecado. Satanás orgulha-se de seu culto no Oriente. Essa adoração aplaca-lhe o tormento causado pela perda de seu lugar no céu. Desistira de pleitear um lugar no céu e contentara-se com o trono universal sobre a terra. Primeiro, o Cristo abala seus domínios, disseminando a luz de Deus. Agora, um único mortal pretende, afrontando o mar, destruir seu reino na Ásia. Ele não consentirá a derrocada de seu Império espiritual. Usará os raios, a Morte, o Ódio e a Vingança: o Lusitano sentirá o peso de sua fúria, assim como sentiu Adão, no Éden. O luso é um criminoso e deverá ser punido severamente. Ele lembrar-se-á de que é mortal e ele, Satanás, um anjo.

Sobreviverá o Lusitano? Ou será capaz de curvar o Oriente diante da Cruz? Eis as questões que afligem a Satanás. Ergue furiosa voz, faz tremer as bases do abismo. Intensifica-se a escuridão. Voam Serafins, dos quais o Inferno está cheio, e juntam-se ao redor do trono de

Satanás. À frente, avança o espectro da Morte, irado. Em sua sempre vencedora mão, traz a foice. Após a Morte, avança o gênio da Guerra, desgraça dos homens. Segue-o a Discórdia, que atíça os homens. Após ela a Ambição, que ciladas arma. Após ela, por fim, segue a Tempestade.

A turba controla-se. Satanás olha-a, traspassado pela dor e pela ansiedade. Relembra-os das batalhas contra as forças divinas, e do valor da vingança. Se o Céu os despreza, sejam temidos na terra, onde imperam. A chegada da Cruz ao Oriente resultará em uma catástrofe para o Inferno. A ruína lusitana, portanto, é urgente. Os nautas devem sucumbir na guerra contra o Inferno. Satanás encabeça os esforços de guerra. Seus demônios seguem-no Inferno afora, rumo à armada. Terra e mar abalam-se diante da força demoníaca. Satanás eleva-se sobre o abismo, escoltado pelas poderosas Fúrias.

Ameniza-se o horror do Inferno, conforme se afasta Satanás. Ao Olimpo, pelo contrário, cobre um tenebroso eclipse. Por onde passam, tudo convertem em escuridão e em raios. Satanás olha para o mar, para a cor dos ares ao desabrochar do sol e para a Natureza e sente remorso, ao comparar o que tem com aquilo que perdera.

Tange as naus um vento moderado. No céu, nenhuma nuvem. A armada aproxima-se do lar dos Azenegues. Chegava o fim do dia. Satanás enfurece-se ao ver tranquila a armada. Aproxima-se dele a Inveja e assanha-o. Ele faz um furioso vento atingir o mar. Os animais marinhos pressentem a desgraça. Violentos tufões desatam-se. Raios atravessam o espaço. O mar encrespa-se. A escuridão é total. Apenas o clarão dos raios faz ver o mar. Uma forte chuva cai. Gama teme. Esfria-se o coração em seu peito, pois presente a anormalidade dos fenômenos. Satanás, furiosamente, agita-se no espaço. Sobe da superfície do mar em direção ao céu e, de lá, precipita-se.

Das quase soçobradas naus, ouve-se um triste e lastimoso pranto. Aos duros nautas, paralisa o terror. O mar é impiedoso: uma das naus está quase alagada de um lado. Gama ergue suas mãos e sua voz ao céu, e clama àquele que repartiu o Mar Vermelho: permitirás que o mar destrua àqueles que levam seu nome? Serão devorados àqueles que abraçaram seu culto? Perecerão antes de levarem a Cruz ao Oriente? O que dirão, na Europa, aqueles que desprezam as leis da Igreja? Dirão que a empresa portuguesa não é divina. Por isso, Gama implora que Deus ponha freio ao mar e à morte.

Imediatamente, desce do Céu um anjo, enfreia aos ventos, toca o mar, dissipa os furacões e aniquila o raio. Impera nova calmaria. Satanás foge, pois não suporta a luz divinal que desfaz a

escuridão. A manhã está prestes a despontar. A névoa matutina desfaz-se, e um nauta avista terra firme. Todos sobressaltam-se de alegria. A armada aproxima-se da costa, e os portugueses avistam uma angra, cercada por altos montes. O maior deles tem seu topo entre as nuvens. Avistam, também, aves de exótica plumagem. Aromas agradáveis exalam da floresta. Os nautas medem, com prumos, a profundidade do mar, estendem as velas ao sol, e dirigem-se à terra. Alemquer examina a posição do sol. Gama não percebe sinais da presença humana e decide subir o monte mais alto, a fim de vislumbrar os arredores da ilha.

Ele encontra no topo do monte uma estátua. Sobre sua cabeça há um cocar enlaçado de plumas. Um saio de plumas prende-se a sua cintura. Na mão esquerda, traz um arco. A um lado, traz o carcaz. O restante do corpo é nu. Sua pele é escura, seus membros são fortes, é feio seu aspecto. Sua mão direita aponta para o poente. Gama mede a estátua, examina seu pedestal, e vê, gravadas em uma lâmina, letras gregas, que reconhece e entende. O Céu guardava-lhes uma emocionante profecia.

Chegará um nauta, diz a inscrição, rasgando os seios do Ocidente, e mostrará aos homens toda a terra que o mar separa. Ele lançará o alicerce de um vasto império em outro hemisfério, onde reina a Natureza, e onde há muitos tesouros guardados. Os habitantes são bárbaros, cujas feições a estátua revela. De onde virá esse prodigioso nauta? Da boca do Tejo. De lá, sairão naus buscando um novo hemisfério e acha-lo-ão. Gama e os com ele extasiam-se com a profecia. Aviva-se neles a esperança. De ânimo renovado, abastecem as naus. Um vento ocidental favorável sopra, e eles retomam a viagem.

Alemquer, o astrônomo, descobre a localização da armada: junto à linha do Equador. Os nautas esperam pela viração, mas não há o menor sinal de vento. O calor abrasa-os. À noite, o orvalho não cai. Os víveres começam a perder-se e os homens enfraquecem. Gama busca elevar o moral da tripulação. Lembra-os dos padecimentos dos antigos heróis gregos e romanos. Lembra-os do sofrimento de seus antepassados desbravando a costa africana. Quebrantará uma calmaria o ânimo do Lusitano? Não retornarão à Pátria aqueles que avançar prometeram. Assim, acalmam-se os nautas.

Deus ouve a zelosa voz de Gama e faz chover e ventar. As naus movem-se novamente. Os nautas saciam sua sede. O calor desfaz-se. Pouco a pouco, animam-se. O vento lança a armada em direção à costa africana. Alemquer descobre estarem avançados rumo ao sul. Astros mais

raros surgem no firmamento. Ao raiar do dia, avistam terra novamente. Na encosta, descobrem espaçosa angra. À praia, negros afluem.

### 3.4 CANTO IV

Os nautas dirigem-se à praia. O intrépido Veloso encabeça o esquadrão lusitano. Tão logo chegam, são rodeados pelos nativos. Os portugueses surpreendem-se com a natureza local: os quadros assemelham-se aos vistos na infância da humanidade.

A nativa turba sauda-os, mas quão bárbaros e rudes são. Dentre os nativos, no entanto, alguém fala português: uma incrível surpresa. Há entre os nativos um desterrado. Ele está ansioso por saber: que “Ventura” ou “Providência” guia-os a tão distante local, sujeitos à fúria e à inclemência da natureza? A alegria que sente não cabe dentro de si por ver, depois de tanto tempo, um lusitano.

O desterrado desfaz-se em lágrimas ao relatar-lhes sua história. Fora deixado ali quando voltava do Cabo Austral. Para sua sorte, os nativos não são brutais e, ainda que de rude natureza, são hospitaleiros. Aquele é o reino de Ogané que, ao sul, não muito longe, faz fronteira com o Congo. Corta-o o rio Zaire. O calor é inclemente. Nas minas, abunda o metal precioso. Os nativos dedicam-se à criação de gado e desconhecem a cobiça. Vivem como se vivia na Idade de Ouro.

Os nautas voltam aos barcos. O desterrado acompanha-os. Gama pergunta-lhe quais são os costumes e as leis locais. Os portugueses estão ansiosos para conhecer a terra. Tão logo irrompe o dia, a armada dirige-se à foz do Zaire. O quadro é surpreendente. De ambos os lados do rio, há campos floridos. Densos bosques, em uma curva enseada, abrigam as naus. Os marujos guiados pelo desterrado, voltam à terra.

Ao norte, encontra-se a corte do monarca local. É vastíssimo seu reino, mas não por força das armas: Ele é um “rei pastor”. Em seu reino, não asila nem a ciência nem a guerra. Enquanto os nautas dão seus primeiros passos por Ogané, a Fama louva-os perante a corte. Veloso e Leonardo levam presentes ao monarca, e o desterrado serve-lhes de guia. Os portugueses avistam animais pastando. Veem aves exóticas, belas de aspecto. Veem tigres, avestruzes e hienas. Admiram, além disso, as ocupações dos nativos. Alguns buscam mel nos rochedos, outros coletam mariscos. Outros, ainda, caçam no interior da mata. Ao longe, veem a habitação do rei, a qual os nativos chamam Ambáca.

Os nativos olham o luso perplexos. Diante das armas, alguns retrocedem, enquanto outros sobem em árvores. Os portugueses, por fim, chegam diante do monarca. De seu pescoço, pende uma cadeia dourada, sinal de realeza. Um véu cobre sua face. Da cintura aos pés, cobre-o uma veste, feita com pele de leão. No braço esquerdo sustenta um escudo, na direita uma azagaia. Seu aspecto é sereno e majestoso. Com respeito e ternura, acolhe Veloso e Leonardo em seus braços. Junto ao monarca, estão os Souvas, os príncipes locais.

O desterrado informa ao monarca que, em seu reino, aportara um capitão, cuja ordem é a de chegar ao Indostão. Aportara ali por ordem de seu rei, que da fama de Ogané tem conhecimento. Os nautas precisam descansar e reformar suas provisões, antes de retomar a empresa, e contam com a benevolência real. Como dádivas, o rei estrangeiro manda ao capitão o arcabuz e as lâminas lustrosas.

O monarca africano alegra-se com a presença portuguesa. Atentamente ouve as palavras do intérprete. Garante auxílio aos nautas e deseja conhecer o capitão. Em sua majestosa cadeira, transportam-no escravos. Da praia, dirige-se às naus. O rei é recebido com uma salva de tiros de canhão, diante da qual o monarca e os nativos assustam-se.

De volta à terra, os lusos presenciam uma triste cena: o funeral de um príncipe. Os lusitanos, tamanha a tristeza das gentes, choram, também, sua morte. Os nativos erguem uma pira funerária. Com uma tocha acesa, três vezes um sacerdote gira ao redor dela. Os nativos executam canções em anafins desafinados e colocam, por fim, sobre a pira, o cadáver. Seis donzelas são trazidas como vítimas sacrificiais: serão servas do príncipe na vida além-túmulo.

Corre na direção das donzelas um negro, e lança-se aos braços da mais bela delas, que se revela profundamente triste. Maior sombra pousa sobre ele, tamanho é seu amor. O negro atribui o bárbaro sacrifício ao fanatismo religioso. Amaldiçoa o poder tirânico e pede para ser morto com ela. Os portugueses alvorotam-se. Veloso pede ao rei que impeça o sacrifício, para não provocar a fúria divina, pois a Razão, a Justiça e a Natureza o clamam por isso. Por segurança, os já armados lusitanos protegem as vítimas. O rei cancela o sacrifício e ordena a queima do corpo.

Gama quer partir logo, e ordena à tripulação que recomponha o estoque de víveres da armada. Enquanto isso, o monarca oferece dádivas: um carcaz de ouro, onde se embebe a flecha em suco venenoso. A partida da armada entristece os nativos, que acompanham o movimento das naus rumo ao oceano.



### 3.5 CANTO V

Enquanto os Lusitanos navegam, no Inferno Satanás planeja vingança. Para ele, a oposição de uma lei mais forte, a divina, é a razão para o fracasso de seu ataque. Ele, no entanto, não desistirá. Se não é possível afundar a armada, que se perca no oceano. Satanás planeja acalmar o mar, estabelecer trevas totais, e fazer Gama seguir rumo a uma terra, à semelhança do Malabar, onde se enganem os portugueses e encontrem a ruína.

Diante de Satanás, vem a Blasfêmia, arrogante espírito, e ergue sua voz. Ela não quer vencer o Lusitano pela astúcia, mas pela guerra. Revolvam o oceano. Enterrem nele os atrevidos. Arranquem do mundo sua glória e sua fama, a fim de que os mortais conheçam as consequência de insultar o Inferno.

Satanás acalma a Blasfêmia. Um ardil é a melhor alternativa. Por meio de um laço oculto, aniquilarão a armada inteira. Os nautas devem correr o mar sem rumo, e encontrar uma ilha desabitada, onde aguardarão demônios, fingindo ser habitantes da Taprobana. Os demônios abandonam o Inferno e dirigem-se à ilha, localizada em frente ao Cabo Austral.

Satanás abandona o Inferno. Com seu sopro, expande o ar, produz vento, e faz as naus perderem-se. Ele condensa a névoa e esconde o firmamento em denso vapor. Assim, transforma o dia em noite contínua. Alemquer, o astrônomo, já não sabe em que direção navegam. A armada está à deriva. Os nautas lançam prumos ao mar, mas não encontram fundo. O horizonte está tomado pela escuridão; há apenas noite. Eles não enxergam nada, mas ouvem as vagas estourando contra a areia da praia. Repentinamente, surge o sol, e os nautas vislumbram o azul do céu. Alemquer ergue o astrolábio, e mede a distância em relação ao sol, e desconhece a localização. Nesse ínterim, aves marinhas ressoam ao lado da embarcação. Um vapor balsâmico procede da terra. Pelo agradável aroma, os nautas acreditam estar em Ceilão. Eles vislumbram altos montes, deleitosos vales e terras férteis de uma ilha paradisíaca, como o Éden, antes do pecado. Os nautas avistam a embocadura de um rio, cristalino, em cujas margens há um belíssimo jardim, onde as aves repousam. O horizonte oferece um deslumbrante quadro: há, somente, auri-rosadas nuvens. Das montanhas, rebentam fontes de salutar água, que nutrem os vales. Há flores por todos os lados. A beleza dos campos é como a dos férteis prados do Ganges. A atmosfera está tomada por divinos aromas. Eis a terra diante do luso, estupefato. O ardil de Satanás funciona. Detém-se, deslumbrada, a armada lusitana.

Veloso quer explorar as margens daquele rio. Ao seu lado, vai um intérprete. Chegados à areia, embrenham-se no “Novo Éden”, onde apenas poucos raios de luz solar penetram. Há abundância de palmeiras e cedros. Avançando, alcançam um amplo vale, sereno, em formato circular, fechado por teixos verdejantes. No fundo desse imenso vale, ergue-se um templo onde há brilhante mármore, à semelhança dos templos erguidos pela egípcia arquitetura.

Ao pórtico do templo, sustentam seis colunas. Entre cada uma das colunas, há a representação de divindades desconhecidas, adoradas pelas as gentes da Ásia. Não avistam a ninguém e não ouvem um som sequer. Mas, de repente, de aspecto nem bárbaro nem rude, aparece-lhes, defronte, um velho. Os portugueses assombram-se. O velho cobre-se, do pescoço aos pés, com uma negra veste. Seu rosto é respeitável, sua tez é escura, sua pele é enrugada, sua barba é grande. O velho é alto, já curvado pelo tempo. Tem, em suas mãos, uma nodosa vara. Ao ver os lusitanos, imediatamente para.

O velho rompe o silêncio e, respeitosamente, em doce e pausado tom, indaga a respeito de quem são os mortais recém chegados. Os portugueses notam em sua voz o acento arábico, e respondem: são os habitantes do último império visto pelo sol no crepúsculo e buscam a Ásia. Os portugueses confessam estarem perdidos; não sabem como chegaram à ilha. Os portugueses indagam-lhe se estão muito longe do Oriente, se há ali um povo disposto a socorrê-los e a quem é dedicado o majestoso templo.

O velho assegura-lhes que estão em uma ilha no Oceano Índico, abastada em riqueza. O templo é dedicado à Morte, e nele descansam as cinzas de reis. O velho é o sacerdote, e nele habita, longe de toda a agitação mundana. Apraz-lhe a solidão, e dedica-se a pensar na Morte e no sepulcro. Isso anima-o e nutre-o. Convida os portugueses para conhecer o interior do templo. Os lusitanos aceitam o convite.

Sobre leões de bronze, erguem-se urnas, repletas de inscrições. Ao redor delas, ardem lâmpadas. Em jaspe oriental, entalharam-se imagens de reis bárbaros. No centro do templo, há um túmulo mais alto que os demais, ornado com belíssimos símbolos. Os portugueses observam nele um busto feminino. Veloso indaga a respeito dele.

Trata-se do túmulo de uma donzela. No rosto do sacerdote, estampa-se a tristeza e o desgosto. A beleza dela dera-lhe um trono e também dera-lhe a morte. Fora esposa do rei, ainda vivo. Segundo as leis daquele império, a esposa jamais pode governar o reino. O rei, seu marido, de tanto amá-la, absolve-se dessa lei, e decide dar-lhe o poder real. Rapidamente, a desobediência

é punida: escuridão e luto abatem-se sobre todos. Lindara teme, e o rei toma consciência da ira divina. A desgraça intensifica-se. Diante de tão tristes sinais, o rei acredita escutar a voz de um profundo segredo. O fanatismo bárbaro oprime-o, e deseja somente aplacar o céu enfurecido. Os sinais da desaprovação divina são medonhos. Um raio rompe os céus, atinge o cetro e os trajes reais e desaparece. O rei, diante disso, assassina sua amada. Aplaca-se a fúria divina, mas o rei não encontra consolação, e vive em sombras desde então. O mausoléu é prova de seu amor por Lindara e de seu tormento por seu assassinato. Os lusos pasmam, e voltam os olhos pelos tristonhos túmulos. O sacerdote, intérprete dos Fados, vendo-os assombrados, profetiza.

Na Ásia, por que buscam os portugueses, os impérios estão repletos de quadros terríveis. Seus déspotas insultam e desprezam a ternura, o amor e a grandeza. O sacerdote afirma-lhes que o império onde estão quase abrange a Taprobana, grandiosa em comércio e famosa em guerras. Segundo ele, perdida na voz de um antigo povo, há uma profecia acerca de uma nação ocidental, que cortará o mar, e diante da qual a Ásia inclinar-se-á aprisionada e domada.

O velho crê estar diante dos conquistadores da Ásia, aqueles que darão à terra aspecto novo: os portugueses. Confessa-lhes, em seguida que, naquele templo, guarda-se um grande segredo. O velho abre um cofre e dele extrai um lenço, cujo quadro interpreta. O velho diz-lhes que, quando fortes barões armados singrarem rumo ao sul, fatalmente modificar-se-ão os Fados da Ásia. Nas terras banhadas pelo Indo e pelo Ganges nova lei será ouvida. Das terras europeias onde se esconde o sol, virá uma grande nação oprimir e espantar às nações do globo. Os portugueses assemelham-se à descrição da profecia: trajam-se com ferro, lançaram-se ao mar desde a Europa e enchem de assombro a muitas nações. Sua empresa está, desde os mais remotos séculos, predestinada pelos Fados. O velho aconselha-os a buscar a Corte, não muito distante da margem do rio, onde há uma larga enseada para a frota. Ali obterão um piloto, capaz de guiá-los à Índia.

Já é noite, e os lusos retornam à armada, confusos. Gama escuta o relato, assombrado. Em seu peito, avalia-o. Mal se ergue o sol, convoca a tripulação e sobe o rio, rumo à enseada. Às margens, entre as sombras dos palmares, os nautas enxergam habitações orientais. Veem, além disso, os pagodes dos deuses, encrustados de ouro. Alemquer, nos mapas orientais, busca descobrir a localização de tão grande ilha, mas nem Pompônio nem Estrabão marcaram-na em seus escritos. Examinando a posição do sol, descobre estarem aquém do Cabo das Tormentas. Mesmo assim, manda que as naus lancem âncora. Rapidamente, os nativos cobrem uma parte do

rio com seus catures e suas almadias. As carnes deles são baças e sombrias, e têm seus corpos parcialmente coberto com trajes de algodão. Gama está atento a tudo. Receia nos desconhecidos bárbaros uma cilada. Tão logo chegam-se os índolas às naus, o intérprete pergunta-lhes em que região do mundo encontram-se. Um deles, cuja semelhança é idêntica a das gentes da Turquia, da Pérsia ou da Arábia, estampa alegria em seu rosto, enquanto esconde o veneno em seu coração, e afirma estarem num vasto império, em frente ao Indostão, no Oceano Índico, rico em ouro, perfumes e pérolas. Assegura-lhe que pode, em segurança, subir o rio, até encontrar um grande ancoradouro, onde atracar a armada.

O luso fia-se na palavra do monstro. Ajoelha-se e ergue sua voz em louvor aos Céu. Entoa hinos a Deus, pois, fatigados como estão, sentem-se felizes por terem encontrado o Oriente. Lamentável limitação da mente mortal, a qual está sempre obscuro o futuro. Os nautas conduzem os barcos em direção ao ancoradouro. Lá chegados, lançam âncora e ferem o ar com as bombas da artilharia.

A praia está cheia de homens, enraivecidos contra a força lusitana. À armada, já vislumbram destruída. Somente no futuro estrago colocam seus corações. Para saudar o capitão português, a Perfídia envia um demônio na forma de um Naire. Diante de Gama, inclina-se quase até o chão, como é o costume oriental. Os lusos cercavam-no, curiosos de seu gesto, de seu traje e de seus modos. O Naire representa o rei, e ele quer saber se os portugueses chegam em paz ou se trazem a guerra. Se vêm em paz, receberão a ajuda. O Naire acrescenta que, àquela terra, vêm as naus da Arábia, em busca de especiarias, e convida-o a descer e a conhecer as grandes riquezas da terra.

Gama suspeita. Sente, naquela voz branda e gesto medido, algo que não é capaz de precisar. Com a mão próxima à espada, Gama informa ser mandado do rei de Portugal, a quem o Céu concedera o trono de Lísia. Sua ordem é encontrar o Indostão e retornar ao Tejo. Narra ao Naire as navegações ao longo da costa africana e o descaminho inflingido pela escuridão próximo ao Cabo das Tormentas, e sua misteriosa chegada à ilha. Gama sabe não ter alcançado a Índia. Por isso, pede ao Naire um piloto, afeito aos perigos, capaz de levá-lo ao seu destino. Gama deseja, o mais rapidamente possível, voltar a navegar. O monstro, cuja mente arquiteta a maldade, garante-lhe um piloto, e insta com Gama para que conheça a terra e que não queira tão rapidamente voltar ao mar: desça, conheça a Corte e espere a monção. Gama suspeita a vil traição, mas, fiando-se do valor da gente lusitana, assente. O Naire, notando o receio de Gama

parte. O capitão manda Veloso, o explorador, seguido de um intérprete, descer à terra, carregando consigo finas sedas, com as quais deve presentear o monarca local. Na praia, cercam aos lusos os monstros infernais. Os portugueses sentam-se em um palanquim e são carregados por quatro fortes pajens rumo ao interior dos altos muros da corte. Chegam, por fim, ao alcaçar do rei: um alto edifício, onde os portugueses respiram tristeza e horror. Os lusos sobem uma majestosa escada, e avistam um ancião recostado, ladeado por guardas armados. Sua veste é uma negra clâmide; dourado diadema adorna sua testa. Veloso dirige-se gravemente a ele, quem os recebe de braços abertos. O luso, diante do rei e da assembleia, ergue sua voz.

### 3.6 CANTO VI

Veloso está diante de demônios metamorfoseados em homens orientais. Vendo isso, desde o céu, um importantíssimo lusitano suplica o favor e a proteção divina à armada em perigo, e opõe-se frontalmente aos demônios: o Infante D. Henrique de Avis. Ele teme a perdição da armada, e indaga a Deus: Deixará ele Satanás vingar-se e arruinar aos lusitanos? Henrique pede-lhe que ordene a partida da armada, e que Lúcifer não possa interromper a empresa pelo Céu ordenada. Deus considera D. Henrique um justo, e sua súplica é valiosa para ele. A humildade muito pode alcançar com Deus. O Imortal acena-lhe e, imediatamente, desce Henrique e à terra chega. Suspende-se no ar, olha na direção da armada e comove-se ao vê-la. A tripulação dorme.

O sol estava prestes a nascer. Henrique envia um sonho a Gama. No centro de uma chama, Henrique revela-se ao Capitão, na forma de um barão forte, cuja destra segura uma bússola. Gama abre os olhos, e o espírito adverte-o de que está perdido da rota oriental, pois, contra ele, armara-se Satanás. Gama, no entanto, ainda não o reconhecera e, trêmulo, quer saber, o que está acontecendo, se está envolvido em uma ilusão, ou se tudo o que vê é real. D. Henrique apresenta-se a ele como o filho de D. João I, aquele que refundou o império luso e livrou-o do domínio espanhol. Ele, Henrique, habita o Céu e, se Deus o permite, pode ver o presente, o passado e o futuro. Conserva-se em sua alma e em sua memória o amor à Pátria, e zela pela expedição portuguesa. Por isso, tão logo percebeu a armadilha satânica, pede ao Criador a proteção contra as ordas demoníacas, pois Deus dispõe-se a lutar a favor daqueles que almejam engrandecer-lhe o nome.

Nesse instante, a voz de Henrique emudece, e o êxtase toma conta de Gama. Sente-se levantar tão alto quanto o sol. Em seu peito, sente uma chama divinal, e vê a terra, flutuando no

espaço. Henrique convida-o a ver a pequenez da terra, palco da desgraça humana. A terra nada mais é, entre os demais corpos celestes, que um mero ponto escuro. Após isso, Henrique e Gama descem e vislumbram claramente a superfície da terra. Henrique revela-lhe que, desde o Tejo até o Oriente, conhecer-se-á o Lusitano. Revela-lhe, também, qual será o nome daquela ilha onde, agora, a frota está: Santa Helena. Henrique profetiza a viagem de Fernão de Magalhães, quem navegará ao redor do mundo e nomeará um novo oceano, o Pacífico; e profetiza o que os Fados reservam-lhe: a morte. Henrique profetiza os efeitos da presença portuguesa nas terras conquistadas: porão termo a impérios florescentes e trarão vícios aos povos inocentes: a fome do ouro e o incremento do fanatismo. Henrique revela-se emissário de Deus, cujo desejo é ver fulgurar no Oriente o brilho do evangelho. Henrique adverte Gama a evitar Moçambique, terra onde Satanás prepara novas traições e semeia novas desgraças. Ele nunca deverá deixar impune o inimigo religioso. Adverte-o, também, sobre os perigos ocultos em Quíloa e em Mombaça. Em Melinde, o Capitão encontrará um monarca favorável, disposto a recebê-lo e a ajudá-lo. Ali encontrará um piloto honesto, capaz de conduzi-lo ao destino almejado.

Henrique previne-o contra o Malabar idólatra, adorador de ídolos abomináveis. Àquelas terras chegaram os ensinamentos de Maomé. Tanto na África quanto na Ásia, vicejam. Henrique mostra a Gama a Corte do Malabar, onde vê grande número de naus. O porto está coalhado de mastros, tal como estão os portos de Tiro e do Nilo. No Oriente, o Lusitano encontrará grandes riquezas e fundará um império que fará sombra ao Império Romano. A fama desse novo império alcançará os assentos etéreos.

Sublimes são os heróis portugueses, cujos feitos excederão os dos heróis romanos e erguer-se-ão ao Templo da Memória. Na guerra, lá estarão os heróis portugueses, vencedores. O Lusitano excederá a Trajano, a Cipião, a Augusto e a Júlio César. É isso o que lhe revela o Criador.

Henrique conduz Gama para outra região do espaço. Adentram o templo da Fama, onde a Justiça consagra o valor dos heróis. Numa remota parte do cosmos, ergue-se ele. Sua forma é o modelo da mais pura e excelsa beleza. À entrada, há um peristilo. Diante deles, erguem-se duas estátuas que apontam para o pórtico do templo: Fortaleza e Justiça. A primeira repousa em sólidas colunas; a segunda, possui a imparcial balança. No pórtico do templo, avistam um símbolo: uma serpente com a cauda em sua boca, o símbolo da Eternidade. Na parte inferior do pórtico, há a representação de um monstro atado por grilhões: a Fúria, que a inveja deseja

dilacerar. No horizonte, há uma alta figura: a Fama, que porta um clarim. Sua luz afugenta as sombras seculares e rasga o manto da Calúnia. Henrique e Gama cruzam o limiar do Templo, e majestoso revela-se seu interior, onde há luz eterna. Bustos de heróis, feitos em lácteo alabastro, erguem suas frentes ao Céu. Os nomes dos heróis estão, ao pé dos monumentos, gravados em ouro. Resplandecem ali aqueles que ao caminho da Virtude conduziram a humanidade; aqueles que, afins às Musas, cantos compuseram, aos céus; aqueles que, primeiro, ousaram encarar a fúria do oceano; aqueles que, fortes, lutaram a justa guerra contra os bárbaros, a fim glorificar sua Pátria. Gama observa a tudo isso em êxtase, e deseja que o Fado permita-lhe subir à companhia daqueles heróis. Henrique revela-lhe: há uma estátua reservada para ele. Seu nome já consta nos anais da Fama. Exorta-o, contudo, a buscar, por meio de grandiosos feitos, merecer tamanho prêmio. Convida-o a conhecer àqueles homens, cuja glória e virtude servir-lhe-ão de exemplo.

Um dos heróis exemplares traja um amplo e belo manto, enfeitado com brilhantes estrelas, a quem Deus conferiu grande sabedoria e o poder de derrotar Ofir: Salomão. Ao seu lado está Hirão, rei de Tiro, que se notabilizou como navegador. Do outro lado, está Judas Macabeu, grande defensor da terra santa, vencedor dos tírios e dilatador do império pátrio. Henrique conduz Gama a outro busto, cujos olhos ergue aos astros brilhantes: é Flávio Gióia, aperfeiçoador da bússola.

No templo, há uma alta base, ainda sem busto, em cujas faces gravou-se o promontório austral, o oceano aos pés dele, o céu sem nuvens e a Ásia, em figura. Ela está reservado ao busto de Gama. Por meio do exercício da Virtude, ele subirá àquele templo, um dia. Seu nome eternizar-se-á, pois é ele quem principiará a submissão do mundo oriental ao Tejo. Henrique cala-se subitamente. Obscurece-se a visão celeste, no exato momento em que o herói acorda. Raia a manhã.

### 3.7 CANTO VII

Gama envia seus mais valentes marinheiros e soldados à terra para resgatar a Veloso e ao intérprete. Desembarcados, uma turba rodeia-os e segue-os. Eles avistam seus companheiros, ignorantes do perigo. Tão somente transmite-se a ordem de Gama de partirem, a turba enfurece-se e tenta matar os nautas e afundar as naus. Os demônios convertem o dia em noite, e raios surgem no céu. Os portugueses correm para os barcos, em meio aos pontudos rochedos ocultos sob as águas, revelados, agora, pelo mar revoltoso.

Gama não treme diante da catástrofe iminente, e declara à tripulação o satânico ardil, revelado por Henrique, e assegura-lhes a proteção de Deus. Os marinheiros, imediatamente, ocupam seus postos, e põem a armada em movimento. Ribombam os canhões, brame o mar. A armada afasta-se. Escutam-se gritos medonhos. Satanás abandona a ilha, tocado pela Inveja; seu coração obstina-se em praticar o mal, mas aguardará outra ocasião. O negrume cede lugar à luz.

Vinte dias passam após o ataque na ilha. Alemquer conduz as naus rumo ao Oriente. Os nautas aproximam-se do Cabo Austral. A fúria marinha é extraordinária e açoita as naus. Tufões bramam e abalam o continente. Gama sente pesar sua pequenez e teme, pois a escuridão chega inusitadamente, e Gama pressente mal vindouro.

Satanás abandona sua morada e alcança a superfície terrestre por meio de um vulcão, na ilha de Java. Imediatamente, desprende da região polar monumentais blocos de gelo, e coloca-os no caminho da armada portuguesas. Os blocos de gelo desafiam a perícia portuguesa em meio à escuridão profunda. Satanás faz descer uma densa névoa. A lua aparece, eclipsada. Diante disso, os nautas temem.

Do lado oriental, entre as sombras, ouve-se um tenebroso grito. De uma luz sulfúrea, um descomunal fantasma surge. Quase toca o céu. Seus pés, esconde no oceano. No inferno nasceu, em quase todo o globo recebe adoração. Ao redor do monstro, há templos e altares, de onde recende aromático incenso. Ele dirige-se a Gama, profanador de mares desconhecidos, a quem a fúria do Céu reserva guerra perpétua, caso a ambição o mova. O monstro ameaça-o, vingativo: retorne daquele ponto ou seja sepultado no oceano, como punição pelo seu ultraje. Fugir é o mais sensato, pois daquele que pretende instalar um desconhecido culto em uma incógnita terra, vingar-se-á o raio. Se o capitão, movido pelo fanatismo, pretende dar nova crença e leis ao Oriente, abrir-se-lhe-á, na Ásia, um sepulcro. O monstro apresenta-se a Gama: é o Nume do Oriente, cujo culto remonta ao princípio dos tempos, e está difundido da Eritreia ao Indo, do Ganges à China, e por toda a África. Ele adverte-o novamente: suspenda-se a empresa; caso contrário, a vingança é certa. Desfaz-se a figura. Gama, apavorado, clama ao Céu. Que maléficos Fados anuncia o monstro? Será crime levar a Cruz ao mundo? Será crime enfrentar o paganismo? Estorvará o Inferno a empresa de Deus?

Deus escuta o clamor de Gama. Com um simples aceno, tranquiliza o mar e o céu. Já não há mais sombras. O vento devolve o gelo ao polo. Sem demora, surge a aurora. Aproveitando-se disso, os nautas dão a volta ao promontório. Gama brada à tripulação, pois acabam de ultrapassar



o temido Cabo Austral, e na direção do Oriente navegam. Essa é uma obra do braço de Deus, compadecido da empresa portuguesa. A providência reserva-lhes benigno tesouro e, na Pátria, reservam-se-lhes o louro. Renova-se o ânimo de todos.

À esquerda da esquadra, vislumbram uma côncava baía. Cansados, aportam. Da gávea, os marinheiros avistam altos cedros, riachos e campos arrados. Felizes, os nautas dirigem-se à terra, armados. Nativos surgem, espantados. Eles desconhecem o ferro e a guerra. O luso acena-lhes, em paz, e eles acalmam-se. Os portugueses oferecem-lhes presentes. Os nativos trazem-lhes presentes também: frutos e leite puro. Sem temor, levam os portugueses as suas habitações. Os lusos alegram-se em ver os rebanhos de ovelhas e os belos campos, que os fazem lembrar do Tejo e, ainda mais, dos mitos da Idade de Ouro. Os lusos veem, sentadas sobre bois, donzelas. Trajam-se de peles, e entoam belas canções, que inspiram amor ao peito humano.

Gama louva-lhes a inocência. São indiferentes ao ouro. Neles, não desperta a cobiça. Contentam-se com os alimentos cultivados. Aparentemente, não possuem um Nume. A terra é seu bem comum, e não fazem guerra. Gama deseja-lhes imperturbável e eterna paz. Gama indaga-lhes sobre o Oriente, mas eles desconhecem o que há além de suas terras. Gama deixa entre eles dois desterrados e parte.

Os nautas deparam-se com uma furiosa tormenta. Gama teme. Passando-a, avistam a ponta do Cabo das Correntes, pelos europeus nunca dobrado. É tão potente a vazante, que a armada não passa adiante. Os nautas manobram a armada, conseguem contorná-la e chegam à foz de um rio, onde avistam muitas canoas: Moçambique. Os nativos vestem trajes árabes. O intérprete pergunta-lhes pelo Oriente. Os nativos, alegres, respondem. Satanás, no entanto, manda-lhes Suspeita, Calúnia, Inveja e Ira difundir mentiras e promover a inimizade. Os lusos respondem com a guerra e avançam.

Os nautas avistam palácios murados, uma barra e aproam: Melinde. Almadias dirigem-se à armada. Os nativos são árabes. Gama chama-os a bordo. À terra, manda-se o Cunha. Recebe-o o rei, alegremente. Prontamente, envia à frota seu filho. Gama recebe o príncipe e, feliz, dirige-se à terra. Antes dele, chega à terra a Fama, e anuncia sua vinda. O rei e o povo reúnem-se para recebê-lo. Gama apresenta-se ao rei: é português navegador em busca do Oriente. Relata-lhe as peripécias ao redor da África, as tensões em Moçambique e em Mombaça e a severa punição aplicada àqueles povos. Gama pede-lhe um piloto que conheça o caminho para o Indostão. Como prova de gratidão, Gama assegura-lhe perpétuo comércio com Portugal.

O rei garante amizade, paz sincera e confiança. Promete-lhe um piloto seguro. Mas agora, o rei deseja que os nautas refaçam-se em seu reino, com o que Gama concorda. O monarca e os lusos caminham pelos jardins e, debaixo de um alto cedro, apronta-se uma mesa, repleta de apetitosos alimentos. Assentam-se em tapetes, comem e bebem.

### 3.8 CANTO VIII

O rei deseja conhecer a origem do reino lusitano e as façanhas de seus reis. Gama oferece-lhe detalhes geográficos e históricos. O Império Português, onde sempre é primavera, por onde passa o Trópico de Câncer, localiza-se onde a Europa termina e o Atlântico começa. É uma pequena porção de terra, onde habita um povo grande em paz e grande em guerra. A terra lusitana é berço de um herói a quem Roma temeu e a quem traição destruiu; eis os lusos agrilhoados por Roma. Após Roma, sujeita-os o jugo bárbaro, sob as leis de Alarico.

Após ele, vem o árabe, do fanatismo armado. Os lusos, que a Cristo servem, são cativos em sua própria terra. Desde as montanhas da Astúria, os cristãos repelem-nos. O Tejo, entretanto, ainda é cativo. Do céu, Deus peleja contra o invasor, e reforça a mão de um herói potente, da casa de Hungria, experimentado na guerra: Henrique de Borgonha. Com sua espada empurra o mouro para o continente africano. Seu filho, Afonso Henriques, sob os escombros mouros, funda o Império Português. Por onde passa, vence, e iguala-se a César e a Cipião. Afonso Henriques avança, sitia e toma Lisboa, futura capital do império.

Afonso Henriques morre e lega o trono de um reino independente e forte ao seu filho Sancho, de igual valor e sorte. Como seu pai, ele combate os mouros. Sancho transmite o reinado ao seu filho, Afonso II, que, como seu pai, luta contra o mouro. Afonso II, afirma Gama, tem, na destra a lança e na esquerda, o arado: ele fez prosperar em seu reino a agricultura. Afonso II lega o reinado a Sancho II. Esse rei, revela Gama, cede sob o peso do cetro e, arrastado pelas cadeias do amor e da discórdia, tumultua o reino português. A Sancho II, sucede Afonso III. Esse rei dedica-se fervorosamente à expulsão do mouro. Ele doma e liberta o Algarve, onde nasce, segundo Gama, a ideia de buscar o Oriente através do oceano. Sucede a Afonso III, Dinis, seu filho. Dinis é sábio, e zela paternalmente pelo reino português. Ele empenha-se em remover a sombra da ignorância de sua terra. Almeja a glória e o bem dos seus. Ama as artes da paz e as artes da guerra. A Deus edifica templos e reforça as muralhas do reino. Dele procede um filho, seu sucessor, bravo e forte: Afonso IV. Enquanto príncipe, Afonso dedica-se à guerra, e pela terra

lusitana espalha o terror entre as ordas mouras. Empossado rei, continua dedicado à morte do invasor. A Ele sucede seu filho, Pedro I, conhecido pela severidade, pela austeridade das leis e pelos poucos afetos. Sucede-o Fernando I, cuja morte desperta, no espanhol, o desejo pelo cetro português. João, o mestre de Avis, vence o espanhol, liberta a pátria, garante sua estabilidade, torna-se rei e lança-se ao mar: João I. Na África, conquista Ceuta e ergue altares a Deus. Seu sucessor é D. Duarte I, o amante da sabedoria. Preza a ciência náutica e busca, no continente africano, conquistas e fama. Sucede-o seu filho, Afonso V, conhecido como *o africano*. Ele invade Arzila e Tânger e inunda-as de sangue mouro. Sucede-o João II, cuja fronte ergue muito acima da frente dos heróis. Dedicar-se à exploração marítima e chega ao Cabo Austral. Sucede-o Manuel I, a quem Deus chama ao trono lusitano. Ele é quem coroa os empenhos de seus antepassados. Ele é um respeitado rei europeu, e deseja abrir as portas do Oriente ao mundo: esse é o troféu que almeja. Manuel não lança grilhões injustos aos povos. Ao contrário, envia liberdade, paz e amizade. É esse o rei a quem obedece.

O rei melindano, arrebatado, abraça Gama, banhado em lágrimas. Comovido por ter, diante de si, um herói do Tejo, coloca à disposição de Manuel todos os recursos de seu reino. Dará um piloto sábio e prudente, capaz de conduzir a armada em segurança ao Oriente. A noite está avançada. Gama dirige-se às naus.

Irrompe a manhã, e o rei dirige-se à armada. Ele contempla a embarcação, espantado. Consigo traz um robusto velho, cujo nome é Moalem, um profundo conhecedor da rota oriental. O rei despede-se de Gama e autoriza-o a erguer, sobre uma rocha, o padrão lusitano. Os nautas esperam ventos favoráveis, que não tardam.

Atroam os canhões lusitanos. Alemquer entrega o leme a Moalem. Deus planifica o mar. Vinte e dois dias após a partida de Melinde, uma chama surge no espaço. Tanto brilha que parece ser o próprio sol. Do centro da luz, oferece-se a Gama a imagem de Henrique: Deus manda avisá-lo que chegara ao Oriente. Seu busto, agora, está no alcaçar da Fama. Gama mostra à Europa, de um Quinto Império, abertas as portas. Ao raiar o dia, Gama avistará a rica monarquia do Malabar, de onde a demoníaca idolatria será removida. No altar dedicado à Satanás, erguer-se-á a Cruz. Erguer-se-á, na Ásia, a glória lusitana, que ofuscará, dos demais heróis da história, a fama. O Céu dá-lhe a vitória: louve a Deus.

Desaparece a visão. Os nautas avistam os indianos lares. Alegram-se os nautas e alegra-se Deus. Por todo o Oriente, sente-se um terremoto, que sacode os pagodes, os ídolos e os altares.

No túmulo de Maomé, apaga-se o lume aceso como tributo em sua memória. No céu do Oriente, fulgura um clarão, imóvel. Gama curva-se, ergue suas mãos ao Céu, agradece ao Criador, dedica-lhe seu grandioso feito e irrompe em lágrimas. Não muito longe, avista uma baía, repleta de baixéis e, pouco mais adiante, a branca areia. A armada baixa âncoras.

### 3.9 CANTO IX

Troa a artilharia. Corre o povo à praia, e, também, ricos Malabares, aturdidos pelos estrondos. O Capitão manda à terra Moalem, a fim de acalmá-los, pois desconhecem a artilharia. Após ele, Gama manda lusos à terra. Diante deles, os nativos recuam, assustados, pois vão envoltos em ferro. Moalem tranquiliza-os, e garante-lhes que os portugueses vêm em paz, não trazem a guerra. Os nativos, menos assustados, aproximam-se.

Dentre eles irrompe um homem, de alto turbante, e apresenta-se como um nativo tingitano. Vendo os lusitanos, assombra-se e louva-os. Fora trazido de sua pátria ao túmulo do profeta Maomé. Aceitaram-no o monarca e os Naires locais, entre os quais reside. Em sua terra, combatera guerreiros lusitanos. Seu coração, no entanto, não os odeia; antes, ama-os. Pede-lhes que o levem diante do capitão, a quem dará informação segura. Os lusos levam-no a Gama.

O tingitano fala a língua hispana, o que alegra Gama, pois não crê ser possível ouvir tal acento no Oriente. Gama, prudente, envia à corte local Paulo, seu irmão, a quem acompanha o tingitano. Movem-se, pela praia com dificuldade, tanto os aperta a multidão, curiosa. Chegam ao paço dos Naires e, sem demora, vem o monarca.

O monarca é um jovem. À sua esquerda, está um dos grandes do reino. Longas alas de Naires armados protegem-no. O tingitano curva-se diante dele, e apresenta os recém chegados. Faz saber que são da mais forte nação europeia, aquela a quem, por último, vê o sol no crepúsculo, e que, por mares desconhecidos, busca amizade com o rei dos Malabares. Ansioso, vem o rei lusitano procurar aliança e oferecer-se como aliado. Não chegam ao Oriente derrotados, pois são ferroses guerreiros. Ele próprio sabe-o bem, pois enfrentara-os em terras tingitanas, quando bateram às portas de Tânger, Arzila e Orão. O Capitão deseja vir à terra, e aguarda autorização. O Rei autoriza o desembarque. Julga mais que mero mortal quem é capaz de vencer o oceano. Deseja conhecer o capitão, e manda emissários à armada. Conversarão no dia seguinte.

Nasce o dia. Gama traja-se como guerreiro e, com os demais nautas, dirige-se à praia. Atroam, novamente, os canhões. Gama coloca seus pés na areia e acena-lhe o Eterno: treme a

terra, agita-se, sem vento, o oceano, desaparecem as nuvens. Sente a Ásia seus impérios abalados, cujos pulsos entregam às cadeias portuguesas. Pressente a destruição de suas torres e de seus muros. Vê, em suas águas, corpos mutilados e enchentes de sangue em suas terras. Suspira a Natureza, sofre o Mundo.

Um Catual, emissário real, aguarda Gama. Os nativos correm para ver os desconhecidos. A cidade enche-se de alegria diante dos estrangeiros. O Catual conduz Gama a um maravilhoso lugar, chamado Pandarane, onde vive o rei. Uma estrutura monumental foi erguida ali. São muitos os seus pórticos. Ao adentrar o paço, Gama observa, nos portões, representações dos feitos de gregos e de romanos. Vê a representação de Alexandre e de César. Gama, ao ver a representação daqueles heróis rivais, exclama aos nautas que, aqueles, quase chegaram à Índia. Eles venceram por terra. Os portugueses venceram no mar. Cala-se Gama, pois aproxima-se deles um grupo de Brâmanes. Juntos, aproximam-se do rei. Gama apresenta-se a ele, relata incidentes ocorridos durante a viagem, e narra a história do reino português.

Saído do Tejo, a perigos sem fim a armada enfrenta. Um anjo, enviado por Deus, no entanto, protege-a das fúrias infernais. O império lusitano, por valorosos feitos militares, fez-se grande, e quase todos os mares domina. Os lusos nem buscam coroa nem prêmio: desejam expandir, em paz, a lei cristã, que o rei português adora. Seu desejo é correr o mundo e exaltá-la. Prova isso uma carta, que Gama entrega ao Samorim.

O Samorim interessa-se pela lei do Céu. Gama ensina-lhe que essa lei foi escrita pela mão do próprio Deus e entregue a um povo escolhido e, por Ele próprio, divulgada ao mundo. Gama ensina-lhe, conforme o registro do Gênesis, como aconteceu a criação do universo.

Subitamente, Deus cria a tudo. Do abismo, ergue o céu e a terra. Ele inunda a terra com mares furibundos. Depois, faz surgir a terra seca. Faz surgir a luz. Essa é a primeira aurora do mundo. Deus, com sua poderosa voz, separa as águas, formando os diversos oceanos, cria as chuvas e faz surgir a terra seca. Cria, depois, toda a vida vegetal. Ordena o surgimento da vida marinha. Cria as aves e, depois, os animais terrestres. Cria, por fim, o homem, que a Deus conhecerá, escutará e obedecerá. Do pó, Deus o faz, concede-lhe a vida, e imprime-lhe a semente da imortalidade.

Dele dependerá a paz e a guerra no mundo. Deus dá-lhe uma alma equilibrada, capaz de superar as paixões e de desfrutar da paz. Deus prepara-lhe um maravilhoso jardim, o Éden, sua eterna morada e, de sua costela, forma-lhe um par: a mulher. Tudo o que há é obra divina. Por

pouco tempo habita na terra a perfeição e a justiça: um inimigo ergue-se contra o Criador e deseja destroná-lo. É ele quem traz o Pecado ao mundo. É ele quem liberta das cadeias a Morte.

O homem, o primor da criação, sente, agora, o peso da escravidão ao pecado. Muda-se sua sorte: a alegria dá lugar às lágrimas. A paz desaparece. Perde-se o paraíso, pois o homem escolhera o pecado. Seu alimento, agora, retira da inculta terra. A humanidade multiplica-se e, com ela, multiplica-se o império do pecado.

Entre a humanidade, há pouquíssimos justos: Noé e sua família. Deus arrepende-se da criação do homem, e decide remover a maldade da face da terra. Deus orienta Noé a construir uma arca, por meio da qual salvará a sua família e aos animais, de um dilúvio global. No tempo determinado, Deus faz chover. Tudo perece.

Chegada a hora, Deus faz cessar a chuva. As águas baixam. A arca encalha em um monte: o Ararate. Deus sopra o vento, e as águas retornam ao termo estabelecido. A colossal inundação altera o relevo da terra. Surgem novos montes e novas ilhas. A família de Noé dá novo começo à humanidade. Deus abençoa-os e multiplica-os. Nações surgem. Na Ásia, na Europa e na África grandes impérios constroem. O culto originário ao Deus verdadeiro quase desaparece.

Deus quer reestabelecer o “Império da Inocência”, que vencerá o pecado e a morte. Escolhe um povo, por meio do qual suscitará um Deus eterno, em forma humana, que vencerá a Morte e o Inferno. Na escaldante areia do Nilo, essa nação cresce. Seu patriarca é Abraão, amigo de Deus. Ele e seus descendentes são homens justos e, como estrangeiros, vivem na terra do Egito, onde são escravizados: esses são os hebreus.

Os hebreus clamam a Deus sob o pesado jugo egípcio. Ele escuta-os e prepara-lhes um libertador: Moisés. O Faraó, no entanto, opõe-se ao êxodo. A fim de abrandá-lo e fazê-lo ceder, Deus envia ao Egito dez pragas. Diante delas, o obstinado Faraó cede. Os hebreus marcham rumo ao Mar Vermelho, em liberdade. O Faraó, no entanto, obstina-se e, com seu exército, leva-lhes a morte.

Os hebreus estão às margens do Mar Vermelho. Atrás deles, está Faraó. Eles estão encurralados, mas Deus oferece-lhes a saída: o mar parte-se; duas grandes paredes de água erguem-se, e surge um caminho por terra seca. Aos egípcios, um anjo lança em profundas trevas. Eles atravessam seguros por terra seca. Desfeitas as trevas, Faraó avista-os na margem oposta, e atira-se atrás deles. O anjo solta as colossais paredes aquosas e aniquila o exército.

Os hebreus entoam cânticos de agradecimento. Deus guarda-os. Avançam pelos ermos da Arábia. O povo cansa-se. O sol abraza-os. Não há água. Eles imprecam contra seu Salvador: esqueceram-se de seus atos e de suas promessas. Deus ordena a Moisés que toque a pedra com seu cajado, e mana dela pura água. No calor do deserto, não há alimento. Os corpos definham. Moisés clama pela ajuda de Deus, e ele escuta-o. Desce, do Céu, alimento: o Maná. Assim cuida Deus de seu povo, até que alcançam a Terra Prometida: a Palestina.

Muitos povos os hebreus dizimarão até tomarem posse dela. Deus dá ao seu povo a Lei santa, e com eles estabelece uma aliança, um pacto. Moisés sobe, por ordem divina, o Monte Sinai, e Deus escreve com seu próprio dedo, em pedras, os Dez Mandamentos. A Nação escolhida avança, mas Moisés não a acompanhará por muito tempo. Deus leva-o a um alto monte, de onde vislumbra a Terra Prometida. Ali mesmo, Deus prepara-lhe um túmulo. Josué guiará a nação agora.

O povo de Deus converte-se em uma monarquia teocrática, e floresce na paz e na guerra. É, em outros tempos, levada cativa à Babilônia e, no tempo determinado de Deus, é libertada. É dela que nascerá um Redentor, cujo sacrifício resgatará o homem do pecado. Ele estabelecerá uma nova Aliança, por meio da qual abrir-se-ão as portas dos Céu, e libertar-se-á a humanidade do jugo do Pecado e da Morte. Gama, convida o Samorim a ouvir, doravante, os feitos de um Deus que habita entre os homens.

### 3.10 CANTO X

Deus mostra a Moisés aspectos do futuro. Uma profecia, no entanto, assume fundamental importância. Ela é revelada ao rei babilônico Nabudonosor, no tempo em que os hebreus são seus escravos. Essa profecia abarca e esclarece, do início ao fim, o drama da humanidade. Registra-a o profeta Daniel, seu intérprete.

Em sonho, Nabucodonosor vê criaturas monstruosas saírem, sucessivamente, do mar à terra. A primeira: um leão com as asas de uma águia. Essa figura representa a Babilônia. Após ela, procede a segunda: um urso, esfomeado, com dentes enormes. Essa figura representa o Império Medo-Persa, sob Ciro. Ele arrasará a Babilônia e subjugará reinos com mão de ferro. Após ela, procede a terceira: um veloz leopardo, com quatro cabeças, e fortes asas. Diante dele, cai toda a terra, e o poder sobre todos os reinos da terra não o saciam. Essa figura representa Macedônia, sob Alexandre. Ele subjugará o Império Medo-Persa. A morte, cedo, tirar-lhe-á o

etro, e seu poderoso império será dividido em quatro partes, cada uma ao cuidado de um de seus generais. Após ela, procede a quarta: um dragão. Sua imagem é imponente e terrível. Essa figura representa o Império Romano, que dominará todo o mundo antigo. O dragão fartar-se-á com o sangue e com a carne de todos os povos. Sob esse império, nascerá o Messias. Esse é o sonho profético de Nabucodonosor.

O Messias, em seu trigésimo ano de vida, dirigir-se-á ao rio Jordão e será batizado. O Céu manifestar-se-á: uma pomba branca descerá sobre sua cabeça, como testemunho de sua origem divina. O Messias andar-á sobre a terra, entre os homens. Removerá o jugo dos oprimidos, enxugará as lágrimas dos sofredores. Revelará a bondade do Criador. Ele virá à terra como vítima sacrificial, a fim de resgatar aquilo que Adão perdera: a vida eterna.

O Messias nasce, de uma virgem. Do Oriente, três reis magos levam-lhe dádivas. Guia-os uma estrela, até o berço do Salvador. O Messias representa a possibilidade de uma nova aliança entre Deus e o homem. Por meio dela, esmagar-se-á a cabeça da serpente primordial, Satanás. O Messias revela ao seu povo os segredos do Céu, convida-o ao arrependimento pelos pecados, e funda, entre eles, uma imortal doutrina. O Messias realiza milagres: traz os mortos à vida, acalma vento e mar, cura doentes e multiplica alimentos.

O Messias profetiza o futuro dos hebreus. No futuro, derradeira assolação virá, e os hebreus serão escravizados, pois Deus rejeita-os. Um conquistador virá, sitiárá Jerusalém e destruirá seu templo. Os sobreviventes serão vendidos como escravos. Não mais existirão como uma nação. Por onde andarem, despertarão ódio. Serão eternos exemplos do peso da vingança divina.

A morte do Messias é o ato final rumo à redenção. Como um cordeiro na mão do sacerdote, ele será sacrificado. Caminha até Gólgota e, pregado pelos romanos em uma cruz, revela-se ao mundo. O Céu, em dor, manifesta-se. O dia converte-se em noite, o mar revira-se, furioso, arrebentam-se os rochedos, abalam-se os polos. Toda a terra enluta-se. O Céu experimenta tristeza imensa.

Desmorona o império de Satanás. Redime-se a humanidade. Abre-se, ao homem, o Céu. Passados três dias, renasce. Aos seus pés, traz cativo o Pecado e a Morte. Com a graça divina enche a terra, e um culto eterno estabelece. A um alto monte sobe, seguido por seus discípulos e, cercado por miríades de anjos, abençoa-os e retorna aos céus como rei. Seus seguidores,



pequenos, por vezes incultos e incógnitos, espalham-se pelo mundo e disseminam seus ensinamentos.

A difusão do cristianismo incita a fúria dos imperadores romanos. Nero persegue os cristãos, e com seu sangue alaga a terra. Roma enche-se de mártires. A morte, porém, não amedronta os cristãos. Por todo o império eles disseminam o evangelho. Por fim, do Oriente ao Império Português a palavra de Deus propaga-se, sem guerra, movido pela vontade de Deus.

Deus manifesta-se em Portugal, ao rei Afonso I. Exorta-o à luta contra o mouro. Afonso I, fortalece seus soldados, pois Deus está com eles, e será seu escudo. Dar-lhes-á glória, triunfo e vitória. Sobre as ruínas dos mouros vencidos, ele dilata o reino português. Cresce em armas e em tesouros. Dilatar a Igreja é a marca da ação portuguesa. Sancho I, seu filho, é sempre vitorioso na guerra contra o mouro. As hostes agarenas, por onde passa, desbarata. Tanto quanto dilata o reino, dilata a Fé. Afonso II também abraça a dilatação da Fé por meio das guerras. Sancho II trilha a mesma estrada: destrói o mouro e dilata a Fé. Afonso III é quem expulsa definitivamente o mouro do reino português. Muitos despojos inimigos suspende no templo de Deus. Ao seu filho, Dinis I, deixa sua fortuna e seu reino. Dinis I “é o pai da Pátria”. Até as mais remotas partes do império levanta um monumento à Lei divina, de seu reino o fundamento. A ele, Deus dá mais riquezas que dera a Salomão. No período de seu reinado, dilata-se grandemente a fé. Após ele, Afonso IV domina. Ele é valoroso guerreiro. Grandes forças mouras enfrenta, e rios de sangue derrama. Muitos pendões de exércitos vencidos pendura no Templo de Deus. Após ele, vem Pedro I. Por meio de seus atos, a Fé continua a dilatar-se. Após ele, vem Fernando I. Esse é menos forte e menos valoroso que seus antepassados. Seu sucessor, no entanto, João I, desbrava os mares, e conduz a gente lusa às terras africanas. É ele quem leva a Cruz às muralhas de Ceuta, maior feito lusitano daquele período. No continente africano, exalta-se e adora-se a Cruz. Deus guia seus passos. Os lusos desbravam, tanto quanto podem, a costa africana, levando os ensinamentos do Cristo. Duarte I e seu filho Afonso V continuam nessa vereda. Afonso V adentra os muros de Arzila, levando a fé cristã. D. João II continua a expansão cristã em território africano. Além disso, investe na expansão marítima, e alcança porções desconhecidas do oceano e da costa africana, onde incrementa a fé. Aproxima-se do Cabo Austral, mas, além dele, não avança. Seu sucessor é Manuel, a quem Deus manda buscar pelo incógnito Oriente e a quem Gama serve e representa.

Gama narra ao Samorim a perseguição de Satanás à armada, a qual resistiu por graça de Deus. O Samorim, absorto, escuta Gama. Suas palavras calam fundo em sua alma e, em seu íntimo, decide adorar a lei de Deus e aliar-se ao rei lusitano. Dirige-se ao seu aposento, assombrado com o relato do capitão. Consegue, por fim, sossegar e dormir.

O Samorim tem uma visão. Entre uma luz, vê o oceano que banha Portugal. Às margens do oceano, vê erguer-se um vulto feminino, uma Matrona. Sobre uma nuvem, ela voa na direção do sol nascente. Quanto mais aproxima-se, mais ardente é a luz que procede de seu rosto. Quando ela pousa sobre a terra indiana, toda a noite desfaz-se. É cândido seu semblante, seus olhos e sua voz são doces. O vulto bate seu pé, e toda a terra abala-se. O Samorim vê, por terra, todos os altares orientais, e vê negado o culto prestado aos ídolos. Ao redor das ruínas, vê negros espectros girando, indignados. Entre terríveis nuvens, observa Satanás. De seu rosto, espalham-se sombras; de seus olhos, vibram chamas; amarguradas lágrimas surgem, quando a Matrona ordena que se abram as portas do Inferno. Escancara-se, terrível, e, para dentro delas, lança todos os templos orientais e seus deuses. Fecha-se a entrada. O vulto dirige-se ao Ganges e começa a anunciar a lei dos Céu. Todos os sentados à sombra da morte, alegres passam a viver. Vê brilhar a lei do Céu até mesmo na China e no Japão. Vê os portugueses levarem a lei de Deus às ilhas. O Samorim vê removido, do Oriente, o Vício. Vê que a lei ocidental, em paz, renova a terra. Vê o vulto abraçar a todos os povos da Ásia; abraça-os como irmãos. Manda socorrer aqueles que passam fome ou que estão em desgraça. Ensina-os que a vida na terra é sempre guerra e degredo, e que o Céu é a verdadeira pátria. Vê os homens domarem suas paixões. Vê os monarcas submeterem suas coroas à santa Lei. O Samorim sente-se transportado, em êxtase.

Ele vê os sagrados exercícios do Deus onipotente, e escuta os hinos de louvor, entoados pelo coro. Vê tronos levantados, em maior número que as estrelas do céu e os grãos de areia do mar. Neles, vê os santos. Eles não conhecem a tristeza e o pranto. Inclina-se todos na direção do trono de Deus. São seus servos e dominam sobre reis. Na corte celestial, observa a Matrona novamente, e vê o tamanho acatamento que recebe. Coroa-se de estrelas, o Inferno insulta-a e desaparece. O Samorim não consegue vislumbrar nada mais a respeito do futuro. Mas sente que o antigo culto oriental será mudado. Outros templos, outros altares e a Cruz vê erguidos. Subitamente, enxerga no mar naus que, em suas praias, lançam âncora. Nelas, viajam nautas que buscam pela Índia. A visão desfaz-se. O dia disponta.

### 3.11 CANTO XI

No Inferno, Satanás concentra-se em sua vingança, e revolve um novo ardil. Convoca dois monstros: a Inveja e a Calúnia. Diz-lhes que, contra seu Fado, apôs-se o Céu. Por meio de um simples humano, o Céu declara-lhe guerra e, no Oriente, a Cruz pretende erguer. A fim de evitar essa tragédia, manda-os salvar o culto demôniaco. As duas forças infernais abalam-se Inferno afora. Turva-se o ar, fica rubro o sol, revolta-se o mar e açoita a costa, treme a terra. Aproximam-se do Malabar, felizes na planejada desgraça: disseminar, entre os homens, discórdia e guerra. Fazem crer que o Lusitano ingênuo é inimigo. Os demônios fazem-nos lembrar do mal infligido pelos portugueses aos seus antepassados em Ceuta, Arzila e Tânger. Os portugueses chegam, agora, para impor-lhes grilhões e fazer milhões de escravos.

O Mouro, infectado pelo satânico sopro, planeja a ruína da armada. A Inveja inflama os corações do Naire e do Jogue fanático. Eles dirigem-se ao rei, a fim de saber por que ele ainda permite a presença portuguesa no reino. Os europeus não vêm com aliança e paz; vêm preparados para a guerra, vêm movidos pela fome de ouro. Sobre o rei, a Fúria esparge seu letal veneno. Os Brâmanes, fânicos religiosos, incitam-no à guerra.

O rei, de nobre alma, em cuja mente remanesce a visão, não os acata. Decide consultar o oráculo local, operado pelo maioral do Jogues. Por meio dele, buscará o esclarecimento. No interior de um velho bosque, jamais talhado pelo machado, há um templo consagrado a Satanás. Nele, desde tempos remotos, pratica-se ritos e cultos impuros. A um sacerdote consagrado, mediante sacrifício humano, Satanás ouve e responde.

Ele realiza o rito invocatório e clama. Satanás mostra-se visível diante dele e do rei. Satanás descortina o futuro: grilhões, guerra e destruição do antigo culto; isso é o que o luso trará as novas terras encontradas na África e no Oriente. Os reis serão subjugados e servirão àqueles que a Morte e a Injustiça seguem. Se o Samorim ama as leis de sua pátria, que se oponha ao luso, que livre o mundo de tal monstro. Dito isso, desaparece, e escurece-se o templo. Um bando de corvos revoa sobre ele. O rei esmorece diante do oráculo, ao passo que escuta, na alma, a voz da Matrona da visão. Sente-se já traspassado pela lusitana espada. Já ouve os canhões troarem. Por fim, atende ao sacerdote, e decide-se pela perdição dos portugueses. Para tanto, precisa fazê-los demorarem-se em seus domínios, pois vêm de Suez naus de gente bárbara, por meio dos quais pretende arruiná-los.

A guarda celestial desce à armada, e anuncia ao Capitão o mal, planejado, em segredo, pelo Samorim. O valoroso Gama não teme. Dirige-se ao rei, severo, declara seu regresso imediato à lusa pátria, e precisa levar dali declaração de paz ou de guerra. O rei responde-lhe ambigualmente. Furioso, Gama retorna à frota, convoca a tripulação e coloca-os a par da situação. Súbita fúria inflama-se entre os bravos marinheiros. Imediatamente, aprontam os canhões, e alinham as naus para a guerra. O prudente Gama, por sua vez, modera o furor lusitano.

Velas despontam no horizonte. Avistam-se pendões de uma poderosa armada. Já na foz da enseada navega o mouro: era Timoja, rei de Onor, poderoso na guerra. Por meio dele, o Samorim espera ver arruinado o luso. Ouve-se a batida dos tambores bárbaros, que se dilata pelo mar. A luz do sol reflete nas armaduras de muitos guerreiros. Os nautas lusitanos estão prestes a iniciar a viagem de volta, mas, outra vez, o mouro traz-lhe tormento.

Gama dirige-se ao Céu e pede socorro a Deus. Imediatamente, Deus inflama os lusos ao combate, e garante-lhes a vitória. Gama, trajado para a guerra, sossegado, fortalece os homens, e garante-lhes a proteção divina, apesar de ser esmagadoramente maior a força bárbara. Acredita na vitória porque os portugueses excedem todos os feitos cantados pela musa antiga. Gama confia em seus homens. Enfrentam o mar, combatem frontalmente as ondas, subjugam o oceano. Aqueles que vêm contra eles, agora, são simples homens. Começo feliz terá o Império Português na Ásia. O oriental aprenderá, desde o início, a temer o Lusitano, assim como os temem os africanos. Gama relembra-os do juramento feito diante do rei Manuel e do apoio divino que garante a segurança. Os soldados portugueses bradam, enlevados. Um prodígio ocorre. De um céu sem nuvens, cai orvalho e cobre os heróis lusitanos de brilhantes pérolas, enviadas da mão de Deus, como sinal de Sua onipotência.

Desprende-se o ruído da guerra. Gama ordena que a armada invista. Atroam, ferozes, os canhões. As armadas aproximam-se, de modo que o combate corpo a corpo irrompe. Vai primeiro Gama, em seguida Veloso, Pacheco e Cunha. Ferve e espuma o sangue bárbaro. Ao lado de Gama, peleja a Morte, e pavor universal espalha entre os inimigos. Timoja, no entanto, denonado, enfrenta a fúria lusitana. Seu alfange tem banhado em sangue luso. Gama avista-o, enfrenta-o e vence-o. Em pouco tempo, os lusos desbaratam os bárbaros e incendeiam suas naus.

No céu, avista-se outro portento. Um cometa vaga pelo espaço. Sua cauda, porém, assemelha-se a uma afiada espada, que aponta para o Oriente. Na praia, um Jogue interpreta o portento: o Fado determina a submissão da Ásia ao Tejo. Os Monarcas orientais terão de sujeitar-

se ao rei português. Subitamente, escurece-se totalmente o cosmos. Nada mais se consegue ver no firmamento. Um raio desce do céu e ao Jogue mata.

Irrompe a manhã. O Samorim envia à armada portuguesa um Catual, que a paz suplica. O Samorim aceita a aliança com o rei luso, oferece-se como aliado na paz e na guerra. Como prova de arrependimento, o Samorim envia um cofre repleto de pedras preciosas. Ele aceita ser vassalo do rei português, e envia um tributo do recém descoberto Oriente. Junto ao tesouro, o Samorim envia um documento, escrito com caracteres árabes, onde estão registrados os termos de sua submissão. Gama envia uma mensagem de resposta ao Samorim: o luso enfrenta o mar movido pelo amor a Deus, e não pelo desejo de glória ou de riqueza. Assim dizendo, despede o Catual, pois deseja retornar à pátria.

### 3.12 CANTO XII

Vai alta a noite. Entregam-se ao sono os lusitanos, pois sabem que será árdua a viagem de retorno. No Inferno, Satanás ainda não aceitara a derrota. Ainda maquina Vingança.

Enquanto Gama dorme, surge a visão de um espectro, que irrompe do interior das sombras. Traja uma armadura negra. Empunha uma atemorizante espada. A excitação da alma faz Gama despertar. Ele, assustado, quer saber quem ele é, e por que vem oculto pelo manto da noite. O espectro tranquiliza-o, e garante não ter vindo arruiná-lo. Enquanto vivo, estava sempre em guerra e, depois de morto, conserva o aspecto de rei, e as fortes armas. O espectro é o espírito de Alexandre, que louva o capitão pelo seu feito, por meio do qual o iguala em fama e glória.

O espectro aconselha Gama a esquecer o Tejo e tomar para si o cetro do Oriente, e vaticina que o capitão terá o Oriente todo aos seus pés, basta não retornar à pátria. Insta que Gama ceda diante da força do Fado, e aceite seu destino. Dito isso, desaparece. Gama chama-o, mas ele não responde. Gama, na ideia proposta, suspende-se e vacila. Acende-se em seu peito a ambição. No peito lusitano, no entanto, pode mais que a grandeza a fidelidade. Gama almeja mais a glória que o poder. O Céu, vendo tamanha virtude, prêmio e auxílio envia-lhe.

Repentinamente, Gama vê um novo vulto. Estava descalço. Seus trajes parecem manchados de sangue. Tem olhar sereno e puro. Nas mãos, traz um livro. Ata-lhe a cintura uma corda. A figura revela-se enviada pelo Criador, e vem fortalecê-lo diante da tentação, meio por

que Deus aperfeiçoa o justo. Gama quer saber quem lhe fala, pois teme ser outro espectro demoníaco. O vulto tranquiliza-o e apresenta-se: São Tomé.

Tomé prega a lei divina no Oriente e, ali, tem seu túmulo. O Evangelho dá-lhe vida e morte. A santa Lei, agora, volta ao Oriente. Ela eliminará a demoníaca idolatria, derrubará o Império de Satanás. Determina o Onipotente colher naquela parte do globo fruto sagrado, e o Lusitano será sua ferramenta. O Lusitano erguerá, onde impera o paganismo, o estandarte da Cruz. Altares erguerá da Santa Igreja. Tomé revela a Gama a origem demoníaca do Espectro tentador. A Gama, por ter resistido à tentação, será permitido conhecer o futuro português. Tomé leva-o, extático, pelo espaço, mostra-lhe as futuras possessões do portuguesas na África e no Oriente e revela-lhe os feitos dos pósteros heróis portugueses. Após isso, Tomé leva Gama ao Templo da Memória, e garante-lhe que todos os heróis portugueses deixarão a terra e viverão nele, a fim de desfrutarem da glória eterna. Este é o futuro reservado por Deus à gente lusitana. Tomé garante a Gama que ele regressará em segurança ao Tejo, levando ao rei notícias do descoberto Oriente. Tomé manda Gama transmitir uma ordem ao rei Manuel: ele deve destruir o turco, deve levar-lhe a guerra de Deus. O rei deve, além disso, atribuir suas vitórias sempre ao Céu, pois é ele quem o faz vencer. Conservará o trono apenas o monarca que for, em poder e em leis, justo.

Tomé refere-se ao futuro do Império Português no Oriente. As possessões portuguesas na Ásia passarão, em dias futuros, para mãos estranhas. Erguer-se-á, no Oriente, as cores da Holanda. No continente africano, a glória portuguesa apagar-se-á, sob os pés dos árabes. Tomé vê rios de sangue português na África e na Ásia, e o brilho do império lusitano desvanecer. Tomé vê o Império Português sujeitar-se ao poder do Leão espanhol. Sobre Portugal imperará uma estranha coroa. De profundo luto, chorará Lisboa. Tomé vê eclipsadas digníssimas virtudes portuguesas, a base da grandeza do Império Português. Passado o tempo determinado, erguer-se-á, na pátria portuguesa, a voz da liberdade, e voltará a brilhar a fama portuguesa através de seu vasto Império. Deus protegerá e abençoará o Lusitano, e sustentar-lhe-a na guerra. No Ocidente e no Oriente, será temido e respeitado. Tomé louva Gama, por sua virtude, piedade, coragem e fidelidade. Por fim, Tomé dirige-se ao Céu, envolto em luz. Gama, um tanto confuso, concentra sua alma no sagrada revelação. Surge o dia. Os nautas transbordam de alegria: venceram o mar e descobriram o Oriente.

## 4 OS LUSÍADAS E O ORIENTE: COTEJO

Este capítulo examina as relações entre *Os Lusíadas*, de Luis de Camões, e *O Oriente*, de José Agostinho de Macedo. Verifica a apropriação das mitologias greco-latina e judaico-cristã nos poemas épicos referidos, e a relação entre o discurso do velho do Restelo, apresentado em *Os Lusíadas*, e os discursos do Velho venerando, do guerreiro e do sacerdote, apresentados em *O Oriente*.

### 4.1 A MITOLOGIA EM OS LUSÍADAS: APONTAMENTOS

Em *Os Lusíadas*, efetua-se, em especial, a apropriação dos mitos clássicos greco-latinos, cuja força motriz confere às ações de deuses e de homens, no decorrer dos dez cantos da epopeia, a energia que enceta, mantém e encerra seus movimentos. Em *Os Lusíadas* há, também, a apropriação da mitologia judaico-cristã, denominada cristã.

A obra de Camões, portanto, reúne elementos das duas grandes mitologias fundadoras do pensamento ocidental. A primeira, do ponto de vista cristão, é uma mitologia profana, centrada nos deuses, cujo culto oficial extinguiu-se há séculos. A segunda, a mitologia judaico-cristã, da qual procede o cristianismo, transformara-se em paradigma religioso ocidental.

O estudo de *Os Lusíadas* propõe, no entanto, um enigma: essa epopeia enraiza-se, mais profundamente, na mitologia cristã, sagrada, ou na mitologia greco-latina, pagã? A deusa Tétis oferece uma resposta.

Os portugueses regressam do Oriente, encontrada a Índia. A deusa Vênus, sua protetora, aparelha-lhes uma ilha, repleta de prazeres, e ordena a Tétis e às ninfas que os recebam. Os portugueses regalam-se com as ninfas e com os manjares preparados. Tétis convida, posteriormente, a Vasco da Gama para subirem um monte. Diante deles, desce dos céus a máquina do mundo. Tétis mostra ao Gama o empíreo e discursa:

Aqui, só verdadeiros, gloriosos  
divos estão, porque eu, Saturno e Jano,  
Júpiter, Juno, fomos fabulosos,  
fingidos de mortal e cego engano.  
Só pera fazer versos deleitosos  
servimos; e, se mais o trato humano  
nos pode dar, é só que o nome nosso  
nestas estrelas pôs o engenho vosso.  
(CAMÕES, 1982, p, 374, 82)

E também, porque a santa Providência,  
que em Júpiter aqui se representa,  
por espíritos mil que têm prudência  
governa o Mundo todo que sustenta  
(CAMÕES, 1982, p, 374, 83)

quer logo aqui a pintura que varia  
agora deleitando, ora ensinando,  
dar-lhe nomes que a antiga Poesia  
a seus Deuses já dera, fabulando;  
(CAMÕES, 1982, p, 374, 84)

enfim que o Sumo Deus, que por segundas  
causas obra no Mundo, tudo manda.  
e tornando a contar-te das profundas  
obras da Mão Divina veneranda  
(CAMÕES, 1982, p, 374, 85).

No *Empíreo* residem os verdadeiros deuses. Ela, Tétis, e as demais divindades greco-latinas são tão somente seres fabulosos, e servem apenas como matéria poética. Na melhor das hipóteses, prestam-se a nomear constelações. Júpiter representa a “santa Providência”, que governa o mundo. Por meio da representação, deseja-se dar ao Deus verdadeiro, os nomes que a “antiga poesia” dava aos seus deuses. Deus, na realidade, é quem tudo ordena.

Essa chave interpretativa deve mitigar qualquer mal-entendido interpretativo: o narrador apropria-se dos mitos greco-latinos com fins estéticos. A desproporção quantitativa, entre os elementos mitológicos pagãos e cristãos, no entanto, coloca em dúvida a chave de leitura oferecida por Tétis. Organicamente, a obra não endossa esse argumento, e as evidências, nesse sentido, abundam em *Os Lusíadas*. O reexame faz-se necessário.

As conseqüências da expedição portuguesa rumo à Índia são o motor da epopeia. Vasco da Gama, seu capitão, acredita estar sob o auspício das divindades cristãs. As divindades pagãs, no entanto, governam a ação: eis um paradoxo. Vênus é a protetora da empresa lusitana. As nereidas auxiliam-na nessa tarefa. Vênus intercede pelos portugueses ante seu pai, Júpiter. Marte coloca-se ao lado dela. Júpiter reúne o Concílio Divino e lembra-lhe a inevitabilidade do sucesso da empresa portuguesa: é a ordem dos Fados. Baco é o deus cujo culto ocorre no Oriente. Para defendê-lo do perigo lusitano, elabora e consuma uma série de ardis e, em desespero, pede a ajuda de Poseidon. Por fim, Tétis profetiza o vitorioso futuro português no Oriente.

Essa é uma breve exposição dos principais elementos míticos pagãos em *Os Lusíadas*. Onde e de que maneiras participam as divindades cristãs no enredo da epopeia? Em nenhum momento e de modo algum. Significa isso que a mitologia cristã está ausente em *Os Lusíadas*?



Não. Ela incorpora-se ao discurso do narrador, ao discurso de Vasco da Gama e ao discurso de Paulo da Gama, diante dos reis de Melinde e da Índia respectivamente. As divindades cristãs, no entanto, nada operam na obra.

As divindades cristãs, em *Os Lusíadas*, não participam da ação, sob nenhum ponto de vista. A intenção subjacente a esse processo composicional não é clara. Factualmente, o tratamento desproporcional dado por Camões àquelas mitologias desacomodará a alguns de seus leitores.

#### 4.1.1 O parecer do censor

O primeiro incomodado é o Frei Bartolomeu Ferreira, censor responsável pela leitura de *Os Lusíadas*:

[...] não achei neles coisa alguma escandalosa nem contrária à fé e aos bons costumes. Somente me pareceu que era necessário advertir os leitores que o autor, para encarecer a dificuldade da navegação e entrada dos portugueses na Índia, usa de uma ficção dos deuses dos gentios [...] Todavia, como isto é poesia e fingimento, e o autor como poeta não pretende mais que ornar o estilo poético, não tivemos por inconveniente ir esta fábula dos deuses na obra, conhecendo-a por tal e ficando sempre salva a verdade de nossa santa fé que todos os deuses dos gentios são demônios (CAMÕES, 1982, p. 25).

A seguinte advertência acompanha *Os Lusíadas*: os deuses dos gentios embelezam o estilo poético e conferem um grau elevado de dificuldade às proezas portuguesas. Essa fabulação é fruto do senso estético do poeta. Por isso, não se vetará a publicação da obra. O leitor, no entanto, não esqueça: “os deuses dos gentios são demônios”. Ainda que aquelas divindades sejam representadas em virtude do engenho de Camões, são demônios. São demônios para Camões? Por que não representar Deus em ação? É aceitável representar a Deus e a corte celestial por meio de demônios?

#### 4.2 O ORIENTE

Quase três séculos mais tarde, outro leitor de *Os Lusíadas* sentir-se-á incomodado com a epopeia. Ele perceberá o peso e o valor do paganismo em Camões, e desconfiará da resposta de Tétis. Dedicar-se-á à elaboração de um novo poema épico português. Esse homem é o padre José

Agostinho de Macedo, e seu épico chama-se *O Oriente*, cuja principal característica composicional é emendar *Os Lusíadas* em dois aspectos que considera problemáticos:

1º) a sacralidade conferida aos ídolos greco-latinos;

2º) a representação do herói Vasco da Gama.

Segundo José Agostinho de Macedo, esses aspectos são os grandes erros de Camões em *Os Lusíadas*. Evidencia isso da seguinte maneira:

E se outra lira immortaliza o Gama,  
em mim seus dons a Natureza apura;  
de seu sacrário liberal derrama  
luz, que almo estudo me tornou mais pura:  
filosofia no meu peito a chama  
desprende, que afugenta a sombra escura;  
do vil respeito os Ídolos derruba,  
tira mais alto som da épica tuba  
(MACEDO, 1814, vol. I p. 104).

O estudo comparativo é essencial à compreensão dessas epopeias. Doravante, examinar-se-ão as semelhanças e as divergências na representação elaborada em cada uma delas. Dessa maneira, compreender-se-á o processo composicional utilizado por cada um dos poetas para representar a viagem de achamento da Índia e seus desdobramentos.

#### 4.3 O TEMPO DAS NARRATIVAS

*Os Lusíadas* começa *in media res*. A armada encontra-se no oceano Índico, nas proximidades de Moçambique, quando o narrador principia. A decisão de Deus não é representada, inicialmente, como determinante para o andamento da empresa portuguesa. O narrador referir-se-á a isso posteriormente. O discurso dos navegadores vincula a empresa a um propósito cristão, divinamente inspirado. Os eventos decorridos durante a lacuna temporal, resultante do andamento *in media res*, são relatados por Vasco da Gama ao rei de Melinde nos terceiro, quarto e quinto canto. Conclui-se a epopeia com a chegada dos portugueses a Lisboa.

*O Oriente* é narrado em ordem cronológica. Principia com a decisão de Deus referente ao sucesso da empresa portuguesa e segue com a comunicação da vontade de Deus ao rei Manuel. Posteriormente, Manuel despede a armada, que parte de Lisboa em direção à costa ocidental africana. A epopeia é concluída com a narração de um conflito entre portugueses e mouros, após o achamento da Índia.

#### 4.4 A PROPOSIÇÃO: EM *OS LUSÍADAS* E EM *O ORIENTE*

A proposição de *Os Lusíadas* é cantar os feitos militares e marítimos dos “barões assinalados” que, saídos de Portugal, navegaram por mares desconhecidos e, envolvidos em perigos e guerras, edificaram um “Novo Reino” no Oriente. Cantar-se-ão, também, as memórias dos reis portugueses que expandiram a Fé e o Império, pela África e pela Ásia. O valor dos feitos portugueses cessarão o valor das grandes navegações “do sábio grego e do troiano” e calará a fama de Alexandre e de Trajano. O narrador canta “o peito ilustre lusitano” (CAMÕES, 1982, p. 30), que submete Netuno, o deus dos mares, e Marte, o deus da guerra. O canto das antigas musas deve cessar, pois um valor sem paralelo, o do povo português, ergue-se e suplanta-o.

Os navegadores-guerreiros portugueses são a

bem nascida segurança  
da lusitana antiga liberdade  
(CAMÕES, 1982, p. 30).

Eles trabalharão para o aumento da Cristandade e espalharão o terror entre as fileiras mouras. Eles compõe uma geração maravilhosa, concedida ao mundo por Deus com um propósito claro: dar do mundo, a Ele, uma grande parte, pois fazem parte do mais amado ramo da “árvore de Cristo” (CAMÕES, 1982, p. 30).

A proposição de *O Oriente* é cantar a “sublime empresa e o Lusitano”, que enfrentou mares desconhecidos, rodeou o continente africano e deu ao mundo abertas as portas do Oriente. O valor do Lusitano permitiu-lhe lançar o fundamento de um Império, aumentado em paz e em guerra, o que o immortaliza na terra. O narrador cantará os feitos do Lusitano, porque assim sobreviverão à erosão causada pela passagem do Tempo.

#### 4.5 A INVOCAÇÃO EM *OS LUSÍADAS* E EM *O ORIENTE*

Em *Os Lusíadas*, invocam-se as Tágides, que despontaram no poeta um “engenho ardente”. As Tágides são as ninfas do Tejo. Esse termo, cunhado, primeiramente, em latim, por André de Resende, é adotado por Camões. Segundo Virgínia Soares Pereira (2011), as Tágides são divindades nacionais, vinculadas à tradição clássica das ninfas.

Às Tágides, o narrador pede inspiração: deseja cantar os feitos lusitanos no mais alto estilo poético. Pede-lhes

uma fúria grande e sonora,  
[...] de tuba canora e belicosa  
(CAMÕES, 1982, p. 30).

Esse é o tom adequado à gente portuguesa, nos trabalhos de Marte esforçada.

#### **4.5.1 Nova Invocação: Uma história portuguesa**

Na abertura do terceiro canto de *Os Lusíadas*, há uma nova invocação: à musa Calíope. Ela é a primeira das nove musas da mitologia grega. É a responsável por inspirar a poesia épica. O narrador abre mão das Tágides e invoca-a, pois é a representante da tradição. Há, portanto, a intenção de filiar a narrativa à tradição épica ocidental.

O narrador deseja saber o que “o ilustre Gama” (CAMÕES, 1982, p. 103) conta ao rei de Melinde. Pede-lhe que inspire “imortal canto e voz divina” (CAMÕES, 1982, p. 103) em seu peito. Ele quer a atenção da Musa, pois deseja cantar os portugueses como merecem.

A presença de uma nova invocação à musa é relevante e demanda análise. Inicialmente: a nova invocação não é colocada em um ponto qualquer da epopeia, como um adereço ou como índice de erudição. É colocada em um centro vital do poema: a narrativa de Vasco da Gama, diante do rei de Melinde, a respeito da localização de Portugal (Canto III, estrofes 06-20) no panorama europeu, e da história de Portugal. Isso ocupa três cantos da epopeia. Em *Os Lusíadas*, portanto, 30% da matéria é dedicada à elaboração de um registro histórico, que parte da Antiguidade portuguesa até o século XV. Essa narrativa é organizada cronologicamente, e parte da fundação da Lusitânia por Luso ou Lisa, filhos ou companheiros de Baco, até a chegada da armada a Melinde.

O terceiro canto é dedicado a uma breve descrição geográfica de Portugal no contexto europeu, e à história portuguesa, desde a fundação da Lusitânia até Fernando I. O quarto canto é dedicado à história portuguesa, desde D. João I até Manuel I. O quinto canto narra da partida de Lisboa até a chegada a Melinde. O exame desses cantos evidencia dois aspectos essenciais:

1º) constituem uma epopeia no interior da epopeia: há proposição, há invocação à Musa e há uma narrativa dos sucessos portugueses, desde os atos dos heróis fundadores até os atos dos heróis atuais, que compõem o corpo do grande herói: a Pátria.

2º) o cumprimento da lei dos Fados, referidas por Júpiter no concílio dos deuses: os portugueses são agasalhados em Melinde e podem chegar às portas indianas.

#### 4.5.2 Nova Invocação: Lamento

No sétimo canto de *Os Lusíadas*, o narrador invoca as ninfas do Tejo e do Mondego. Invoca-as, no entanto, não para louvar sua Pátria. Busca nelas conforto e apoio. Sente-se um “cego, [...], insano [...] e temerário” (CAMÕES, 1982, p. 278). Sem a bondosa mão das ninfas, sucumbirá. O narrador clama-lhes: está há muito tempo louvando o Tejo e os Lusitanos, mas a Fortuna acena-lhe com perigos no mar e com guerra: tem em uma das mãos a espada e, na outra, a pena. Após tamanho empenho em favor da Pátria e de sua gente, resta-lhe a pobreza, o degredo e o naufrágio.

O narrador insurge-se contra aqueles a quem canta. Espera deles um prêmio pelos versos, o descanso merecido e as honrarias dedicadas aos poetas. No entanto, eles obrigam-no a “trabalhos nunca usados” [...] (CAMÕES, 1982, p. 279). Essa é a espécie de senhores engendrados no Tejo: tratam com desdém aqueles que cantam suas glórias. O narrador preocupa-se com o exemplo dado por eles aos futuros escritores, pois não têm interesse em despertar e promover “engenhos curiosos” (CAMÕES, 1982, p. 279). O narrador, por isso, pede às ninfas que não removam seu favor, e jura diante delas jamais usar seu engenho para louvar a quem não mereça:

A quem ao bem comum e do sei rei  
antepuser seu próprio interesse,  
[...]  
nenhum ambicioso que quisesse  
subir a grandes cargos [...]  
(CAMÕES, 1982, p. 280)

nenhum que use de seu poder bastante  
para servir a seu desejo feio,  
e que, por comprazer ao vulgo errante,  
se muda em mais figuras que Proteio  
(CAMÕES, 1982, p. 280)

nem quem acha que é justo e que é direito  
guardar-se a lei do rei severamente,  
e não acha que é justo o bom respeito  
que se pague o suor da servil gente  
(CAMÕES, 1982, p. 280).

O narrador faz parte da “servil gente”, que empenha a própria vida “por seu Deus [e] por seu rei” (CAMÕES, 1982, p. 280) sem reconhecimento e vantagem alguma. Continuará, no entanto, com a ajuda de Apolo e das Musas, cantando-a, assim que retomar o fôlego. Com esse novo alento, cantará até o décimo canto, no qual registra a viagem de retorno da armada e sua chegada a Lisboa.

#### 4.5.3 “Não mais, Musa”

Tão logo a armada chega a Lisboa, o narrador encerra a narrativa, com as palavras acima. Sua lira está desafinada, e a voz rouca. Não por cantar, mas por constatar que canta “a gente surda e endurecida” (CAMÕES, 1982, p. 280). O favor, que incita o engenho poético, a Pátria portuguesa não dará, pois,

[...] está metida  
no gosto da cobiça e na rudeza  
du[m]a austera, apagada e vil tristeza  
(CAMÕES, 1982, p. 393).

A Pátria está deitada em meio à corrupção moral. Agracia aos bajuladores e esfola a “servil gente”, à custa de quem se fortalece o Império. Por isso, o sofrimento do narrador é irremediável, pois irremediável é a situação da Pátria, prenúncio de ruína.

Em *O Oriente*, o poeta não invoca um ser mítico inspirador. Antes, invoca a *voz da poesia* e a *voz da história*. Essas são as duas vozes que o guiam em seu fazer poético. A Voz da Poesia permite-lhe proteger a memória dos feitos de sua gente, e a voz da história permite-lhe fazê-lo conforme à realidade histórica. Segundo o narrador de *O Oriente*, Camões não ouviu essas vozes tão bem quanto deveria. Daí sua epopeia requerer emendas.

#### 4.6 DEDICATÓRIA EM *OS LUSÍADAS* E EM *O ORIENTE*

*Os Lusíadas* são dedicados a Sebastião, rei de Portugal, cujo Império o sol vê de leste a oeste. Ele deve impor o jugo e promover o vitupério do “torpe Ismaelita, [do] Turco oriental [e do] Gentio” (CAMÕES, 1982, p. 33). O narrador clama para que o rei incline-se, a fim de ver, divulgado em versos, os feitos portugueses, fruto de um profundo amor à Pátria, não movido pela vil cobiça, mas pelo desejo de reconhecimento.

O narrador assegura ao rei que o louvor aos feitos portugueses não será conforme as estranhas musas, cujo canto inspira o louvor a feitos fantásticos, fingidos e mentirosos. As façanhas portuguesas, inspiradas pelas musas nacionais, ultrapassam-nos, pois, entre os portugueses, há figuras dignas de louvor, tais como “um Nuno fero e um Egas Moniz”, quem prestam ao reino extraordinários serviços, e são louvado duas vezes em *Os Lusíadas*: diante do rei de Melinde e diante do Catual e dos nobres indianos.

O narrador dedica seus versos aos valorosos combatentes lusitanos no Oriente, que sempre fazem da bandeira portuguesa a vencedora. Relembra os nomes de Pacheco, Albuquerque e Castro, além de outros insubmissos à Morte, a quem louvará no décimo canto da epopeia.

Ao final da dedicatória, o narrador informa ao rei que, sobre ele, o Mouro tem os olhos fixos e inclina-lhe o pescoço ao jugo. Segundo o narrador, a deusa Tétis deseja comprá-lo para genro. Como dote, oferece-lhe os oceanos e os mares. O narrador informa a Sebastião que as almas de seus avós, D. João III e Carlos V, vêm, da olímpica morada, e desejam ver renovadas nele as memórias de seus valorosos feitos. O narrador, portanto, filia Sebastião à divindade grega Tétis e ao Olimpo, residência de seus antepassados.

Em *O Oriente*, o narrador elabora a proposição, concentra-se nos desdobramentos da Invocação, mas não elabora uma Dedicatória. Por quê? Porque o autor elabora uma longa Dedicatória, fora do poema épico. A Dedicatória está no início do livro, e funciona como um dos principais centros da obra, dedicada “à Nação Portuguesa”, a qual o autor venera acima de tudo, e a qual pretende imortalizar por meio de sua epopeia.

#### 4.7 O TRATAMENTO DAS MITOLOGIAS EM *OS LUSÍADAS* E EM *O ORIENTE*

Os narradores de *Os Lusíadas* e de *O Oriente* divergem, em determinados aspectos, na representação da mitologia. Em *Os Lusíadas*, a mitologia clássica greco-latina, pagã, é o substrato principal da epopeia, e estabelece-se como paradigma, no interior do qual os demais elementos devem ajustar-se. Em *O Oriente*, a situação é oposta: o principal substrato é a mitologia judaico-cristã, e ela é o paradigma no interior do qual os demais elementos ajustam-se. No entanto, a mitologia pagã também é representada, de um modo diverso daquele utilizado por Camões.

#### 4.7.1 A origem portuguesa: Luso e Lisa

Em *Os Lusíadas*, o rei de Melinde deseja conhecer a história portuguesa. Vasco da Gama relata-a, desde sua mais remota origem até o momento presente. Após uma pormenorizada descrição geográfica da Europa, no interior da qual situa Portugal, Vasco da Gama relata a origem mítica de sua nação: Portugal fora Lusitânia, originada em Luso ou Lisa, filhos ou companheiros de Baco. Vasco da Gama parece não ter certeza a respeito do parentesco entre os fundadores da Lusitânia. Não sabe se a gênese ocorre com Luso ou Lisa, mas, certamente, procede de Baco. Segundo Virgínia Soares Pereira (2011), essa questão calca-se, principalmente, no registro de Plínio, em sua *História Naturalis*, onde se refere a Luso, filho de Baco, e a Lisa, membros do cortejo de Baco. Dos nomes Luso e Lisa deriva o nome Lusitânia.

Quando a armada chega à Índia, vem a bordo o Catual, que se detém nas figuras representativas da história portuguesa. Enquanto observa a primeira, Paulo, irmão de Gama, interpreta-a: o homem representado é Luso, de onde procede o nome Lusitânia. Segundo ele, Luso fora filho e companheiro de Baco, que diversas partes do mundo conquistara. Luso usa o “verde tirso” de Baco, pois é seu amado filho e companheiro. Paulo não tem nenhuma dúvida a respeito da relação entre Luso e Baco e, conseqüentemente, sobre a origem da Lusitânia.

Em *O Oriente*, o narrador não se debruça sobre a origem da Lusitânia. Não a relaciona a nenhum personagem ou relato mítico. Refere-se, recorrentemente, no entanto, a Lísia (Lisa), como um sinônimo para Portugal. Manuel, ao discursar para o conselho, por exemplo, garante ser o destino de “Lísia” unir os mundos separados pelo oceano. Posteriormente, afirma que as naus de “Lísia” alcançarão as terras orientais. O narrador macediano, portanto, estabelece uma relação com a mitologia pagã: são fontes para alegorias. Ele esvazia as figuras míticas de seu sentido original, sagrado, e utiliza-os, apenas, em sentido indireto, livre de qualquer sacralidade.

Em *O Oriente*, a origem humana é comum e remonta ao relatado no Gênesis: todos são filhos de Adão e Eva, o casal criado por Deus, no princípio, segundo relata Vasco da Gama ao Samorim. Essa é a origem sagrada do português.

#### 4.7.2 Origem de Lisboa: Ulisseia

Em *Os Lusíadas*, Paulo continua sua explicação ao Catual. Mostra-lhe a representação de um homem que pisa a terra do Tejo, após ter navegado por muito tempo. Sobre as terras do Tejo,



esse homem constrói muros e um templo a Atena: Ulisses. É ele o edificador. Ateara fogo a Troia e, agora, funda Lisboa, daí ser Lisboa chamada também de Ulisseia.

Em *O Oriente*, o narrador não estabelece a origem de Lisboa, assim como não o fez com a origem da Lusitânia. No entanto, Lisboa é chamada de Ulisseia, até mesmo pelo Serafim que traz a ordem divina. Quando ele interpreta a visão de Manuel, diz-lhe que o século posterior poderá ver na sua glória (a de Manuel) a glória de Ulisseia, quando observar templos erguidos com o tributo indiano. Posteriormente, quando o narrador representa a saída de Manuel e dos nautas do templo, revela que as pessoas de Ulisseia vem ver a cena. Em *O Oriente*, Ulisseia e Lusitânia são alegorias.

#### 4.7.3 Júpiter e Deus

Em *Os Lusíadas* há um concílio divino, por meio do qual o Fado dos portugueses é lembrado e assegurado. Júpiter, o pai onipotente da mitologia greco-latina, é quem lembra aos deuses que os nautas portugueses estão fadados a encontrar um caminho rumo à Índia. As palavras de Júpiter representam a ordem dos Fados: os portugueses devem dominar o Oriente, pois o “Fado eterno” (CAMÕES, 1982, p. 38) determina o governo português sobre o Oriente por “longos tempos” (CAMÕES, 1982, p. 38), e chega a hora de serem encaminhados àquela terra. Há os favoráveis à causa e os contrários a ela. A vontade de Júpiter, no entanto, é a vontade dos Fados, e ele, ainda que onipotente, não a questiona. Pelo contrário, determina que os nautas sejam acolhidos na costa africana entre um povo amigo, onde estejam seguros e de onde tornem a navegar rumo à Índia.

O narrador macediano estabelece a mitologia judaico-cristã como paradigma de *O Oriente*. É a vontade de Deus que determina os eventos narrados na epopeia. Ele é quem legisla sobre os eventos terrestres. O narrador macediano nomeia-o: Jeová. Ele não reúne um concílio, porque não há pares com quem deliberar. Ele decide e comunica sua vontade. Ninguém pode sondar Sua mente. Aquilo que precede Suas decisões é desconhecido. Ele decide e comunica sua vontade. Essa representação de Deus esclarece a filiação do narrador à mitologia judaico-cristã.

Em *O Oriente*, Deus é a entidade suprema. Em *Os Lusíadas*, Júpiter é a divindade suprema. Outras divindades, entretanto, disputam acerca do futuro português, pois têm interesses paralelos. O mecanismo que movimenta as epopeias é exatamente esse: as intrigas e disputas

entre os seres superiores. Macedo remove os deuses pagãos e qualquer sacralidade em torno deles, pois visa elaborar uma epopeia essencialmente cristã. Ele representa, portanto, as ações de Deus e de seu inimigo, Satanás.

#### 4.7.4 Baco e Satanás

Em *Os Lusíadas*, a divindade inimiga dos portugueses é Baco, cujo culto ocorre no Oriente, pelo qual os portugueses buscam e onde pretendem implantar o cristianismo. Baco comparece ao concílio divino e, a fim de defender suas possessões orientais, opõe-se à determinação dos Fados. Ele ouvira dos Fados que um povo, afeito às proezas marítimas, virá e suplantará sua fama antiga, e teme ser esquecido. Baco já tivera o Indo subjogado por Alexandre, da Macedônia. No entanto, os poetas sempre reconheceram-no como o conquistador da Índia. A questão lusitana é diferente: com sua chegada à Índia, o louvor concedido a Baco será dado a outro: Deus. Baco, portanto, ao tentar destruir a expedição portuguesa, passa a lutar contra os desígnios dos Fados.

Em *Os Lusíadas*, Baco não sustenta nenhuma rixa, *a priori*, contra Vênus, a divindade protetora dos portugueses. Não há um conflito pré-estabelecido entre ambos. Não há uma contenda que remonte ao princípio dos tempos, ou a um momento específico na história dos deuses.

A mitologia greco-latina, conforme apropriada por Camões, não oferece, *a priori*, nenhum par antagonico, cujo conflito possa ser explorado na epopeia. Baco, em *Os Lusíadas*, preocupa-se com suas possessões espirituais e seu culto no Oriente. As divergências entre as divindades, em *Os Lusíadas*, vinculam-se aos seus interesses pessoais. Baco não odeia o cristianismo. Vênus jamais manifesta defendê-lo.

Em *O Oriente*, a divindade inimiga é Satanás. Ele também tem seu centro de adoração no Oriente. Para ele, a expedição portuguesa representa uma catástrofe, pois visa implantar o culto cristão no Oriente, culto ao qual Satanás abomina.

O narrador macediano maneja habilmente a mitologia judaico-cristã e retrata a intriga primordial entre Deus e Satanás: relata desde o conflito entre eles no princípio dos tempos, cuja consequência principal é a tentação e queda de Adão, como vingança contra Deus, evento que demandará a vinda do Cristo a fim de redimir a humanidade, até a ordem divina dada pelo

Serafim a Manuel, esteio do cristianismo. O narrador reforça o vínculo do povo português à história sagrada do cristianismo e confirma a gênese de Satanás, conforme representado no Gênesis. Satanás: um anjo de alta estirpe, agora, um espírito degredado, líder de outras divindades rebeldes; invejoso de adoração, destruidor da ordem e da perfeição cósmicas; instaurador do pecado, destruidor do homem.

O narrador macediano, pautado pelo paradigma mitológico judaico-cristão, mantém a expressão do mal fiel àquela mitologia: Satanás é a encarnação suprema do mal; seus asseclas, conforme registrado nos textos sagrados cristãos, seguem-no e obedecem-no.

#### **4.7.5 Vênus, Marte e Henrique**

Em *Os Lusíadas*, Vênus está presente ao concílio divino. Nele, opõe-se a Baco, a favor dos portugueses. Sente-se afeiçoada a eles, pois têm qualidades similares às de seus amados romanos: têm fortes corações, e sua língua parece-se muito à língua latina. Isso desperta nela a simpatia pelos portugueses e move-a à ação favorável. Há, no entanto, um motivo maior para o interesse: ouvira das Parcas que ela será celebrada por todas as regiões alcançadas pelos portugueses. Zelar pelos interesses portugueses significa promover a própria fama. Assim, a rixa entre Baco e Vênus é movida pelo desejo de fama.

Ou por antigo amor à deusa ou por merecimento da gente portuguesa, Marte alia-se a Vênus. O deus da guerra, “armado, forte e duro” (CAMÕES, 1982, p. 43), ergue-se e fala a Júpiter que, se ama as obras e o valor dos portugueses e não deseja que passem maiores trabalhos, deixe de ouvir “razões de quem parece que é suspeito [Baco]” (CAMÕES, 1982, p. 43). Marte compreende a questão: Baco tem sua razão vencida pelo medo. Não fosse assim, sustentaria os portugueses, “pois que de Luso vêm, seu tão privado” (CAMÕES, 1982, p. 43). Marte conclui: Júpiter não deve desistir da decisão tomada, pois é fraqueza. Ocorra tudo conforme determinam os Fados. Júpiter assente e dissolve o conselho.

Em *O Oriente*, as divindades protetoras vinculam-se à mitologia judaico-cristã. Quando Satanás atinge a armada com uma furiosa tempestade, desce do céu um anjo e modera-a. A presença de anjos está em sintonia com os antigos textos sagrados fundadores da mitologia judaico-cristã.

A principal divindade protetora da expedição portuguesa em *O Oriente* é o espírito de Henrique de Avis, um dos grandes impulsionadores das navegações portuguesas. Ele intercede pelos portugueses junto a Deus.

O narrador não oferece informações a respeito da função exercida por Henrique no plano divino. Sabe-se, apenas, que intercede por seu povo diretamente a Deus, e com uma surpreendente liberdade:

Mandai Senhor, que Lúcifer não possa  
vedar a empresa, que somente é vossa  
(MACEDO, 1814, p. 05).

Henrique, ao pé de Deus, clama pela proteção da empresa portuguesa, cuja finalidade é disseminar a fé cristã. O narrador informa que Deus concorda com sua demanda e permite-lhe interceder pessoalmente a favor dos portugueses:

Acena-lhe o imortal; do etéreo assento  
já desce Henrique a socorrer a armada  
(MACEDO, 1814, Vol. II, p. 06).

Em *O Oriente*, a importância da difusão da fé cristã é notória. A defesa dela fundamenta o argumento utilizado por Henrique diante de Deus. Este, por intermédio daquele, concede favor à causa portuguesa. A empresa portuguesa tem o apoio divino. Além disso, a divindade protetora, Henrique, por estar na presença de Deus, com pleno direito à interseção, afirma a origem divina e cristã do Império Português.

#### **4.7.6 Morfeu e o Serafim: os sonhos de Manuel**

Em *Os Lusíadas*, um sonho desencadeia a empresa que culminará no achamento do Oriente. O rei Manuel, tão logo assume o reino, lança-se ao mar, honrando as vitórias e conquistas de seus antepassados.

Enquanto Manuel dorme, Morfeu surge-lhe em sonho. Manuel vê diversas nações, de estranhas gentes. Na direção do Oriente, Manuel vê erguerem-se, de montes distantes, duas altas fontes. Do interior delas, surgem dois homens, muito velhos e de aspectos venerandos. Um tem o semblante cansado, como se tivesse vindo de muito longe. Esse fala a Manuel que seus reinos e

coroas aguardam-no, e que é hora de ir buscar seus grandes tesouros. O velho é a personificação do Ganges, e apresenta o outro, ao seu lado: é a personificação do Indo. Ganges garante a Manuel que muitas guerras trará contra ele, mas sua insistência resultará em vitória. Desaparecem ambos, e Manuel acorda. Tão logo raia o dia, Manuel convoca o conselho português e expõe-lhe o sonho. Todos admiram-se e determinam preparar uma armada e enviar rumo ao Oriente.

Em *O Oriente*, uma voz faz-se ouvir pela criação: é Deus e chama pelo Serafim, a fim de dar-lhe uma missão. Deve descer a Lisboa e informar Manuel de que as chaves do Oriente estão em suas mãos e que lá deve erguer altares a Deus.

Em *O Oriente*, é um sonho que desencadeia as ações de Manuel. O Serafim inspira-lhe um sonho. Ele vê uma “grave matrona”, vestida com trajes reais e sentada sobre um imponente elefante branco. A visão corresponde à representação do continente asiático. Ela vem ofertar-lhe seu território, seus povos e suas riquezas.

O sonho como intermediário entre as divindades e o homem é utilizado nas duas epopeias. Em *Os Lusíadas*, o sonho é fruto da ação de uma divindade greco-latina, Morfeu. O sonho reside, portanto, no domínio pagão. Em *O Oriente*, o sonho tem origem na mitologia cristã. Tem sua gênese na vontade de Deus e é inspirado sob Sua ordem, de acordo com o paradigma cristão. Em *O Oriente*, o rei português vê e ouve o Serafim. A divindade estabelece contato direto com ele. O rei tem evidência material da existência do mensageiro divino. Está na presença do representante do todo-poderoso. Assegura-se da decisão e da orientação divinas para difundir a fé cristã. As palavras do Serafim revelam um aspecto de profundo valor na obra *O Oriente*: o vínculo do reino português ao povo de Israel, isto é, ao povo escolhido de Deus na Antiguidade. Por essa razão, o Serafim faz referência ao Êxodo e à travessia do Mar Vermelho pelos israelitas, eventos pelos quais ele próprio responsabilizou-se.

#### **4.7.7 Mercúrio e Henrique: o sonho de Vasco da Gama**

No decorrer do concílio divino representado em *Os Lusíadas*, Marte solicita a Júpiter que envie Mercúrio ao Gama, a fim de que saiba o que determinara diante dos deuses. Mercúrio deve mostrar-lhe a terra onde encontrará repouso e informação segura a respeito da Índia. Júpiter acata as palavras de Marte e envia-o. Os lusitanos estão em Moçambique, e correm perigo.

Em sonho, Mercúrio aparece-lhe, e incita-lhe a fugir da cilada preparada pelo rei local. Mercúrio ensina que caminho Gama deve seguir, em direção ao norte, ao longo da costa, onde encontrará um rei disposto à amizade, que o guiará à Índia. Mercúrio desperta-o, e ele vê, espantado, nas trevas, “brilhar uma súbita luz e raio santo” (CAMÕES, 1982, p. 84). Ele ordena a partida, pois Deus ordena-a. O Capitão diz ter visto um mensageiro de Deus, que os protege. Vasco da Gama atribui, erroneamente, a Deus os dons enviados pelos deuses.

Em *O Oriente*, representa-se uma situação similar. A armada portuguesa está atracada em uma ilha repleta de demônios, cuja meta é destruir os nautas e as naus. Henrique desce rapidamente à frota e inspira um sonho ao Gama. Por meio desse sonho, apresenta-se ao Capitão, como enviado por Deus. É ele quem informa sobre os perigos ocultos na ilha e orienta o Capitão a partir imediatamente. Em *O Oriente*, a proteção divina não procede de uma fonte desconhecida estranha ao cristianismo. Ao contrário, a proteção e o bem vêm apenas de Deus, e Gama compreende isso plenamente.

#### 4.7.8 Os milagres

Em *Os Lusíadas*, representa-se um momento de grande perigo para a armada. Saída de Moçambique guiada por um piloto falso, a armada está diante da barra de Quíloa. Vasco da Gama envia à terra dois homens, para sondar as gentes, a fim de descobrir se de fato há cristãos e mouros juntamente, conforme tem notícias. Os dois portugueses encontram um altar cristão e um adorador, Baco, metamorfoseado em cristão. Com isso, são enganados e enganam o Capitão. De volta à armada, confirmam a presença de cristãos na ilha. Gama decide adentrar a barra e aportar.

O desastre português desenha-se. Nesse momento, Vênus convoca as nereidas, que empurram a armada para trás. Gama não reconhece a fonte do milagre, a deusa Vênus e as nereidas, e atribui o feito à ação de Deus, por meio da guarda divina:

Bem nos mostra a Divina Providência  
destes portos a pouca segurança  
(CAMÕES, 1982, p. 75).

Conclui, pedindo a Deus que os encaminhe a um porto seguro.

Em *O Oriente*, a armada portuguesa enfrenta um sério perigo. Ela navega próxima a Mauritània, e Satanás desfechará um poderoso ataque. Uma poderosa tempestade anuncia-se.

Gama presente, no entanto, uma tempestade incomum. Os próprios seres marinhos temem. O dia transforma-se em noite. Um aguaceiro precipita-se sobre o mar encapelado. A armada está prestes a sucumbir. Gama eleva uma prece a Deus, em meio as lágrimas, pela salvação do projeto de cristianização do Oriente. Deus escuta-o e envia um anjo. A tempestade dissipa-se. A armada salva-se.

Em *O Oriente*, Vasco da Gama está plenamente consciente da mão divina. Quando clama, dirige-se a Deus, diretamente, e um enviado de Deus o socorre. Em *Os Lusíadas*, o herói clama a Deus, mas não é ele quem o escuta: é Vênus. No entanto, ele não a pressente, nem a vê. Por isso, atribui a Deus o que não recebe dele. Seu clamor segue diretamente à deusa, que por ele zela.

#### 4.7.9 Tétis e Tomé

Em *Os Lusíadas*, representa-se uma pequena parte da viagem de retorno da armada lusitana. Após o sucesso da empresa, Vênus deseja recompensar seus protegidos. Para isso, prepara-lhes, numa misteriosa ilha, muitos prazeres. Vênus ordena às ninfas que, sob o comando de Tétis, recepcionem os navegadores e alegrem-nos. Após satisfeitos os desejos dos nautas, Tétis convida Vasco da Gama a subir a um monte, a fim de que, por meio da máquina do mundo, ele vislumbre o futuro português, repleto de conquistas.

No décimo canto de *Os Lusíadas*, Tétis refere-se a São Tomé, enquanto apresenta as futuras possessões orientais do Império Português. Ao referir-se a Narsinga, Tétis afirma:

Tem as relíquias santas e benditas  
do corpo de Tomé, barão sagrado,  
que a Jesu[s] Cristo teve a mão do lado  
(CAMÕES, 1982, p. 381).

São Tomé difunde a Fé por “províncias mil do mundo” (CAMÕES, 1982, p. 381) oriental. Ele dá saúde aos adoentados e vida aos mortos. Certa vez, chega à praia um navio, e o rei decide utilizá-lo como madeira, mas não o consegue tirar do mar com a força dos homens e dos elefantes. São Tomé é chamado. Atado ao navio por um cordão, remove-o do mar. Tomé sabe que, por intermédio de sua fé, os montes obedecer-lhe-ão, como ensina o Cristo.

Entre os brâmanes, no entanto, floresce a inveja e o medo de perderem sua autoridade religiosa. Buscam desacreditá-lo. O principal dos brâmanes arquiteta um plano: mata seu próprio filho e acusa Tomé, apoiado no depoimento de falsas testemunhas. Tomé é condenado à morte.

Ele clama pelo apoio de Deus. Manda trazer o corpo do jovem e ressuscita-o, “em nome de Cristo crucificado” (CAMÕES, 1982, p. 383) Pergunta-lhe, diante de todos, quem o assassinou, e o jovem aponta seu próprio pai. O rei, diante do milagre, converte-se à fé cristã. Os invejosos brâmanes determinam matá-lo. Certo dia, enquanto Tomé prega ao povo, seus inimigos vêm, apedrejam-no e atravessam seu peito com uma lança.

Choram-no o Ganges, o Indo, toda a terra que pisara e as almas que a Cristo convertera. Os anjos alegram-se e recebem-no na glória celestial. A ele, os lusitanos clamam: que os teus Lusitanos favoreças” (CAMÕES, 1982, p. 384).

Em *O Oriente*, não se representa nenhum episódio da viagem de retorno da armada. Ao final da epopeia, após desbaratarem a frota moura, a tripulação dorme, enquanto aguarda o raiar do sol. Satanás ainda planeja arruinar a armada portuguesa. Por meio de um sonho, faz Vasco da Gama ver um espectro, o de Alexandre, o Grande. O espectro exorta-o a trair Manuel e não retornar: deve tomar o Oriente para si e ser rei, não vassalo. Isso cala fundo na alma de Gama. Diante disso, Deus envia um consolador para Vasco da Gama: São Tomé, um seguidor de Cristo, cuja vida empregou e perdeu na difusão do cristianismo no Oriente.

Ele revela a Gama a tentação operada por meio do espectro, consola-o e anima-o, pois Deus acha-o tão justo, que consente em sua tentação. São Tomé conduz Gama, em êxtase, ao firmamento, de onde pode ver as futuras possessões do Império Português. Permite-se a Vasco da Gama vislumbrar o apogeu e o declínio do Império Português. O aviso de São Tomé a Vasco da Gama, referente ao declínio do Império Português é relevante no contexto de *O Oriente*. Em 1814, ano de publicação da obra, o Império Português deteriora-se e significa cada vez menos no contexto político europeu.

#### **4.7.10 Adamastor e Satanás**

Em *Os Lusíadas*, representa-se um evento ocorrido junto ao Cabo das Tormentas. O mar enfurece-se, e uma monstruosa figura aparece diante dos nautas: um gigante. Seu rosto é disforme, sua barba emaranhada e descuidada. Sua postura é medonha. Seus cabelos são crespos e cheios de terra. Tem a boca negra e os dentes amarelados. Seu tom de voz é horrendo: os nautas arrepiam-se com sua voz. O gigante quer saber quem vem afrontá-lo, por mares desconhecidos. O gigante ameaça: destruirá aqueles que ousarem afrontá-lo; declara guerra às armadas e frotas que ousarem passar por ele, e revela o futuro português: naufrágios e guerras contra os árabes.



Vasco da Gama quer saber quem é o gigante. Ele é o Cabo Tormentório, desconhecido dos homens. Antes de ser o Cabo, fora Adamastor, o gigante, filho de Gaia. Ele relata aos nautas como se tornou o Cabo Tormentório. O motivo de sua desgraça foi seu amor não correspondido por Tétis<sup>2</sup>. Certo dia, ele viu Tétis surgir ao longe. Correu em sua direção, abraçou-a e beijou-a. Não era ela, mas um monte. Abraçado ao penedo, foi convertido, pelos deuses, em penedo. O gigante não suporta o sofrimento causado pelas lembranças e chora. Instantaneamente, a tempestade se desfaz. Gama ergue suas mãos ao “santo coro dos Anjos” e clama, para que as palavras de Adamastor não se tornem realidade e segue viagem.

Em *O Oriente*, os nautas também correm perigo junto ao Cabo Tormentório. Eles querem dar-lhe a volta, mas Satanás não consentirá. Do interior de um vulcão em Java, ele sai. O mar encapela-se. As ondas quase tocam o céu. Raios abalam o firmamento. A sombra de Satanás transforma o dia em noite. Imensos blocos de gelo despregam-se do polo, e chegam ao Cabo. Gama sente um medo profundo.

Do interior de uma luz sulfúrea, ergue-se um fantasma imenso. Sua cabeça quase toca o céu. Seus pés, tocam o fundo do mar. Seu berço é o Inferno, e promove a Idolatria pelo mundo. Ele quer saber quem o afronta, e promete-lhes guerra sem fim. Ele é “do Oriente o Nume poderoso”, e garante sepultar, na Ásia, o esforço lusitano. Gama clama a Deus, a fim de saber se peca ao querer remover o culto satânico da Ásia. Deus escuta seu clamor e acena à tempestade, que se desfaz. Assim, pode a armada navegar ao longo da costa oriental africana.

#### **4.7.11 Vasco da Gama**

##### 4.7.11.1 Moçambique

No primeiro canto de *Os Lusíadas*, Vasco da Gama é representado como

[...] o forte Capitão,  
que a tamanha empresa se oferece,  
de soberbo e de altivo coração,  
a quem Fortuna sempre favorece  
(CAMÕES, 1982, p. 44).

Vasco da Gama está diante de uma ilha. Muitos batéis vêm em direção à armada e os nativos sobem às naus. Parecem felizes, e “o Capitão sublime” (CAMÕES, 1982, p. 46) recebe-

---

<sup>2</sup> A Ninfa, filha de Nereu e Dóris. A Ninfa Tétis foi a mãe do herói grego Aquiles, filho de Peleu.

os e dá-lhes de beber e de comer. Portugueses e nativos dialogam. Os portugueses querem informações sobre a rota para a Índia. Os nativos garantem um piloto que os guie e víveres. A noite chega, os nativos voltam à terra. No outro dia, o regedor da ilha dirige-se à armada, feliz, porque acredita ser uma armada turca.

O Capitão recebe o Mouro com alegria. Presenteia-o, dá-lhe de comer e de beber. O Mouro recebe as dádivas portuguesas e, ainda mais feliz, come e bebe. Portugueses e mouros estão perplexos com a notável diferença entre eles. Os portugueses observam atentamente o modo dos mouros. Eles fazem o mesmo. Querem saber se os nautas vêm da Turquia e querem ver os “livros de sua lei, preceito ou fé” (CAMÕES, 1982, p. 50), a fim de saber se são iguais ao seus ou se são cristãos. “O valeroso Capitão” (CAMÕES, 1982, p. 50) garante não ser “das gentes enojosas de Turquia” (CAMÕES, 1982, p. 46), mas europeu e cristão.

Posteriormente, mostra-lhes as armas. Na alma do Mouro acende-se o ódio e má vontade de pensamento. Finge, no entanto, cortesia, até que possa destruir o português. O Capitão pede-lhe novamente um piloto. O Mouro promete-o, ainda que deseje dar-lhe morte ao invés de piloto. A companhia moura parte das naus fingindo alegria.

Baco desce a Moçambique e instrui o mouro a arruinar a armada. Os portugueses, despontado o dia, dirigem-se à praia, a fim de buscar o piloto prometido, mas são recebidos com guerra. Os nautas não temem. Atiram-se à terra e destroçam a defesa moura. O regedor arremeda fingimento. Envia um piloto ao Capitão, como mostra de arrependimento. Ele, no entanto, tem instrução de conduzir a frota à ruína. Gama recebe-o. O narrador esforça-se por fazer crer que o Capitão tinha a situação sob controle:

O Capitão, que não caía em nada  
do enganoso ardil que o mouro urdia,  
dele mui diligentemente se informava  
da Índia toda e costas que passava  
(CAMÕES, 1982, p. 59).

A partir dessa postura infantil do Capitão diante do fingimento e da retaliação moura, é difícil dar razão ao narrador, pois a conduta do herói não justifica sua confiança.

#### 4.7.11.2 Quíloa

O piloto mouro, ensinado por Baco, prepara “de morte ou cativo novos danos” (CAMÕES, 1982, p. 59). Por isso, mente ao Capitão. Afirma haver, nas proximidades, uma ilha

habitada por cristãos, chamada Quíloa. A realidade, porém, é outra: nela habitam apenas mouros. Diante disso,

O Capitão, que a tudo estava atento,  
tanto com estas novas se alegrou,  
que com dádivas grandes lhe rogava  
que o leve à terra onde esta gente estava  
(CAMÕES, 1982, p. 59).

A frota aproxima-se de Quíloa, mas Vênus impede a chegada da armada à ilha. O piloto novamente afirma haver outra ilha, onde moram mouros e cristãos em harmonia, chamada Mombaça. Segundo o narrador,

O Capitão, que em tudo o mouro cria,  
virando as velas, a ilha demandava  
(CAMÕES, 1982, p. 60).

#### 4.7.11.3 Mombaça

No segundo canto de *Os Lusíadas*, a armada está em Mombaça. Um emissário vem a bordo da armada e trata a Vasco da Gama por “Capitão valeroso” (CAMÕES, 1982, p. 65).

O emissário traz a palavra do rei: sente-se alegre com a chegada da armada, e oferece acolhida e suprimentos. Quer conhecer os nautas e as naus. Devem, portanto, adentrar a barra e desembarcar. Assim planeja destruí-los.

O Capitão responde ao emissário, agradecido. Afirma estar de acordo com a vontade do rei. Adentrará a barra assim que raiar o dia. O Capitão pergunta se há cristãos na ilha, e recebe uma resposta afirmativa. Assim,

[...] do peito lhe desterra  
toda suspeita e cauta fantasia;  
por onde o Capitão seguramente  
se fia da infiel e falsa gente  
(CAMÕES, 1982, p. 66).

O capitão, por precaução, envia dois degredados à ilha, a fim de confirmar a presença de cristãos entre os mouros. Baco, metamorfoseado em cristão recebe-os diante de um altar cristão e acolhe-os em sua casa: os portugueses são enganados pelo “falso e santo fingimento” (CAMÕES, 1982, p. 68). No outro dia, os degredados voltam à armada e garantem a presença cristã na ilha.

Além disso, rei está contente com a presença portuguesa. Deseja tratar bondosamente os nautas. Não há razão para medo:

Com isto o nobre Gama recebia  
alegremente os mouros que subiam,  
que levemente um ânimo se fia  
de mostras que tão certas pareciam  
(CAMÕES, 1982, p. 70).

O Capitão encaminha a armada em direção à barra. Em terra, os mouros preparam a emboscada. Vênus, diante da ruína lusitana, ajudada pelas nereidas, fecha o acesso. Quando a armada chega, elas empurram-na para trás: “põem no madeiro duro o brando peito” (CAMÕES, 1982, p. 73), e afastam os nautas do perigo. A tripulação assusta-se com a situação, em especial pelo fato de que estão sendo levados na direção dos rochedos. Os marinheiros alvoroçam-se e “a celeuma medonha se alevanta” (CAMÕES, 1982, p. 74). Os mouros e o falso piloto moçambicano acreditam-se descobertos e atiram-se ao mar, em fuga:

Vendo o Gama, atentado, a estranheza  
dos mouros, não cuidada, e juntamente  
o piloto fugir-lhe com presteza,  
entende o que ordenava a bruta gente  
(CAMÕES, 1982, p. 75).

Vasco da Gama acredita-se diante de um milagre, operado pela “Divina Providência” (CAMÕES, 1982, p. 75). Graças a ela, descobre-se o “engano inopinado” (CAMÕES, 1982, p. 75). Difícil não se rir diante da ingenuidade do Gama: inopinado? Vasco da Gama pede a Deus por um porto seguro, e é encaminhado, por Mercúrio, a Melinde.

#### 4.7.11.4 Melinde

A armada chega a Melinde, onde a Fama, enviada por Mercúrio, divulga o valor lusitano. Os nativos vêm à praia observar. O Capitão manda ao rei um mouro, a quem sequestrara, para informar-lhe de sua chegada. O rei roga ao Capitão que desça e sirva-se de seu reino. De acordo com o narrador, “são oferecimentos verdadeiros” (CAMÕES, 1982, p. 87). O rei manda à armada carneiros, galinhas e frutas, como dádiva.

O Capitão sente-se alegre com a mensagem e com os presentes, e retribui: envia “escarlata purpúrea [e] o ramoso coral” (CAMÕES, 1982, p. 88). Informa ao rei que não se dirigirá à corte

naquele momento, pois está proibido por seu rei de desembarcar em qualquer praia ou porto. O rei melindano responde ao embaixador português: louva a obediência do Capitão ao seu rei e respeita sua decisão. Promete toda a ajuda necessária e dirigir-se-á à armada assim que raiar o dia.

Tão logo raia o sol, o rei e o nobres melindanos dirigem-se à armada. O Capitão dirige-se, em seu batel, ao batel do rei. Diante do Capitão, o rei reafirma seu apoio e revela conhecer o homem português não apenas pela voz da Fama, mas pelos relatos de suas guerras contra os mouros, que se espalham pelo continente africano. O Capitão, feliz com as palavras, agradece-lhe, e pede a Deus que o abençoe e proteja. Logo após, dirigem-se à nau capitânia. O rei faz um pedido triplo ao Capitão: que lhe relate as guerras portuguesas contra os mouros, que lhe descreva a localização geográfica do reino português e que lhe relate o ocorrido no percurso até sua chegada a Melinde.

#### 4.7.11.5 Pelo que se empenha o Capitão?

Em *Os Lusíadas*, o Capitão empenha-se em duas tarefas, em duas ocasiões distintas. No quinto canto, diante do rei melindano, narra uma história portuguesa, cujo ápice é a navegação que ele empreende, a fim de mostrar-lhe,

Que essas navegações que o mundo canta  
não merecem tamanha glória e fama  
como a sua, que o Céu e a Terra espanta  
(CAMÕES, 1982, p. 214).

No sétimo canto, o Capitão chega à Índia e dirige-se ao Catual, como Embaixador. Representa o rei de Portugal, que “vínculo quer [...] de amizade” [e] tudo tem no seu Reino em grande cópia” (CAMÕES, 1982, p. 273). O Capitão traz consigo a oferta de uma aliança comercial e militar com Portugal:

E se queres [...]  
comércio consentir [...]  
(CAMÕES, 1982, p. 274)

estará pronto a toda a adversidade  
que por guerra a te Reino se ofereça  
(CAMÕES, 1982, p. 274).

#### 4.7.11.6 As características do verdadeiro herói

O narrador de *Os Lusíadas* examina a condição do herói verdadeiro. Por meio de terríveis perigos, de sérios trabalhos e do medo, os amigos da Fama, os heróis verdadeiros, alcançam “as honras imortais e [os] graus maiores” (CAMÕES, 1982, p. 249). Os verdadeiros heróis não estão apoiados na antiga nobreza de sua linhagem. Não alcançam a Fama em seus “leitos dourados”, com as bocas cheias de “manjares novos e esquisitos”, nos “passeios moles e ociosos” e nos “deleites infinitos” (CAMÕES, 1982, p. 249). Esse estilo de vida não favorece a “obra heroica de virtude” (CAMÕES, 1982, p. 249). O que a produz é o exercício das próprias forças, na guerra, onde perecem os amigos, e no mar, onde se afronta a tempestade e come-se “o corrupto alimento” (CAMÕES, 1982, p. 249), cujo tempero é o sofrimento humano. Somente nessas condições desenvolve-se o verdadeiro herói, que é:

Desprezador das honras e dinheiro,  
das honras e dinheiro que a ventura  
forjou, e não virtude justa e dura  
(CAMÕES, 1982, p. 249).

#### 4.7.11.7 Defesa do Capitão diante do Catual

O Catual ordena a busca pelo oráculo, a fim de determinar o efeito da presença portuguesa em suas terras. O resultado é negativo: os portugueses representam perigo. O Catual acusa o Capitão de trazer uma embaixada fingida. Movido por Vênus, o Capitão defende-se. Afirma não ser pirata. Sua missão é apenas levar consigo um sinal da Índia ao seu rei. Tornando à Pátria, trará ao Catual maravilhosas dádivas como prova de sua palavra. O Catual não deve espantar-se com a proeza portuguesa de vencer tamanha distância por via marítima: há muitos anos sua gente está empenhada nisso. Sua chegada à Índia não é casual. O rei fia-se na palavras do Capitão, e julga haver um engano no oráculo.

Em *O Oriente*, Gama evangeliza o rei da Índia. Ele apoia-se nos textos sagrados do cristianismo. Conhece o relato do Gênesis referente à criação. Conhece o relato da queda de Adão e da perdição da terra, o que envolve conhecer a gênese do próprio Satanás, inimigo seu e de seu Deus. Conhece Noé e sua história. Sabe da formação do povo de Israel, escolhido de Deus, e da sucessão de seus líderes, a partir de Moisés. Relata e interpreta o significado da profecia de Daniel, concedida por Deus a Nabucodonosor, rei da Babilônia, por meio da qual se pode compreender o período no qual surgirá o Messias. Gama conhece a história dos judeus, povo do

qual o Cristo procede. Tem plena consciência do significado de seu sacrifício e de suas consequências para a humanidade. Estabelece a conexão entre todos esses elementos e a história portuguesa: Cristo aparece em visão a Afonso Henriques, fundador da nação. A partir desse momento, difundir a fé cristã e combater o mouro convertem-se no centro da ação portuguesa.

Em *O Oriente*, o narrador representa os tratos do Gama para com o estrangeiro, seja ele amigo ou inimigo. Representa-o homem: Gama é corajoso. Dispõe-se a sacrificar sua vida em favor dos interesses da Pátria. Apesar disso, sente medo quando a situação excede sua força. Gama titubeia diante da tentação. No entanto, esses aspectos da representação são secundários e acessórios. O centro da representação é ocupado pelo Gama difusor da fé.

#### 4. 8 RUMO À ÍNDIA

Em *Os Lusíadas*, os portugueses partem de Melinde, guiados por um piloto verdadeiro. A armada navega tranquilamente, mas não por muito tempo. Baco, furioso diante do iminente sucesso português, desce ao mar, a fim de falar à corte marinha. Netuno, ouve-o e ordena a Éolo libertar os furiosos ventos, a fim de arruinar a armada. Uma nuvem negra flutua na direção da armada. A tempestade arroja-se contra ela, e passa a destruí-la. A nau de Paulo da Gama está alagada. As ondas são monstruosas. Os animais marinhos afastam-se. Gama sente o fim próximo e clama a Deus:

Por que somos de ti desamparados,  
se este nosso trabalho não te ofende,  
mas antes, teu serviço só pretende?  
(CAMÕES, 1982, p. 245).

Tomado pelo medo, o Capitão indaga a Deus. Ele deve protegê-los, afinal, tudo fazem em seu nome e para sua glória. O narrador da epopeia concorda com ele. Chegados a Calecute, ele reafirma a finalidade da expedição portuguesa:

[...] semear de Cristo a lei  
e dar novo costume e novo rei  
(CAMÕES, 1982, p. 259).

No final do oitavo canto de *O Oriente*, narra-se a viagem portuguesa de Melinde à Índia. Deus ordena ao mar que seja favorável à viagem portuguesa:

Fez-lhe um aceno o Ser onipotente  
foi continua planície azul estrada  
nem mais o vento ao ressonante pego  
ousou turbar o natural sossego  
(MACEDO, 1814, Vol. II, p. 88).

Passados vinte e dois dias desde a saída de Melinde, a armada aproxima-se da Índia. É noite tranquila. Os nautas vigiam. Repousa o Gama. De repente, uma chama surge no firmamento. Do centro dessa luz divinal, surge Henrique diante do Gama, com quem fala. Informa-o da chegada ao destino: seu busto fora alçado ao templo da Fama. Em *O Oriente*, a chegada dos portugueses é celebrada pelo Céu. Desse modo, assegura-se a origem cristã da empresa e a fidelidade do Lusitano ao único objetivo dela: a difusão do cristianismo no Oriente.

#### **4. 8.1 Na Índia: chegada e partida**

Em *Os Lusíadas*, a chegada da armada a Calecute ocorre sem percalços e sem manifestação divina. Chegados à terra, o Capitão envia um português ao rei, a fim de anunciar a presença da armada. À praia, os nativos vêm, a fim de observar o estranho que chega. Dentre os nativos, há um, o mouro Monçaide, conhecedor de Castela e da língua hispânica. Ele é quem recepciona e leva o português ao Catual.

Em *Os Lusíadas*, o Capitão, após sua conversa com o Catual, é interceptado e detido pelos Naires corruptos que planejam sua morte. O Capitão negocia os termos de sua libertação: sua vida em troca de mercadoria. Os Naires corruptos aceitam. Vasco da Gama retorna à armada e envia dois portugueses com o resgate. Os Naires sequestram-nos. Em retaliação, o Capitão intercepta duas embarcações locais e faz reféns, que troca pelos portugueses. Após isso, a armada dirige-se a Lisboa.

A chegada do Gama à terra, relatada no nono canto de *O Oriente*, vem acompanhada de uma significativa manifestação de Deus. Quando seus pés tocam a areia da praia, Ele envia um sinal de aprovação: a terra balança, o mar encrespa-se sem vento e o céu enche-se de nuvens. Está determinada a queda da idolatria asiática.

A partida da armada portuguesa, em *O Oriente*, é precedida por um violento conflito. Uma armada dos mouros navega em direção ao porto indiano. Por meio da força dessa armada, o rei local planeja arruiná-los. Os Lusitanos aprontam-se para o conflito, encabeçados pelo



destemido Gama, que discursa e eleva o ânimo dos guerreiros. O embate corpo a corpo é violento. Os portugueses vencem e incendiam as naus inimigas.

#### 4.8.2 O oráculo indiano

Em *Os Lusíadas*, o rei indiano manda, secretamente, consultar o oráculo, por meio de sacrifícios, pois costumam antever,

[...] sempre os casos duvidosos  
por sinais diabólicos e indícios  
(CAMÕES, 1982, p. 295).

O demônio mostra sinal verdadeiro: os portugueses representam servidão, cativo e destruição das gentes e das riquezas.

No décimo primeiro canto de *O Oriente* narra-se a consulta ao oráculo. Há, em meio a um antigo bosque, um templo, consagrado “aos gênios do escuro Abismo” (MACEDO, 1814, Vol. II, p. 178). O próprio rei é quem se dirige ao sacerdote. Um sacrifício humano é oferecido, e Satanás brada três vezes, anunciando o perigo representado pelo português. Ele subjugará o Oriente e destruirá o antigo culto. Darão novas leis e ao povo governarão duramente.

#### 4.9 A NARRATIVA DIANTE DO REI INDIANO

Em *Os Lusíadas*, o Catual vai à armada. No interior da nau capitânia, ele vê representações da história portuguesa. Paulo da Gama é quem o acompanha e esclarece a respeito dos significados das figuras. Conforme o Catual pergunta, Paulo da Gama esclarece. Isso resulta em uma narrativa sintética da história portuguesa: de Luso, de onde provem Lusitânia, da fundação de Lisboa por Ulisses, passando por Viriato e Sertório. Deságua em Henrique de Borgonha e em Afonso Henriques e concentra-se em uma seleção de heróis portugueses, cujo valor deve encher de orgulho a Pátria.

No nono canto de *O Oriente*, Gama desce à terra e é conduzido ao rei indiano. Diante dele, Vasco da Gama revela ter partido do Tejo e ter enfrentado grandes perigos no mar. Dá atenção especial, no entanto, à origem cristã de seu rei e de sua gente. O rei ordena que Gama fale sobre sua fé. O restante do nono canto e a quase totalidade do décimo são dedicados a essa

matéria. Gama começa o relato pelo conteúdo do Gênesis, prossegue pela história dos israelitas e dos judeus, cujo ápice é o nascimento e morte de Cristo, e conclui por conectar a história portuguesa a essa tradição, a judaico-cristã. A narrativa paralela de maior vulto em *O Oriente* existe a fim de estabelecer uma relação direta entre os portugueses e as raízes do cristianismo. Os feitos dos reis portugueses interessam apenas à medida que dialogam com isso. Na Índia, não interessa narrar a história portuguesa apenas a partir do ponto de vista das sucessões de reis, pois deve ser cristianizada.

#### 4.10 ALEXANDRE

Em *Os Lusíadas*, Vasco da Gama dirige-se à terra. Na praia, aguarda-o o Catual, que o dirige ao templo, onde há representações da história indiana. Em uma delas, mais apartada, vê-se “as bandeiras de Grécia gloriosas” (CAMÕES, 1982, p. 270), que subjugaram as águas e as terras do Ganges. São guiadas por Alexandre, o Grande.

No décimo segundo canto de *O Oriente*, Gama dorme. Aparece-lhe um espectro, que irrompe das sombras. Ele traça uma armadura negra, e tem ar majestoso. Apresenta-se a Gama como Alexandre, o grande, o conquistador do Oriente, e incita-o a trair seu rei e tomar a Índia para governá-la. Esse conselho desperta a cobiça de Gama, mas Deus o socorre, por meio de um consolador. O espectro é o último recurso satânico empregado a fim de arruinar o Lusitano.

#### 4. 11 O VELHO DO RESTELO E O VELHO VENERANDO

Em *Os Lusíadas*, um veterano português, diante da armada prestes a partir, discursa. Vasco da Gama relata suas palavras ao rei de Melinde. O velho, “de aspeito venerando”, reprova a empresa portuguesa. Ele tem seus olhos postos nos nautas, que deixam a praia, e reprova-os veementemente. Para ele, a “glória de mandar”, a “vã cobiça” e o desejo de honra movem-nos. Eles fazem sofrer aqueles que os amam, e expõem-se a todo tipo de mal, por motivos vãos. *Fama* e *Glória* inquietam a alma humana: essas consomem os recursos de reinos e de Impérios. O velho indaga:

A que novos desastres determinas  
de levar estes Reinos e esta gente?  
Que perigos, que mortes lhe destinas,

debaixo dalgum nome preminente?  
Que promessas de reinos e de minas  
de ouro, que lhe farás tão facilmente?  
Que famas lhes prometerás? Que histórias?  
Que triunfos? Que palmas? Que vitórias?  
(CAMÕES, 1982, p. 179).

Ele questiona os nautas: se eles lutam movidos apenas pelo amor a Cristo, por que não se atiram contra “o Ismaelita”, seguidor de Maomé? Por que não lhe tomam sua riqueza, visto ter milhares de cidades na África? Por que não buscam o louro na batalha contra ele, visto ser tão poderoso guerreiro? Os portugueses criam às suas portas inimigos. Enquanto eles lutam em outro hemisfério, os inimigos vizinhos ameaçam-nos. Por que fazer isso? Para que a Fama exalte e lisonjeie o lusitano, tratando-o por senhor, no Oriente. Ele amaldiçoa o primeiro navegador e encerra seu discurso.

Em *O Oriente*, um Velho venerando discursa diante da armada. Esse ancião de cabelos brancos e de face enrugada meneia enfaticamente sua frente e desprende uma voz amarga. Ele quer saber até quando o sangue humano espargir-se-á nos altares do *Amor da Glória*. Esse amor arruinará o povo português. Ele questiona o valor dos futuros feitos. Os navegadores verão seus nomes inscritos, com letras imortais, nas páginas da História. Pondera, contudo, acerca do valor transitório da Glória. Resistirá ela ao tempo inexorável? Não, a morte a tudo devora.

Ele amaldiçoa a memória do primeiro navegador. Sua ousadia, desprovida de medo e de pavor, é insana. Diante do terrível ruído do mar, não retrocede. Ele conclui a respeito da origem de tamanho destemor e determinação em afrontar o mar: a fome por ouro e por fama. Essa fome move, agora, a empresa lusitana e nada mais. Desse modo, encerra seu discurso. A partida da armada arrasa aquele homem. Lágrimas e dor profunda quebrantam seu peito. Ele já não se sente capaz de proferir uma palavra sequer.

O discurso do velho venerando contrapõe-se ao discurso oficial referente à expedição rumo ao Oriente: o da difusão do cristianismo. Segundo ele, move-os a “fome d'ouro, e de fama” (MACEDO, 1814, Vol. I, p. 134). O Velho Venerando afirma: “o amor da glória” redundará na morte de milhares de homens, queimados em seu “fogo insano” (MACEDO, 1814, Vol. I, p. 133) Tornar-se senhor dos mares e do Oriente custará caro ao Império Português.

O discurso do Velho Venerando contrapõe-se a um dos componentes do discurso oficial: os grandes feitos a tudo sobrevivem e, portanto, dever-se-á empreender a viagem ao Oriente, estabelecer um império cristão e eternizar-se historicamente. Segundo ele, no entanto, todo título

conquistado será levado pela morte e devorado pela sepultura. Os louvores não são eternos: na sepultura, desaparecem. No caso português, o velho venerando está convicto de que a fome de ouro e de fama animam a expedição, e não o sentimento de dever cristão.

#### 4.12 O GUERREIRO

Em *O Oriente*, um guerreiro fala, após o velho venerando. Seu tema é também desenvolvido pelo velho do Restelo. Em direção à armada, o guerreiro ergue sua mão e, com tom pesado e denonado, torna pública sua indignação. Se aqueles lusitanos são tão denodados, por que não ouvem a voz da Fama e vão à África, onde são temidos? Por que não começam a dilatar a Fé e o Império por ali? Se eles querem, pela vitória, alcançar o louro conferido aos heróis, por que buscá-lo no incerto Oriente, se, na África, o mouro ainda está invicto? Por que não enfrentam a gente otomana, dona do sepulcro de Cristo? Por que não buscam a glória nas guerras santas na Palestina?

Ele ordena aos portugueses afugentarem o árabe, se não cabem no Tejo, ou afugentarem o tirano de Bizâncio ou irem a Jerusalém. Há muitos a quem enfrentar. Por que não buscar a tão almejada glória nessas empresas?

O discurso do soldado opõe-se veementemente ao discurso oficial mencionado. O discurso do soldado evidencia pujantemente a hipocrisia daquele discurso. A difusão da fé cristã não é o real motivo da empresa, pois, do outro lado do estreito de Gibraltar, está a África, repleta de pagãos.

Se os portugueses buscam o louro da vitória em conflitos militares, podem obtê-lo na derrota do mouro em território africano. Podem buscá-lo nos domínios da gente otomana. Podem alcançá-lo, ainda, em Jerusalém. Por que vão os portugueses em busca do Oriente, se há possibilidade concreta para a difusão do cristianismo na África? “Ide acossar o árabe inumano” “ou de Bizâncio o bárbaro Tirano”. (MACEDO, 1814, Vol. I, p. 135) Evidencia-se, assim, a hipocrisia do discurso religioso, o discurso oficial.

#### 4.13 O SACERDOTE

O terceiro discurso, em *O Oriente*, é o do sacerdote. Também na praia, ele ergue sua voz. Sua face brilha. Em sua voz, manifesta-se uma divindade, e ela acende em seu espírito um

presságio. Olha para o céu, treme sua face, e luta contra seus próprios pensamentos. Assim, profetiza.

Ele vê os que habitam nas sombras: os que desconhecem o cristianismo. Enxerga, além disso, “o clarão da tocha ardente”, mandada por Deus aos homens. Ele a vê romper do Tejo, em mãos lusitanas erguida, e vê a adoração do Cristo em terras orientais. Vê os nautas lusitanos retalharem “as ondas espumantes”, a fim de declarar guerra aos ídolos orientais.

O sacerdote vê, no mar, atroarem as bombardas, e o mouro imundo seus ouvidos tapam. A terra oriental, berço do mouro, “de bens abunda”. Apossar-se deles é excelente. Portanto, convém ao lusitano fundar “sublime império” no Oriente.

O sacerdote vê o mundo conquistado. A multidão de povos que o mar encerra busca o lusitano, pois ele é árbitro na paz e raio na guerra. O português, portanto, será reconhecido como paradigma de justiça pelos povos orientais e, em caso de guerra, será, indubitavelmente, vencedor.

Ele vê os “esquadrões de idólatras”, poderosos, ricos e fortes, guarnecidos por poderosa frota naval. Os “idólatras armados”, orgulhosos e confiantes em seu poder, escarnecem dos apoucados portugueses que a guerra vão. Em favor deles, contudo, o poderoso braço de Deus levanta-se, e quebranta-lhes o orgulho. O sacerdote profetiza o estabelecimento da monarquia portuguesa na Ásia. Os árabes serão decepados. O sacerdote manifesta o antigo ódio português pelo invasor mouro. Extirpar sua raça é muito importante.

O sacerdote ordena aos heróis portugueses: “Ide”, e informa-os sobre seu chamado divino. Deus derramará sobre eles seus bens, e o mar e os ventos tornar-se-ão propícios à empresa. Contra eles, o ódio de Satanás inflamar-se-á, mas não será fatal, pois um anjo debelará a fúria inimiga. O sacerdote incita novamente os nautas: “Ide”. Vejam “as gentes indomadas e bárbaras” adorando o cristo crucificado. Ao português cabe aniquilar o culto de Satanás, “o rei do inferno”, vingando, assim, seu insulto ao céu.

O sacerdote profetiza a respeito da guarnição divina que os portugueses encontrarão no Indostão. Sobre eles, vigiará um anjo. Ele os guiará aos lares indianos. Os heróis verão o leito do dia, e ele, o sacerdote, ofertará a Deus sacrifícios. O sacerdote, portanto, envolver-se-á no processo de conquista portuguesa, oferecendo sacrifícios a Deus.

O sacerdote dirige-se a Manuel. Reafirma sua eleição divina para estender seus domínios em terras orientais. Ainda que tufões lutem contra ele, curvar-se-ão ante seu poder. Império e resplendor esperam-no.

O sacerdote responde ao soldado. Se o português lançar seu jugo sobre a África apenas, seu domínio e seu poder pouco avultarão. Contudo, descoberto o Oriente, chegará o dia no qual a voz do Deus onipotente mandará aos monarcas asiáticos a mão beijar de quem o “globo abarca”: o rei português. Portanto, aquela ânsia por fama, prevista pelo soldado e também pelo velho venerando, confirma-se: está incorporada ao discurso do sacerdote. Os heróis portugueses são incentivados a buscar a fama e a glória, sob o pretexto de expandir a fé cristã.

O sacerdote apela à imagem das Parcas, urdindo “d’ouro dias ao Mundo”. O rei português é grande, da fé cristã “grande incremento”. Aos homens, mostrar-se-á jubiloso o Céu. O sacerdote por fim, exorta os navegadores: “ide, e tornai de tanto apartamento”. Os portugueses devem ir e regressar: esse era o Fado. Por fim, o sacerdote encerra seu discurso bendizendo a Deus e revela que, por meio dos portugueses, descera a graça e renovar-se-á a terra.

O motivo cristão deseja alçar-se como o discurso oficial da empresa lusitana. Os nautas rumam ao Oriente, eleitos por Deus, a fim de difundir a fé. Deus elege a nação portuguesa. Povo algum será capaz de resistir. A missão sintetiza-se no seguinte verso “Vão declarar aos Ídolos a guerra” (MACEDO, 1814, Vol. I, p. 140). O sacerdote, contudo, não consegue esconder a fome de ouro, apontada pelo velho venerando:

A terra oriental de bens abunda  
ah! Quão sublime império ali se funda!  
(MACEDO, 1814, Vol. I, p. 140).

O sacerdote utiliza-se de uma retórica grandiloquente: os portugueses alcançarão terras desconhecidas, e todo o Oriente curvar-se-á diante deles. Por meio dessa expedição, os árabes tornar-se-ão seus servos, e os orientais tornar-se-ão seus vassalos.

Algumas glórias portuguesas, no entanto, são incertas. Os portugueses talvez salvem Jerusalém do mouro e, talvez, derrubem o império otomano. Talvez. Mas essa não é a questão central: o Oriente será conquistado. Por isso, o monarca português pode considerar-se feliz, pois Deus, lá, abrir-lhe-á portas. Além de difundir a fé, muitas riquezas serão acrescentadas ao tesouro real.

## CONCLUSÃO

A partir da exposição elaborada no decorrer dos quatro capítulos dessa dissertação, convém apontar e ressaltar determinados aspectos referentes às epopeias *Os Lusíadas* e *O Oriente*, cuja importância serve de fundamento à análise proposta àquelas obras, e redundando em uma série de comentários conclusivos.

Desde os primeiros elementos da composição, as obras de Camões e de Macedo divergem em termos de apropriação mitológica. Camões constrói sua epopeia segundo os motivos das composições clássicas greco-latinas. A mitologia clássica, pagã, estrutura a epopeia; a remoção desse componente desestrutura a obra. Os motivos da mitologia cristã são periféricos em Camões. Em Macedo não: ele trata dos feitos históricos portugueses, conforme Camões, mas sua composição está estritamente vinculada à mitologia judaico-cristã. Esse é o aspecto central examinado nessa dissertação, mas não é o único. Há outros aspectos diferenciais, cuja compreensão é fundamental.

Em *Os Lusíadas*, o narrador principia sua epopeia *in media res*. Os primeiros eventos passam-se em Moçambique. É a narrativa de Vasco da Gama diante do rei de Melinde que revela o que se passara anteriormente. Em *O Oriente*, ao contrário, a narrativa é elaborada em ordem cronológica. A eleição divina do povo português é o primeiro evento narrado. Deus, posteriormente, comunica sua vontade a Manuel por meio do Serafim. Nessa ordem, toma-se conhecimento dos eventos ocorridos até a chegada da expedição à Índia e ao estabelecimento do acordo entre Portugal e Índia.

A proposição de *Os Lusíadas* exalta a bravura dos navegadores-guerreiros portugueses, cujo valor amplia as fronteiras da Fé e do Império. Seus feitos eclipsam a fama dos gregos e dos troianos. Em *O Oriente*, a proposição é cantar os feitos do “Lusitano”, a personificação da nação portuguesa. Essa nação tem valor para lançar as bases de um novo império, capaz de sobreviver à passagem do tempo. Esse é um índice relevante: apesar da profunda decadência do Império Português à época, Macedo, assim como Camões, acredita no valor português, capaz de desbravar e domar o globo. Camões, no entanto, tem base histórica para sua crença, Macedo já não a tem.

Em *Os Lusíadas*, não ocorre apenas uma invocação. No primeiro canto, o narrador invoca as ninfas do Tejo, as Tágides, e não as musas gregas, para que inspirem seu fazer poético. No

terceiro canto, o narrador recorre ao imaginário greco-latino, invoca a musa Calíope, a primeira das nove musas gregas, a fim de narrar uma história portuguesa. No sétimo canto, o narrador invoca as Ninfas do Tejo e do Mondego. Não as convoca a fim de louvar a Pátria, mas busca nelas consolo, pois a Pátria não lhe dá valor. Assim que a expedição portuguesa retorna a Lisboa, o narrador informa às Musas que não mais cantará, pois canta a ouvidos surdos. Em *O Oriente*, a invocação é modesta em relação às invocações de *Os Lusíadas*. Seu narrador invoca à voz da poesia e à voz da história, que o conduzem, enquanto elabora sua epopeia. São essas as vozes que farão dos feitos portugueses imortais na terra.

Em *Os Lusíadas*, o narrador dedica sua epopeia ao rei Sebastião. Dedicar-a, também, aos guerreiros portugueses no Oriente, cujo esforço garante a expansão do império. Em *O Oriente*, a dedicatória está fora do poema, em um texto intitulado “à Nação Portuguesa”.

Desde o primeiro canto de *O Oriente*, o narrador estabelece a mitologia judaico-cristã como o arcabouço mítico norteador da epopeia. O narrador refere-se ao Deus cristão:

O sólio eterno da divina Essência  
sentida e ignota à humana inteligência  
(MACEDO, 1814, Vol. I, p. 105).

O narrador continua:

Sabe e sente o mortal que um Deus existe,  
e encontra abismos se em sondá-lo insiste  
(MACEDO, 1814, Vol. I, p. 105).

Posteriormente, o narrador reutiliza a expressão “divina essência”. Em Macedo, é um único Deus que legisla sobre o cosmos. Ele não delibera em concílio, apenas comunica sua vontade. Em nenhum momento de *O Oriente* o narrador revela o momento das decisões de Deus. Sua decisão é comunicada; o que ocorre antes dela é desconhecido; Sua vontade transforma-se em realidade. Por meio destas representações, o narrador deixa claro sua filiação ao cristianismo e à sua mitologia.

A apropriação da mitologia greco-latina pelo narrador em *Os Lusíadas* confere uma característica divergente daquela de *O Oriente*. Naquela, o narrador informa a ocorrência de um concílio dos deuses. Júpiter, o pai onipotente da mitologia greco-latina, delibera com os demais membros do concílio e esclarece: suas palavras representam a determinação dos Fados: os



portugueses devem dominar o Oriente por um longo tempo, e chegara a hora de serem encaminhados rumo ao seu destino. Júpiter fala isso em meio a uma deliberação entre os deuses, os favoráveis à causa e os contrários a ela. Contudo, a vontade de Júpiter é a vontade dos Fados, e ele, ainda que onipotente, não a questiona.

Em *O Oriente*, o narrador filia-se ao cristianismo, e estabelece o Deus cristão como entidade suprema na obra. Em *Os Lusíadas*, Júpiter é a divindade suprema, mas outros deuses disputam acerca da questão, pois têm interesses paralelos. O mecanismo que movimenta a epopeia camoniana é exatamente esse: as intrigas entre as divindades pagãs. Macedo remove de sua epopeia o paganismo, tendo em vista seu projeto de uma epopeia cristã. Em *O Oriente*, o mecanismo que move a epopeia é o conflito primordial registrado no Gênesis: o conflito entre Deus e Satanás.

Em *O Oriente*, o narrador refere-se a outro ser divino da mitologia cristã: o Serafim. Ele, segundo a mitologia cristã, é uma criatura espiritual cuja tarefa é servir a Deus como mensageiro. Segundo a mitologia judaico-cristã, é visto por Ezequiel, importante profeta durante o cativeiro de Israel em Babilônia. O narrador informa que uma voz faz-se ouvir por toda a criação: é a voz de Deus chamando pelo Serafim. Esta é segunda evidência da despaganização operada pelo narrador em *O Oriente*.

Em *Os Lusíadas*, por outro lado, uma divindade pagã é quem desempenha o papel de mensageiro divino. Conforme o narrador camoniano, o deus Marte, no decorrer do concílio divino, pede a Zeus que mande Mercúrio orientar a Vasco da Gama, a fim de que se cumpra a vontade dos Fados. No segundo canto de *Os Lusíadas*, o narrador revela o cumprimento da ordem de Zeus por Mercúrio. Além de Mercúrio, Morfeu inspira um sonho ao rei Manuel. Por meio de sua influência, ele vê a personificação dos rios Ganges e Indo, que lhe garantem o sucesso na conquista do Oriente. A partir desse sonho, encaminha a expedição que alcançará a Índia.

Em *O Oriente*, o mensageiro divino é o segundo elemento mítico representado na epopeia. O narrador utiliza um recurso da mitologia judaico-cristã para realizá-la. A figura mítica do Serafim, por sua vez, não é, em momento algum na obra, modificada ou adaptada segundo os modelos da mitologia greco-latina. Em *Os Lusíadas*, o narrador permanece vinculado ao universo da mitologia clássica. Conforme aquela mitologia, o mensageiro divino de sua obra é Mercúrio, que não é modificado ou adaptado a um projeto de epopeia cristã. Ocorre justamente o contrário:

Mercúrio é representado conforme sua mitologia de origem. O mesmo ocorre com os demais deuses greco-latinos representados por Camões.

O narrador da obra *O Oriente* relata a ação do Serafim. Sua incumbência é transmitir a decisão divina ao rei Manuel, e para isso inspira-lhe um sonho. Nele, vê uma “grave matrona”, vestida em trajes reais e sentada sobre um imponente elefante branco. A visão corresponde à representação do continente asiático. Ela vem ofertar-lhe seu território, seus povos e suas riquezas. Em *O Oriente*, além do Serafim, outra figura inspira sonhos: Henrique. É ele quem protege a expedição portuguesa e comunica-se com Vasco da Gama. Em *Os Lusíadas*, o narrador informa, também, a respeito de um sonho, endereçado ao capitão Vasco da Gama, contudo, inspirado pelo mensageiro Mercúrio.

O sonho como recurso comunicativo entre divindades e homens é utilizado nas duas obras. Em *O Oriente*, o sonho tem origem divina e cristã e é sagrado. Tem sua gênese na vontade da divina essência e é causado por um ser autorizado por ela. Está de acordo com o paradigma cristão, o principal pilar da obra. Em *Os Lusíadas*, o sonho é fruto da resolução de um deus pagão, Zeus, e ocasionado por outra divindade pagã, Mercúrio. O sonho habitava o domínio do profano. De modo algum, poder-se-ia alinhar este elemento da obra camoniana aos paradigmas cristãos. O autor de *O Oriente* não faz uso desses recursos mitológicos, nem mesmo por interesse estético; mantém-se nos limites da paradigmática mitologia cristã, que pretende sublimar.

O narrador informa que o rei português vê e ouve ao Serafim; a divindade estabelece contato direto com ele. A informação que transmite origina-se na determinação do ser supremo, e transmite-a em primeira mão. O rei está diante da evidência material da existência dos seres míticos da mitologia judaico-cristã, está na presença daquele que representa o Deus todo-poderoso. Ele, assim, tem total certeza da decisão e da orientação divinas; sua designação é difundir a fé cristã. Além disso, as expressões do Serafim permitem visualizar outro elemento de extremo valor. Suas palavras demonstram o vínculo do reino português ao povo de Israel, isto é, ao povo escolhido por Deus na Antiguidade, segundo a mitologia hebraica.

Em *Os Lusíadas*, a questão é colocada de maneira completamente diferente. No princípio da epopeia, os portugueses já navegam em busca da Índia; nenhuma motivação divina e cristã é manifesta por meio de sonhos e estabelecida como fundamento daquela empresa. Observa-se que os sonhos, no épico camoniano, originam-se dos deuses pagãos. Os discursos dos navegadores vinculam a expedição a um propósito cristão inspirado, mas a leitura da obra não fundamenta

esses discursos. Conforme se busca demonstrar, é por determinação dos Fados que a empresa portuguesa triunfará. Em *Os Lusíadas*, o sucesso da expedição vincula-se à determinação de seres míticos pagãos, mas os portugueses nada sabem a respeito disso; eles imaginam-se sob a proteção de Deus. Ainda que pensem estar sob a proteção divina, a respeito da qual eles próprios não possuem nenhuma evidência empírica semelhante a de *O Oriente*, estão sob a proteção de deuses pagãos. Atribuem, de fato, ao Deus cristão aquilo que não procede dele.

Tanto em *O Oriente* quanto em *Os Lusíadas*, observam-se as divindades inimigas da expedição portuguesa em ação. As ações dessas divindades são as responsáveis pelo desenrolar das epopeias. As ações das divindades inimigas desencadeiam reações-resposta da parte das divindades protetoras. É nesse processo contínuo, fundamentado na ação das divindades, que as narrativas ganham sentido e movimento.

Em *Os Lusíadas*, a divindade inimiga dos portugueses é Baco, cujo centro de culto era a Índia, ou melhor, o Oriente, pelo qual buscam os portugueses. Baco comparece ao concílio divino e, a fim de defender suas ameaçadas possessões orientais, está disposto a contestar a determinação dos Fados, concernente ao sucesso português no Oriente.

Baco teme por sua reputação e culto. Ele já ouvira dos Fados que um povo afeito às proezas marítimas virá e suplantará sua fama antiga. Teme, portanto, que seu nome seja esquecido em virtude dos feitos portugueses. Por essa razão, portanto, Baco, ao tentar destruir a expedição portuguesa, passa a lutar contra os desígnios dos Fados, e constitui-se em divindade inimiga por excelência em *Os Lusíadas*.

Em *O Oriente*, a divindade inimiga é Satanás. Ele, assim como Baco, tem seu centro de adoração no Oriente. No caso dele, a expedição portuguesa significa uma catástrofe, pois, entre outras coisas, pretende implantar a adoração cristã na região. A preocupação de Satanás é, em primeira instância, evitar a abolição de seu culto no Oriente e evitar a difusão do cristianismo.

O narrador macediano maneja habilmente a mitologia judaico-cristã e retrata a intriga entre Deus e Satanás. Relata desde a sua injúria em virtude de sua expulsão do céu e da tentação de Adão, como vingança contra Deus, até a ordem divina dada por meio do Serafim ao rei português de levar o cristianismo ao Oriente. Em outras palavras, o narrador reforça, em primeiro lugar, o vínculo do povo português à história sagrada do cristianismo e, em segundo lugar, revela a gênese de Satanás: de um anjo de alta estirpe junto à presença de Deus a um espírito degredado,

líder de outras divindades rebeladas; invejoso de adoração, destruidor da ordem e da perfeição cósmicas; instaurador do pecado, destruidor do homem.

O narrador macediano, pautado pelo paradigma mitológico judaico-cristão, mantém a expressão do mal fiel àquela mitologia: Satanás é a encarnação suprema do mal; seus asseclas, conforme registrado nos textos sagrados cristãos, seguem-no e obedecem-no.

A representação da divindade inimiga em *O Oriente*, em sua comparação com *Os Lusíadas*, é também despaganizada. Nesse quesito, também, não há nenhuma espécie de vínculo à mitologia greco-latina. O narrador mantém-se dentro dos paradigmas que pretende exaltar, e longe daqueles que pretende emendar.

O narrador de *Os Lusíadas* informa que Vênus está presente ao concílio divino. Nele, opôs-se a Baco, a favor dos portugueses. Sua afeição pelos portugueses vincula-se às suas qualidades, comparáveis às de seus amados romanos, e também à sua língua, a portuguesa, que tanto se parece à latina. O vínculo da deusa à causa portuguesa restringe-se, quase exclusivamente, àqueles motivos. Há, no entanto, ainda um outro motivo instigando a deusa Vênus: das Parcas ouvira que ela será celebrada em todas as regiões alcançadas pelos portugueses. Em síntese, zelar pelos interesses portugueses significa garantir a própria fama. Assim, Baco e Vênus acabam por disputar o culto ou celebração no Oriente: o culto daquele em virtude do que fizera; o culto daquela como consequência dos feitos portugueses.

Em *O Oriente*, as divindades protetoras estão vinculadas à mitologia judaico-cristã. Diante de uma tempestade promovida por Satanás, os portugueses clamam:

E já dos orbes cristalinos vinha  
descendo um Anjo, que enfreava o vento  
(MACEDO, 1814, Vol. I, p. 173).

Em uma obra cuja mitologia paradigmática é a judaico-cristã, a presença de anjos está em sintonia completa com os antigos textos sagrados fundadores dessa mitologia.

No entanto, a principal divindade protetora da expedição portuguesa em *O Oriente* é o rei Henrique. No princípio do sexto canto da obra, o narrador informa que alguém intercede pelos portugueses junto a Deus, durante um momento muito perigoso da expedição, no qual os portugueses estão prestes a sucumbir.

Em *O Oriente*, é notória a representação do valor da difusão da fé cristã. A defesa dela serve de fundamento ao argumento utilizado por Henrique diante de Deus. Este, por intermédio

daquele, concede favor à causa portuguesa. A partir deste momento, o narrador não deixa dúvidas: a empresa portuguesa tem o apoio divino. Além disso, a divindade protetora, Henrique, por estar na presença de Deus, com pleno direito à interseção, afirma a origem divina e cristã do Império Português.

Em *Os Lusíadas*, o narrador estabelece a origem da nação portuguesa. Diante do rei de Melinde, Vasco da Gama assenta-a em Luso ou Lisa, filhos ou companheiros de Baco. O próprio deus Marte, no decorrer do concílio dos deuses, refere-se ao comportamento contraditório de Baco, que persegue os descendentes de Luso “seu tão privado” (CAMÕES, 1982, p. 43). Em *O Oriente*, o narrador não dedica versos de seu poema à representação da origem do povo português. No entanto, ela está implícita na escolha que faz do termo “Lísia”, referida por Camões. Macedo, alegoricamente, aceita a origem pagã do povo português, pois utiliza-se dessas figuras mitológicas em sua epopeia e, nesse sentido, está alinhado à representação camoniana.

Macedo, entretanto, estabelece outra origem, comum a todos os povos, em Adão e Eva, conforme assentada por Moisés no Gênesis, o que estabelece uma aparente contradição. Historicamente, a origem do povo português remonta à raízes pagãs. Como nação, Portugal fundamenta-se, sob a égide de Afonso Henriques, sobre o cristianismo. A aparente contradição em Macedo pode ser racionalizada da seguinte maneira: ele tem consciência de que a origem portuguesa assenta-se sobre o paganismo e sobre o cristianismo. Portanto, dar espaço, em sua epopeia, aos divergentes fundamentos do povo português é ser fiel aos fatos registrados pela História.

Em *Os Lusíadas*, o narrador refere-se à origem de Lisboa, fundada por Ulisses. Nas terras do Tejo, o herói grego erige um altar à deusa Atena. Em *O Oriente*, o narrador não discorre sobre a origem de Lisboa. Chama-a, como Camões, de Ulisseia. Não é apenas o narrador quem a nomeia assim, mas também o Serafim, diante de Manuel. Essa é outra referência alegórica, aparentemente contraditória, à maneira da contraditória representação da origem portuguesa. No entanto, aceitar os elementos pagãos vinculados à origem da nação portuguesa em geral e de sua capital em particular, é aceitar os fatos expostos pela História: antes de Portugal existir como nação, existe sob o espírito pagão, desde a Antiguidade. Portanto, Macedo alcança a meta a que se propõe no princípio da epopeia: narra os feitos portugueses à luz da verdade histórica.

Diferentemente das epopeias greco-latinas, que narram feitos de heróis míticos, cujas existências perdem-se nas brumas da memória ancestral de seus povos originários, Luis de

Camões, em primeiro lugar, e José Agostinho de Macedo, em segundo, elegem como herói de suas epopeias a Vasco da Gama, um herói histórico do passado português. Ambos ficcionalizam a um homem histórico, alçando-o ao nível dos heróis míticos da tradição épica ocidental.

José Agostinho de Macedo tem acesso ao relato das ações de Vasco da Gama por meio da historiografia e da literatura. O autor de *O Oriente*, por meio de seu processo composicional, viabiliza a confluência entre aspectos da história e aspectos do mito. Vincula *O Oriente* ao imaginário da mitologia cristã. Em *O Oriente*, Vasco da Gama estabelece a relação entre os mitos judaico-cristãos e a nação portuguesa. Por meio da apropriação desses mitos, a nação portuguesa é inserida na trajetória mítica e histórica do cristianismo.

O tratamento do herói não põe em relevo apenas suas qualidades como homem histórico. Os poetas não se dedicam a um registro historiográfico de suas ações no decorrer de sua expedição rumo à Índia. O herói é imitado segundo os preceitos da epopeia clássica. Sua trajetória heroica assemelha-se à dos heróis das epopeias canônicas greco-latinas, cujo aspecto central são suas ações enquanto homens superiores e sua relação com as divindades. Tratar miticamente o consagrado historicamente é o motor principal daquelas epopeias quanto à representação do herói.

Busca-se demonstrar que o narrador de *O Oriente* tem por objetivo eliminar todo vínculo religioso com a mitologia greco-latina, segundo ele profana, conforme expressa: “[...] do vil respeito os Ídolos derruba [...]” (MACEDO, 1814, Vol. I, p. 104).

O exame da despaganização, contudo, não se esgota na exposição feita. Diversos outros aspectos de *O Oriente* apontam para esse processo composicional. Por exemplo, o narrador informa:

O repouso do tálamo deixava  
o Rei; correndo ao Templo, a Deus exora  
(MACEDO, 1814, Vol. I, p.122).

Representa-se o ato típico dentro do paradigma cristão: a devoção cristã do rei a Deus. Somente depois deste ato solene de devoção, o rei Manuel delibera com o conselho de nobres.

Registra-se, além disso, a manifestação divina diante da devoção portuguesa aos preceitos cristãos. Informa o narrador:

O céu, propício em tudo à Lusa gente,  
dá-lhe um claro sinal do achado Oriente  
(MACEDO, 1814, V. I, p. 128).

E acrescenta:

Três ígneos globos, vivos luminares,  
por três continuas noites se ascenderão,  
[...]  
a voz foram do céu, que aprova a empresa  
(MACEDO, 1814, V.I, p. 128).

Milagres acontecem. A divindade cristã adorada pelos portugueses manifesta-se em favor da expedição; a comunhão entre homens e divindade está assegurada.

Em *O Oriente*, a mitologia greco-latina tem espaço, mas está desprovida de qualquer sacralidade. Quanto a isso, a representação não sustenta nenhuma ambiguidade. Em Macedo, a mitologia greco-latina é utilizada em termos estéticos ou alegoricamente. Em Camões, por outro lado, a ampla e marcante presença da mitologia clássica resulta em ambiguidade. A fábula dos deuses, profundamente entranhada na história portuguesa, resulta na ressalva do censor e na elaboração de *O Oriente*, por José Agostinho de Macedo, cujo objetivo fundamental é reler *Os Lusíadas*, a fim de emendá-lo. Para atingir esse objetivo, é necessário extinguir a ambiguidade presente na representação da mitologia greco-latina, que caracteriza e consagra *Os Lusíadas*.

## REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. **Poética**. Porto Alegre: Editora Globo, 1966.
- ANDRADE, S. J, José C. **Homero y La Epica Universal**. Bogotá: Imp. Del C. de J, 1938.
- BRAGA, Theophilo. **Camões: a Obra Lírica e Épica**. Porto: Livraria Chardron, de Lello & Irmão, 1911.
- CAMÕES, Luis Vaz. **Os Lusíadas**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- FIGUEIREDO, Fidelino. **História Literária de Portugal**. 3ª. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.
- VILLAÇA. Antônio Carlos. A Literatura do Renascimento. In: MOTTA, Edson, Coordenador. **O Renascimento**, Rio de Janeiro: Agir, 1978.
- MACEDO, José Agostinho de. **O Oriente**, Lisboa: Imprensa Régia, 1814.
- MOISÉS, Massaud. **A Literatura Portuguesa**. 34ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 2007.
- PEREIRA, Virgínia Soares. Tágides. In: AGUIAR E SILVA, Vitor, Coordenador. **Dicionário de Luís de Camões**, Alfragide: Editorial Caminho, 2011.
- PERES, Damião. **Diário da Viagem de Vasco da Gama: fac-símile do códice original v.1**. Porto: Civilização, 1945.
- PERES, Damião. **Diário da Viagem de Vasco da Gama: fac-símile do códice original v.2**. Porto: Civilização, 1945.
- PERES, Damião. **História dos Descobrimentos Portugueses**. Lisboa: Com. Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1943.
- SARAIVA. A.J & LOPES, Oscar. **História da Literatura portuguesa**, 17ª.Ed, Porto: Porto Editora, 2000.
- SILVA, Francisco Inocêncio da. **Memórias para a Vida Íntima de José Agostinho de Macedo**. Lisboa, Academia Real das Ciências, 1899.
- TUTIKIAN, Jane. In CAMÕES, Luis Vaz. **Os Lusíadas**. Porto Alegre: Abril L&PM, 2013.